UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

OS LIMITES DA LIBERDADE

A atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento de crimes políticos durante o regime militar de 1964 (1964-1979).

Walter Cruz Swensson Junior

São Paulo
2006

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS.
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**Os limites da liberdade: A atuação do Supremo Tribunal
Federal no julgamento de crimes políticos durante o regime
militar de 1964 (1964-1979).**

Walter Cruz Swensson Junior

**Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo, para obtenção do
título de Doutor em História.**

Orientadora: **Prof. ^a Dr. ^a Maria Aparecida de Aquino.**

**São Paulo
2006**

Sumário

ítems	páginas
<i>Índice.....</i>	<i>03</i>
<i>Resumo/Abstract.....</i>	<i>05</i>
<i>Introdução.....</i>	<i>06</i>
<i>Capítulo I.....</i>	<i>28</i>
<i>Capítulo II.....</i>	<i>50</i>
<i>Capítulo III.....</i>	<i>98</i>
<i>Conclusão.....</i>	<i>132</i>
<i>Referências Bibliográficas.....</i>	<i>137</i>
<i>Fontes Documentais.....</i>	<i>146</i>

Agradecimentos

Esta tese de mestrado não teria sido possível sem a participação, o estímulo e a colaboração de diversas pessoas envolvidas em alguma etapa ou em toda a pesquisa.

À minha orientadora Professora Doutora Maria Aparecida de Aquino, que com seu apoio e estímulo tornou possível a realização desta pesquisa.

Aos professores Andrei Koerner e Carla Reis Longhi, que participaram da banca de qualificação com sugestões proveitosas.

Aos amigos da USP e companheiros Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos e Adalberto Leister Filho pelas conversas sempre úteis para as discussões teóricas deste trabalho.

Aos meus pais Walter e Mercedes pela compreensão e estímulo.

Resumo

Durante o regime militar de 1964, o Supremo Tribunal Federal não atuou de maneira uniforme. Fatores internos e externos interferiram nas decisões do tribunal. Resultantes do enfrentamento entre os militares e os movimentos de oposição; e de contradições internas do STF.

As oscilações dessa dinâmica resultaram em momentos de independência de atuação do STF e de expansão e retração dos direitos civis. No trabalho foram analisados os julgamentos de crimes políticos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) durante o regime militar de 1964. 137 *habeas-corpus* (HC) interpostos no STF, no período de abril 1964, após o golpe militar até o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e 292 recursos ordinários criminais (RCR) impetrados no período de 1964, após o golpe militar, a 1979, antes da anistia. Com a análise dos julgamentos podemos perceber as tensões, as rupturas e o ideário político do Supremo Tribunal Federal.

Palavras-Chave: Justiça, Crimes Políticos, Poder Judiciário, Regime Militar e Direitos Humanos.

Abstract

During the military regimen of 1964, the Supremo Tribunal Federal did not act in way uniform. Internal and external factors intervened with the decisions of the court. Resultant external factors of the confrontation between the military and the movements of opposition, and internal factors of the STF.

The oscillations of this dynamics resulted at moments of independence of the STF and expansion and retraction of the civil rights. In the work I analyzed the sentences of the politic crimes by Supremo Tribunal Federal (STF) during the military regime of 1964. 137 *habeas-corpus* (HC) petitioned in the STF, in the period of April 1964, after the military coup, until the Institucional Act nº 5 (AI-5) and 292 Recursos Ordinarios Criminais (RCR) petitioned in the STF in the period of 1964, after the military coup, the 1979, before the amnesty. With the analysis of the sentences we can perceive the tensions, the ruptures and the politic conduct of the STF.

Key Words: Justice, Political Crimes, Judiciary, Military Regime and Human Rights.

Introdução

Iniciarei a minha Tese de Doutorado mostrando a trajetória que me levou à escolha do tema, as hipóteses de trabalho, os objetivos do trabalho de pesquisa e a metodologia utilizada para análise dos documentos. O objetivo do trabalho é constatar os momentos de avanços e recuos dos direitos humanos ¹ e o grau de independência do Supremo Tribunal Federal (STF) durante o regime militar de 1964. Apresentarei a documentação com a qual trabalhei, enfatizando a metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa e na análise do material. Embora existam limitações evidentes na utilização dos acórdãos (só aparecem os votos dos ministros, não aparecem às falas dos advogados e do ministério público) apenas quando citadas pelos ministros. Na maioria dos julgamentos apenas o ministro relator expressa de forma clara sua posição, os demais ministros, em geral, acompanham o voto do relator. Os votos são curtos e objetivos. São poucos os julgamentos analisados onde ocorreram conflitos entre os ministros ou ainda que os ministros procuram estender as suas explicações. O espírito de corpo dos ministros é muito forte. Eles procuram não deixar flancos abertos. Procuram não demonstrar a divisão de opiniões. Os debates acalorados e as discordâncias mais nítidas ocorrem quando as diferenças são muito grandes e não conciliáveis.

No entanto é possível, analisando os acórdãos, dos votos dos ministros, perceber semelhanças e discordâncias. Obter fortes indícios que evidenciam os conflitos internos e possibilitam entender o papel do STF e a interpretação feita por seus ministros do texto constitucional.

¹ Permissões jurídicas para fruição de bens a que a generalidade dos seres humanos de uma determinada civilização atribui máximo valor. TELLES JUNIOR, Goffredo. *Palavras do amigo aos estudantes de direito*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003, p. 22. Segundo Norberto Bobbio: “(...) os direitos do homem, por mais fundamentais dque sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos de modo gradual, não todos de uma vez nem de uma vez por todas”. BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. RJ:Campus, 1992, p.5.

No primeiro capítulo abordarei a relação da justiça com o autoritarismo no Brasil. O objetivo do capítulo é entender o conturbado e limitador relacionamento entre o STF e o Poder Executivo centralizador e autoritário. A legislação autoritária representa uma barreira à realização da justiça e uma limitação importante para atuação do poder judiciário. Farei um breve histórico da legislação do regime militar de 1964, apontando para a correlação das modificações da legislação autoritária com a formulação de minhas hipóteses de trabalho.

Nos dois últimos capítulos apontarei o resultado da análise dos julgamentos do STF. Foram analisados os acórdãos dos julgamentos de *habeas-corpus* e de *recursos ordinários criminais* referentes a crimes políticos durante o regime militar de 1964. São 137 *habeas-corpus*² (HC) interpostos no período de abril 1964 a dezembro de 1968, com o início da vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e 292 recursos ordinários criminais (RCR) impetrados no período de 1964 a 1979, antes da anistia³.

No segundo capítulo vou analisar o período de 1964 a 1968. O período após 1964 (1964/1968) apresenta grande quantidade de processos políticos. Diminuem no período 1965/1968 e voltam a aumentar em 1969.

No terceiro capítulo analisarei o período de 1969 a 1979. O segundo período (1969/1974) é aquele que apresenta a maior quantidade de denúncias, com 64,44 % dos denunciados. São 4748 denunciados, mais que o dobro de denunciados do período anterior. Apesar disso observamos uma paulatina e constante diminuição dos processos.

O terceiro período, após novembro de 1974 até março de 1979, já reflete o declínio do regime militar.

No período de 1964 a 1979 passaram pelo Supremo Tribunal Federal 34 ministros com diferentes concepções jurídicas, posições políticas e visões de mundo, indicados por nove diferentes presidentes da República.

² O período de análise dos *habeas-corpus* é mais restrito porque com o Ato Institucional (AI-5), foi vedada a concessão de *habeas-corpus* para acusados de crimes políticos.

³

*“Os ministros decidiam juridicamente, de acordo com a lei, e é claro, punham também a sua posição política no voto. Ninguém pode deixar de colocar nos seus gestos, nas suas atitudes, os seus pensamentos, as suas convicções políticas”.*⁴

Roberto Lyra Filho ressalta que “haverá, sempre, uma ação circular entre a subjetividade da consciência e a objetividade das normas sociais. Só essa compreensão permite iluminar os vínculos entre condicionamento e liberdade e a aptidão humana de autognose e autogoverno”.⁵

A tabela abaixo contém a relação dos ministros que integraram o STF de 1964 a 1979 e dos presidentes da República que os nomearam.

Tabela: Ministros do STF de 1964 a 1979

Ministros do STF / Período de magistratura	Presidentes que os nomearam
Antônio Carlos Lafayette de Andrada (1945-1969) Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa (1946-1966)	José Linhares
Hahneman Guimarães (1946-1967) Luiz Galloti (1949-1974)	Eurico Gaspar Dutra
Cândido Motta Filho (1956-1967) Antônio Martins Vilas Boas (1957-1966) Antônio Gonçalves de Oliveira (1960-1969) Victor Nunes Leal (1960-1969)	Juscelino Kubitschek

⁴ LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. RJ: Nova Fronteira, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p377-378.

⁵ LYRA FILHO, Roberto. *Criminologia Dialética*. GB, Borsoi, 1972, p.109.

Pedro Rodovalho Marcondes Chaves (1961-1967)	Jânio Quadros
Hermes Lima (1963-1969) Evandro Lins e Silva (1963-1969)	João Goulart
Adalício Coelho Nogueira (1965-1972) José Eduardo do Prado Kelly (1965-1968) Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello (1965-1975) Aliomar de Andrade Baleeiro (1965-1975) Carlos Medeiros Silva (1965-1966) Eloy José da Rocha (1966-1977) Djaci Alves Falcão (1967-1989) Adaucto Lucio Cardoso (1967-1971)	Castelo Branco
Raphael de Barros Monteiro (1967-1974) Themistocles Brandão Cavalcanti (1967-1969) Moacyr Amaral Santos (1967-1972) Carlos Thompson Flores (1968-1981)	Arthur da Costa e Silva
Olavo Bilac Pinto (1970-1978) Antonio Neder (1971-1981)	Emílio Garrastazu Médici

Francisco Manoel Xavier de Albuquerque (1972-1983) José Geraldo Rodrigues de Alckmin (1972-1978)	
João Leitão de Abreu (1974-1981) João Baptista Cordeiro Guerra (1974-1986) José Carlos Moreira Alves (1975-2003) Carlos Fulgêncio da Cunha Peixoto (1975-1981) Pedro Soares Muñoz (1977-1984) Decio Meirelles de Miranda (1978-1985) Luiz Rafael Mayer (1978-1989)	Ernesto Geisel

Composições do Supremo Tribunal Federal 1964-1979.

O Supremo Tribunal Federal, no período de 1964 a 1979, teve 10 presidentes (Luiz Galloti ocupou o cargo duas vezes), 34 ministros e 29 diferentes composições plenárias.

Presidente	Período	Composições
Ribeiro da Costa	11/12/1963 a 06/12/1966	3
Luiz Galloti	14/12/1966 a 12/12/1968	7
Gonçalves de Oliveira	12/12/1968 a 18/01/1969	1
Luiz Galloti (interino)	21/01/1969 a 10/02/1969	1

Oswaldo Trigueiro	10/02/1969 a 10/02/1971	2
Aliomar Baleeiro	10/02/1971 a 9/02/1973	4
Eloy da Rocha	09/02/1973 a 14/02/1975	3
Djaci Falcão	14/02/1975 a 14/02/1977	3
Thompson Flores	14/02/1977 a 14/02/1979	4
Antonio Neder	14/02/1979 a 16/02/1981	1

O trabalho parte da hipótese de que durante o regime militar de 1964 o Supremo Tribunal Federal não atuou de uma forma uniforme em decorrência de fatores internos e externos.

Os fatores externos eram resultantes do enfrentamento de forças sociais autoritárias, identificadas com o regime militar, interessadas em perpetuar a estrutura político-econômica e impedir qualquer mudança social, com os movimentos político-sociais de oposição que lutavam pelo fim do autoritarismo e por transformações sociais.

*“O problema da justiça torna-se, então, o da prioridade a dar no interior de uma comunidade histórica, entre bens que se sobrepõem uns aos outros e reivindicam, cada um, todo o espaço”.*⁶

E, os fatores internos eram resultantes das contradições existentes no interior do próprio STF. Contradições manifestadas na pluralidade de posições políticas e concepções

⁶ RICOEUR, Paul. *Em torno ao político*. SP: Loyola, 1995, p.103.

de Direito dos ministros e dos demais operadores do direito (advogados, promotores, etc.) envolvidos nos julgamentos.⁷

“ (...) a experiência jurídica jamais pode ser dissociada dos processos históricos em que está inserida, os quais lhe dão forma e sentido, a Ciência do Direito somente é possível quando em condições de reconhecer sua integração em formações sociais específicas. Em outras palavras: toda investigação relativa, por exemplo, à função social da dogmática, ao papel do direito como instrumento de mudança planejada ou à modernização das instituições jurídicas, deve ser necessariamente examinada em conjunto e à luz das condições objetivas da disputa pela hegemonia econômica e da luta pelo poder⁸”.

As oscilações dessa dinâmica resultaram em momentos de maior e de menor independência de atuação do STF e por consequência, de expansão e retração dos direitos civis, notadamente à liberdade de pensamento, à liberdade de associação, à liberdade de reunião e o direito a proteção judicial. De acordo com Roberto Lyra Filho *“o movimento da dialética do direito é determinado pela sua bipolaridade. Para cada tendência jurídica, há uma contra-tendência. As posições conflitantes entrecruzam-se, atritam-se, acomodam-se momentaneamente e afinal chegam a novos momentos de ruptura, integrando e movimentando a dialética do Direito”*.⁹

⁷ LYRA FILHO, Roberto. *O que é o direito*. São Paulo: brasiliense, 1986, pp.164-166

⁸ FARIA, José Eduardo. *Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social*. SP:Edusp, 1988, p.164.

⁹ Idem. Ibidem. p. 120. *“o processo social, a História, é um processo de libertação constante (se não fosse, estávamos, até hoje, parados, numa só estrutura, sem progredir); mas, é claro, há avanços e recuos, quebras do caminho, que não importam, pois o rio acaba voltando ao leito, seguindo em frente e rompendo as represas. Dentro do processo histórico, o aspecto jurídico representa a articulação dos princípios básicos da Justiça Social atualizada, segundo padrões de reorganização da liberdade que se desenvolvem nas lutas sociais do homem.”* LYRA FILHO, Roberto. Op. Cit. p.114-115.

Partindo do conceito de dialética de Merleau-Ponty podemos analisar as decisões do STF sem cairmos nas armadilhas do maniqueísmo da lógica formal. Suas ponderações possibilitam uma visão múltipla e muito mais rica dos processos históricos:

*“A dialética não é a idéia da ação recíproca, nem a da solidariedade dos contrários e seu ultrapassamento, nem a de um desenvolvimento que se auto-propulsiona, nem a transcrescença de uma qualidade, a instalar numa nova ordem uma mudança até então quantitativa: tais idéias são conseqüências ou aspectos da dialética. Porém, tomados em si mesmos ou como propriedades do ser, tais relacionamentos são prodígios, curiosidades ou paradoxos. Só se esclarecem quando tomados em nossa experiência, na junção de um sujeito, do ser, e dos outros sujeitos: entre estes contrários, nesta ação recíproca, nesta relação entre um dentro e um fora, entre os elementos desta constelação, neste tornar-se que não se torna somente, mas que se torna para si, há lugar para relacionamentos em sentido duplo, sem contradição e sem magia, para reviravoltas, para verdades contrárias e inseparáveis, para ultrapassamentos, para uma gênese perpétua, para uma pluralidade de planos ou de ordens. Só há dialética nesse tipo de ser onde se realiza a junção dos sujeitos, ser não é apenas um espetáculo que cada um deles se oferece por sua própria conta, mas sua residência comum, espaço de sua troca e de sua inserção recíproca”.*¹⁰

O direito está inserido nas lutas sociais e é modificado nos embates pelo poder, “é o resultado de uma produção arbitrária, local, histórica, de grupos sociais¹¹”. A relação entre a história e o direito deve privilegiar o processo histórico, as relações sociais e a sua dinâmica interna, “o direito recompõem-se continuamente e, ao recompor-se, recompõe a leitura da sua própria história, da sua própria tradição, atualizando-as¹²”. A história do direito é descontínua e repleta de rupturas.

¹⁰ MERLEAU-PONTY, Maurice. *As aventuras da dialética*. IN Os pensadores, SP: Abril, 1980, p.47.

¹¹ HESPANHA, António Manuel. *Panorama da cultura jurídica europeia*. Lisboa : Edições Europa-América, 1998.

¹² HESPANHA, António Manuel. *Panorama da cultura jurídica europeia*. Lisboa : Edições Europa-América, 1998.

O direito é um produto histórico em constante transformação¹³. É um imenso projeto arquitetônico inacabado e constantemente modificado. Ele é projetado por muitos arquitetos com projetos diferentes e divergentes. A obra é modificada pelo confronto de idéias e pelas possibilidades concretas de construção.

“(...) o direito em sociedade não consiste apenas em considerar o papel do direito no seio de processos sociais (como o da instauração da disciplina social), mas também em considerar que a própria produção do direito (dos valores jurídicos, dos textos jurídicos) é, ela mesma, um processo social. Ou seja, algo que não depende apenas da capacidade de cada jurista para pensar, imaginar e inventar, mas de um complexo que envolve, no limite, toda a sociedade, desde a organização da escola, aos sistemas de comunicação intelectual, à organização da justiça, à sensibilidade jurídica dominante e muito mais¹⁴”.

O Estado de Direito Contemporâneo é resultante de uma "correlação de forças¹⁵". Esta correlação de forças leva a pensar o direito como “uma ordem não absolutamente vinculada aos interesses das classes dominantes, mas relativamente contraditória e, portanto, passível de vários usos políticos. Este carácter contraditório do direito decorreria de dois aspectos.

Por um lado, o domínio das classes dominantes seria sempre "incompleto", pois os grupos dominados conseguiam fazer valer, em espaços limitados, pontos de vista próprios. A sociedade seria, assim, irredutivelmente contraditória, partilhada entre projectos e valores político-sociais divergentes, embora hegemonizados pelos das classes dominantes¹⁶”.

¹³ NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1995, p.25-26.

¹⁴ HESPANHA, António Manuel. *Panorama da cultura jurídica europeia*. Lisboa : Edições Europa-América, 1998.

¹⁵ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1981, p.144.

¹⁶ HESPANHA, António Manuel. *Panorama da cultura jurídica europeia*. Lisboa : Edições Europa-América, 1998, p.54.

Uma luta permanente entre segmentos sociais com interesses consolidados que “*procuram deter o processo histórico, eternizar seu domínio e transformar em privilégio o que já foi um direito*”.¹⁷ E, segmentos, que lutam para ampliar seus espaços de participação política e econômica, e, conseqüentemente, expandir e aprofundar os direitos humanos.¹⁸ Nesse sentido Roberto Lyra Filho define o Direito como “*a afirmação da liberdade conscientizada e viável, na coexistência social*”¹⁹.

Com a participação política dos trabalhadores e demais segmentos populares como sujeitos coletivos (sindicatos, partidos, movimentos sociais etc.) tornou-se impossível governos estáveis sem um mínimo de regras e de valores coletivamente partilhados.²⁰ O consenso para governar é garantido pelos direitos. Principalmente os direitos garantidos constitucionalmente²¹. Para Poulantzas:

“*Em face da luta da classe operária no plano político, esse direito organiza o quadro de um equilíbrio permanente de compromisso imposto às classes dominantes pelas classes dominadas. Esse direito regula também as formas de exercício da repressão física: esse sistema jurídico, essas liberdades “formais” e “abstratas” são também, cumprir destacar, conquistas das massas populares*”²².

¹⁷ ROSSELI, Carlo. *Socialismo Liberal*. São Paulo: C.H. Cardim Editora, 1988, p.130.

¹⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000, p.61.

¹⁹ LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 180-81.

²⁰ COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política. A dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Cortez, 1994, p.139-40.

²¹ “*É importante considerar que a Constituição atua sobre a vida social de duas maneiras: ou numa perspectiva mais genérica, fixando as linhas gerais da organização social e da convivência humana, ou de maneira direta e particularizada, orientado a aplicação do direito e fornecendo uma base objetiva para apoiar a solução dos conflitos jurídicos (...)*” DALLARI, Dalmo. *O renascer do Direito*. SP: José Bushatsky editor, 1976, p.31.

²² POULANTZAS, Nicos. *Op.cit.* 1981, p. 88-91.

As lutas sociais transformam as declarações direitos em direitos reais, ou seja, criam direitos²³. Em decorrência disso, a história do direito é, também, a história das contradições sociais²⁴.

*“O direito antecede - e é mais amplo - do que o direito positivo, ou seja, do que o direito estatuído nas Constituições, nos códigos etc. Os direitos têm sempre sua primeira expressão na forma de expectativas de direito, ou seja, de demandas que são formuladas, em dado momento histórico determinado, por classes ou grupos sociais”.*²⁵

Para compreender um processo histórico as relações precisam estar sempre encarnadas em pessoas e contextos reais²⁶. Edward P. Thompson sintetiza a relação sujeito/sociedade:

*“Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo ‘experiência humana’ - não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.”*²⁷

²³ As lutas populares por participação política ampliaram os direitos civis: direito de opor-se à tirania, à censura, à tortura, direito de fiscalizar o Estado por meio de organizações da sociedade (associações, sindicatos, partidos políticos); direito à informação pela publicidade das decisões estatais. CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. SP: Ática, 2000, p.40.

²⁴ A dialética na história humana depende de fatores subjetivos, de decisões e escolhas. Um processo que comporta alternativas e depende de iniciativas. Existe, portanto, um espaço de relativa autonomia.

²⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente*. SP: Cortez, 2000, p.53-54.

²⁶ THOMPSON, Edward. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁷ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. RJ, Paz e Terra, 1981, P.182.

Os valores e idéias que determinam as formas de compreensão da realidade pelos juízes, resultantes de visões de mundo²⁸ formadas historicamente, são incorporadas nas decisões judiciais de maneira complexa. Não ocorre uma correlação direta e determinante entre as visões de mundo e as decisões, no entanto, elas estão presentes. Um juiz socialista jamais decidirá da mesma forma que um juiz fascista.

*“Para compreender uma regra, sistema, realidade jurídica, segundo a relação dialética do fato e do valor, deveremos simultaneamente ‘compreender’ as necessidades e fins significativos das ações humanas que estiveram em sua origem e elucidar essas ações práticas, essa situação concreta, a partir das realidades jurídicas que lhes conferem significado”.*²⁹

O Poder Judiciário

Na divisão de poderes do Estado contemporâneo cabe ao Poder Judiciário o exercício da atividade jurisdicional³⁰ e, em muitos países, o controle constitucional³¹. A função do poder judiciário é complexa e envolve uma série de fatores, mas, sinteticamente, podemos afirmar que é a função de resolver conflitos de interesses entre indivíduos e entre

²⁸ “Tomado de empréstimo a Lukács por Lucien Goldmann, o conceito de “visão do mundo” é definido como conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um mesmo grupo (de uma classe social, na maioria das vezes) e os opõe aos outros grupos.” *Idem. Ibid. P.47.*

Uma visão do mundo é um ponto de vista *coerente* e *unitário* sobre o conjunto da realidade. Ora, o pensamento dos indivíduos - com pequenas exceções - é raramente coerente e unitário. Submetido a uma infinidade de influências, sofrendo a ação não somente dos mais diversos meios como também da constituição fisiológica no mais amplo sentido, o pensamento e o modo de sentir dos indivíduos se aproximam sempre mais ou menos de uma certa coerência, mas não a atingem senão excepcionalmente. GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. RJ, Paz e Terra, 1967, p.73.

²⁹ POULANTZAS, Nicos. O Método Dialético na Compreensão do Universo Jurídico. IN SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim. *Sociologia e Direito*. SP. Pioneiro, 1980, pp. 67-70.

³⁰ COUTINHO, Heliana Maria de Azevedo. *O Juiz agente político*. Campinas: Ed. Copola, 1998, P. 41.

³¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl, *Poder Judiciário: Crise, acertos e desacertos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, P. 34-5.

indivíduos e o Estado. E, ser o intérprete da Constituição, ou seja, estabelecer o significado do texto constitucional na eventualidade de algum conflito ou dúvida:

*“Falando de circunstâncias da justiça, é necessário lembrar que lidamos com a justiça quando se exige que urna instância superior decida entre reivindicações levantadas por interesses ou direitos opostos. Quanto aos canais da justiça, trata-se do próprio aparelho judiciário, compreendendo várias coisas: um corpo de leis escritas; tribunais ou cortes de justiça investidos da função de pronunciar o direito; juízes, vale dizer, indivíduos como nós, reputados independentes e encarregados de pronunciar a sentença considerada justa numa circunstância particular; ao que não se deve esquecer de acrescentar o monopólio da coerção, a saber, o poder de impor uma decisão da justiça pelo emprego da força pública”.*³²

O Poder Judiciário está inserido na sociedade e é perpassado por contradições e tensões³³. Ele não paira acima da sociedade, ao contrario, está inserido no conflito³⁴. Existe uma relação dialética complexa onde fatores externos (forças sociais) e internos chocam-se e acomodam-se. A aparente imobilidade esconde um movimento incessante, com momentos de estabilidade e rupturas. Uma luta silenciosa por interesses que, muitas vezes, acabam se convertendo em direitos. Para Pierre Bourdieu:

“O campo judicial é o espaço social organizado no qual e pelo qual se opera a transmutação de um conflito direto entre partes diretamente interessadas no debate

³² RICOEUR, Paul. *Em torno ao político*. SP: Loyola, 1995, p.89.

³³ Para Maria Aparecida de Aquino, “o Estado é fruto de uma rede de ligações com diferentes setores/facções/grupos/ que, em circunstâncias restritas, assumem maior ou menor dimensão de prioridade na realização dos anseios desses mesmos setores/facções/grupos”. AQUINO, Maria Aparecida de. *Caminhos Cruzados - imprensa e Estado Autoritário no Brasil 1964-1980*. SP, FFLCH/USP, 1994. (Tese de Doutorado) p.2-3.

³⁴ O problema da justiça torna-se, então, o da prioridade a dar no interior de uma comunidade histórica, entre bens que se sobrepõem uns aos outros e reivindicam, cada um, todo o espaço. RICOEUR, Paul. *Em torno ao político*. SP: Loyola, 1995, p.103.

juridicamente regulado entre profissionais que atuam por procuração e que têm de comum o conhecer e o reconhecer da regra do jogo jurídico, quer dizer, as leis escritas e não escritas do campo - mesmo quando se trata daquelas que é preciso conhecer para vencer a letra da lei (...)”.³⁵

O Judiciário tem uma autonomia relativa em relação à sociedade e ao Estado. Ele é composto por um grande numero de servidores que direta ou indiretamente influenciam o seu funcionamento e conseqüentemente as decisões dos magistrados. (Advogados, professores, funcionários, ministério publico, associações de classe e juizes). Todos esses segmentos possuem regras, hierarquias e principalmente interesses políticos e econômicos.³⁶ Falar em neutralidade é desprezar todo esse sistema complexo e conflituoso, onde a imobilidade é apenas aparente.³⁷

³⁵ BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 1989, p.227-229.

³⁶ “*De facto, os produtores de leis, de regras e de regulamentos devem contar sempre com as reacções e, por vezes, com as resistências, de toda a corporação jurídica e, sobretudo, de todos os peritos judiciais (advogados, notários, etc.) os quais, como bem se vê, por exemplo, no caso do direito das sucessões, podem pôr a sua competência jurídica ao serviço dos interesses de algumas categorias da sua clientela e tecer as inúmeras estratégias graças às quais as famílias ou as empresas podem anular os efeitos da lei. A significação prática da lei não se determina realmente senão na confrontação entre diferentes corpos animados de interesses específicos divergentes (magistrados, advogados, notários, etc.), eles próprios divididos em grupos diferentes animados de interesses divergentes, e até mesmo opostos, em função sobretudo da sua posição na hierarquia interna do corpo, que corresponde sempre de maneira bastante estrita à posição da sua clientela na hierarquia social*”. BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 1989, p.217-218.

³⁷ Começamos pelas circunstâncias, ou ocasiões, da justiça. Todas elas têm a forma de um conflito opondo direitos presumidos, interesses reais, vale dizer, privilégios adquiridos. Em todas as subdivisões do direito - penal, civil, social, internacional- a exigência de justiça surge em situações de conflito às quais o direito dá a forma do processo. É nesse ponto que as considerações emprestadas à concepção teleológica da justiça retomam vigor: as demandas entre as quais a justiça é chamada a decidir - ou, mais precisamente, e voltaremos a isso, nas quais se exige da justiça que atribua a cada um a sua justa parte - são portadoras de valores, de avaliações em termos de bens. RICOEUR, Paul. *Em torno ao político*. SP: Loyola, 1995, p.102.

O Supremo Tribunal Federal

O Supremo Tribunal Federal é composto por onze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos de idade e menos de sessenta e cinco, com notável saber jurídico e reputação ilibada. Seus membros são nomeados pelo Presidente da República com aprovação prévia do Senado por maioria absoluta de votos³⁸.

O Supremo Tribunal de Justiça foi criado pela Constituição Imperial de 1824, “*na Capital do Império, além da relação que deve existir, assim como nas mais Províncias, haverá também um tribunal com a denominação de Supremo Tribunal de Justiça, composto de Juizes letrados, tirados das relações por suas antiguidades, e serão condecorados com título de Conselheiro*”.

Com a proclamação da República o Supremo Tribunal de Justiça foi transformado no Supremo Tribunal Federal pela Constituição provisória da República, Dec. 510, de 22 de junho de 1890 (arts. 54, 55 e 58); e foi regulamentado pelo Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890. Inspirado na Suprema Corte dos Estados Unidos o Supremo Tribunal Federal era integrado por 15 ministros.

No entanto, foi a primeira constituição republicana que estruturou o Supremo Tribunal Federal, em 1891. O STF foi instalado solenemente, em 28 de fevereiro de 1891, como órgão de cúpula do Poder Judiciário.

O Decreto n.º 19.656, de 3 de fevereiro de 1931, reduziu o número de ministro para 11. As Constituições de 1934 (art. 73), de 1937 (art. 97) e de 1946 (art. 98) mantiveram o número de 11 ministros. O Ato Institucional n.º 2 de 1965 (art. 6), aumentou para 16 o número de ministros. Número mantido pela Constituição de 1967 (art. 113). O ato Institucional n.º 6 reduziu novamente o número de ministros para 11 e a Emenda Constitucional n.º 1 de 1969 consolidou a mudança.

Para Emilia Viotti da Costa o Supremo Tribunal Federal:

“(...) tem mantido ao longo do tempo, com pequenas alterações, as características e funções que lhe foram atribuídas em 1890, quando foi criado. No entanto, como entre suas

³⁸ Constituição Federal.

funções primordiais incluem-se as de decidir da constitucionalidade dos atos dos demais poderes, julgar litígios entre os Estados e a União e defender, na qualidade de última instância, os direitos dos cidadãos, sua história tem sido tumultuada. Num país onde as sublevações e os golpes de estado se repetem, as constituições se sucedem e o estado de direito tem sido várias vezes interrompido por períodos de exceção; num país em que o Executivo, de tempos em tempos, ignora dispositivos constitucionais, dissolve o Congresso, governa por decreto, cria atos institucionais que contrariam a Constituição, declara estado de sítio durante o qual ficam suspensas as garantias constitucionais, prende e desterra cidadãos sem qualquer processo; num país cujos governantes se recusam às vezes a obedecer às decisões emanadas da mais alta Corte de Justiça, interferindo diretamente nela, negando-se a preencher vagas ou alterando o número de ministros - é de se esperar que esta funcione como uma caixa de ressonância que registra os ritmos agitados da história nacional. Sendo inevitavelmente levado a participar das lutas políticas que se travam à sua volta e sofrendo suas conseqüências, o Supremo Tribunal Federal é ao mesmo tempo agente e paciente dessa história.”

A principal atribuição do STF é proteger os direitos e garantias constitucionais e limitar a atuação do Estado aos parâmetros estabelecidos pela Constituição.³⁹ Entre outras atribuições,⁴⁰ cabe ao STF o controle da constitucionalidade das leis. É do Supremo Tribunal Federal a tarefa de interpretar o texto da Constituição. Esta tarefa tem três finalidades principais: Assegurar a continuidade do regime democrático, corrigindo-lhe eventuais distorções; Garantir a supremacia das decisões constitucionais frente às decisões políticas e Resguardar direitos fundamentais.⁴¹ Mas essa tarefa tem encontrado muitos

³⁹ O sistema de separação dos poderes confere ao poder judiciário o papel político de fiscalizar e evitar possíveis exorbitâncias de qualquer dos poderes (executivo, legislativo e judiciário), obrigando cada um a permanecer nos limites de sua respectiva esfera de competências. DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 1987, P. 184-185.

⁴⁰ A competência do Supremo Tribunal Federal está estabelecida na Constituição de 1946 nos artigos 98, 99 e 101; na Constituição de 1967 nos artigos 107 a 112, 113 a 115, 132 e 135; e na Emenda constitucional n.º 1 de 1969 nos artigos 118, 119 e 129.

⁴¹ VIEIRA, Oscar Vilhena, *Supremos Tribunal Federal: jurisprudência política*. São Paulo: Revista dos

contratempos na conturbada história política brasileira:

“O cumprimento da função de guarda da Constituição não tem sido realizada sem dificuldades e insucessos nesses mais de cem anos. O Supremo Tribunal Federal tem sofrido no decorrer de sua história inúmeras pressões, limitações de competência e até intervenções. Como foi a aposentadoria compulsória de diversos de seus ministros em 1931 e 1969, por não se submeterem aos regimes de exceção que chegaram ao poder respectivamente em 1930 e 1964. A resistência, no entanto, não é uma marca constante na história do Supremo, que em algumas circunstâncias foi omissa ou simplesmente caudatário do poder, 73 como tribunais em outros países”.

É inegável o papel político do Supremo Tribunal Federal e sua efetiva participação nas disputas políticas cotidianas pelo poder. Colocá-lo como instituição neutra, isolada do mundo, é uma tentativa de ocultar o seu papel político e retirar do foco do problema da independência do poder judiciário. É condená-lo a ser um órgão subalterno do Estado. Para Evandro Lins e Silva:

“Sendo o Supremo um órgão também político, suas decisões evidentemente têm um conteúdo político. (...) Vendo a história do Supremo Tribunal Federal, inspirada na história da Corte Suprema americana, verifica-se que os seus pronunciamentos são políticos, quando a causa tem um conteúdo político.”⁴²

Aliomar Baleeiro, grande defensor e entusiasta do STF, assume a conturbada história do STF:

"Poderia ser outra, sem esses lances dramáticos, a crônica do Supremo. Mas das instituições, pode repetir-se o que já foi dito das Nações: se foram sempre felizes não tiveram história, que mereça ser contada. E o Supremo tem a dele, com grandezas e sombras, como todas as instituições humanas, sob todos os céus e no curso de todas as

Tribunais, 1984, P. 38.

⁴² LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. RJ: Nova Fronteira, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.470-471.

idades”⁴³.

Existem duas modalidades de julgamento no STF. Na primeira delas os onze ministros são divididos em duas turmas de cinco ministros⁴⁴. Os cinco ministros participam do julgamento. Um deles é escolhido por sorteio como relator, aquele que analisa o caso e expõem os fatos aos demais ministros através de um relatório. Depois disso, cada um deles profere o seu voto. Primeiro o relator, depois se seguem os demais ministros a partir do membro mais novo no Tribunal.

A Segunda modalidade é o julgamento Plenário, onde os onze ministros participam⁴⁵ da decisão. No plenário, o processo de julgamento é o mesmo, sendo que o presidente do Tribunal vota apenas no caso de empate.

Terminado o julgamento, os autos, o relatório e os votos são enviados para a Seção de Taquigrafia, que junta os resumos dos debates. O conjunto de todos esses elementos compõe o acórdão do julgamento.⁴⁶

O Juiz

O juiz é o operador do direito responsável pela tomada de decisões legais⁴⁷. Mas essa função não pode obscurecer o papel ativo dos juizes na interpretação e modificação das leis. Como afirma Poulantzas:

“o papel do juiz, mesmo se ele não inova o direito no sentido restrito do termo, é sempre ‘criador’. O juiz tenta compreender a lei a partir das significações, dos dados reais que estão em sua origem, e reforça esses dados pela aplicação concreta da lei às situações

⁴³ A. Baleeiro, *O Supremo Tribunal Federal. Esse Outro Desconhecido*, Forense, Rio, 1968, p. 69

⁴⁴ O presidente do STF não participa dos julgamentos das turmas.

⁴⁵ As competências de julgamento das turmas e do pleno são estabelecidas pelo regimento interno do STF.

⁴⁶ BALEEIRO, Aliomar. *O Supremo Tribunal Federal: Esse outro desconhecido*. RJ: Forense, 1968.

⁴⁷ Para Libman “*Livre de vínculos no exercício de sua função, é o juiz no entanto obrigado a aplicar a lei, da qual é o intérprete qualificado. Mas a lei deve realmente ser interpretada e é esse um dos momentos preponderantes da função jurisdicional. A norma jurídica é abstrata e estática, enquanto a vida social está em contínuo movimento e submete ao juiz casos concretos sempre diferentes e sempre novos*” LIBMAN, Enrico Tullio. *Manual de Direito Processual Civil*. RJ: Forense, 1985, p.5.

práticas que lhe deram origem ou a mantêm viva. Ele contribui, através de seu julgamento, para a objetivação necessária à existência do direito: o juiz 'nega' o direito enquanto conceito puro ao aplicá-lo a uma situação prática e contribui, assim, para a própria existência do direito, porque constitui um dos motores dialéticos deste: ele o 'nega' por sua compreensão mesma; como se viu, a objetivação necessária à existência de toda realidade do direito não se impregna de sentido senão a partir da compreensão do juiz”⁴⁸.

Como agente político⁴⁹, a função do juiz é mediar os conflitos sociais possibilitando “modificações nas relações de força dentro do bloco no poder sem graves perturbações dos aparelhos de Estado e até mesmo certa ventilação regulamentada do poder no seio das classes”.⁵⁰ O juiz está inserido de forma concreta na sociedade e enfrenta contradições e tensões reais. Para Lukács:

“É somente através duma interação viva e concreta entre o homem e o mundo que as possibilidades concretas de um indivíduo podem libertar-se das suas possibilidades abstratas e revelar-se como realidades concretas. É aí que é preciso procurar o único princípio de seleção capaz de extrair o concreto da imensa massa dos abstratos”⁵¹.

Ele tem uma determinada compreensão do mundo e da realidade determinada pela sua historicidade e pelas escolhas pessoais que fundamenta suas decisões.⁵² Em cada julgamento ele assume e expressa sua própria concepção do mundo, ou seja, um certo sistema de idéias⁵³, dentro de possibilidades reais de escolha:

⁴⁸ POULANTZAS, Nicos. O Método Dialético na Compreensão do Universo Jurídico. IN SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim. Sociologia e Direito. SP. Pioneiro, 1980, pp. 67-70.

⁴⁹ COUTINHO, Heliana Maria de Azevedo. *Op. cit.* P. 73.

⁵⁰ POULANTZAS, Nicos. *A crise das ditaduras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 72.

⁵¹ LUKÁCS, Geog. Realismo crítico hoje. Brasília: Coordenada editora de Brasília, 1969, p. 43.

⁵² ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Op. cit.* P. 99.

⁵³ *"O juiz, mesmo quando livre, não o é totalmente. Ele não pode inovar a seu bel-prazer. Não é um cavalheiro-errante, vagando à vontade em busca de seu próprio ideal de beleza ou de bondade."* CARDOZO, Benjamin N. *A natureza do processo e A evolução do direito*. Porto Alegre: AJURIS, 1978, P. 134.

“(...) o juiz, ao invés de ser sempre um simples executante que deduzisse da lei as conclusões directamente aplicáveis ao caso particular, dispõe antes de uma parte de autonomia que constitui sem dúvida a melhor medida da sua posição na estrutura da distribuição do capital específico de autoridade jurídica; os seus juízos, que se inspiram numa lógica e em valores muito próximos dos que estão nos textos submetidos à sua interpretação, têm uma verdadeira função de invenção. Se a existência de regras escritas tende sem qualquer dúvida a reduzir a variabilidade comportamental, não há dúvida também de que as condutas dos agentes jurídicos podem referir-se e sujeitar-se mais ou menos estritamente às exigências da lei, ficando sempre uma parte de arbitrário, imputável a variáveis organizacionais como a composição do grupo de decisão ou os atributos dos que estão sujeitos a uma jurisdição, nas decisões judiciais - há também uma parte de arbitrário no conjunto dos actos que os precedem e os predeterminam, caso das decisões da política que dizem respeito à prisão”.⁵⁴

Os valores resultantes de visões de mundo formadas historicamente, que determinam a forma de compreensão da realidade pelos juízes estão incorporados de modo difuso nas suas decisões judiciais. No entanto, é preciso não supervalorizar o papel do juiz. Ele sofre a influência de um campo de forças.

A lei não é interpretada da mesma maneira por juizes diferentes⁵⁵. A interpretação depende da concepção de mundo e da concepção do Direito de cada um.⁵⁶ Para Alberto Silva Franco o juiz deve assumir sua responsabilidade social de maneira direta e conclusiva:

“(...) Não é mais admissível a indiferença ou a auto-suficiência dogmática, com que

⁵⁴ BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 1989, p.222-225.

⁵⁵ Para Lukács: “A liberdade existe no sentido de que a vida dos homens coloca alternativas concretas. Creio(...) que o homem é um ser que dá respostas e que sua liberdade consiste no fato de que deve e pode fazer uma certa escolha no interior das possibilidades oferecidas dentro de uma certa margem.” HOLZ, Hans Heinz. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, pp. 128-29.

⁵⁶ Idem. Ibid.

se posicionava o juiz em relação à problemática social como um todo. É manifesta a interação de todos os problemas sociais, e o juiz não pode mais permanecer no seu olímpico isolamento: deve arrostar os riscos e compreender as possibilidades de seu trabalho na sociedade em que vive, e ver no Direito uma dimensão de totalidade, de interconexão e de interdependência com os demais fatores sociais, políticos e econômicos. Por isso, tem de submeter a um reexame os aferidores tradicionais de valorização de sua atividade, abrindo através de, ainda que penosa, autocrítica o caminho, rumo ao verdadeiro significado de sua função.

O juiz atual deve perder sua incontaminada inocência, imiscuindo-se nas impurezas do social, e deve tomar consciência de que o apego literal à norma pode, não poucas vezes, torná-lo mero instrumento de interesse menos legítimos; mas o papel do juiz criminal não se resume apenas em infundir, em relação a determinadas normas de incriminação, o sopro do social. É sua incumbência ainda posicionar-se na relação de tensão 'Indivíduo-Estado' para assegurar sempre 'uma esfera individual frente à onipotência do Estado'. E, no exercício deste mister, não pode validar nenhum agravo aos princípios constitucionais, que velam pela área de liberdade e de segurança jurídica que cada cidadão possui frente ao Estado.

*É seu dever zelar para que a lei ordinária nunca elimine o núcleo essencial dos direitos do cidadão, constitucionalmente protegido. É seu dever, ainda, não tolerar interpretações que acarretem o esvaziamento de sua jurisdição, em favor de jurisdições especiais. É seu dever também garantir a ampla e efetiva defesa, o contraditório e a isonomia de oportunidades, favorecendo, assim, o concreto exercício da função de defesa. É seu dever, por fim, invalidar as provas obtidas com 'a violação da autonomia ética da pessoa', ou seja, todos aqueles meios de prova que importem ofensa à dignidade da pessoa humana, à integridade pessoal (física ou moral) do argüido e, em especial, os que importem qualquer perturbação da sua liberdade de vontade e de decisão."*⁵⁷

O juiz tem independência, mas não tem liberdade absoluta de decisão. Suas decisões têm uma série de requisitos formais (legais dogmáticos, processuais), tradicionais (relativos

⁵⁷ FRANCO, Alberto Silva. *Crimes Hediondos*. SP: Revista dos Tribunais, 1992, p.18.

a tradição e a jurisprudências dos tribunais) e contextuais (relações internas dos tribunais e com a sociedade num determinado momento histórico).

Capítulo I

Justiça e autoritarismo no Brasil

No Brasil há uma grande distância entre o reconhecimento das leis e sua efetiva aplicação. Essa contradição é decorrente de um sistema político mediado por uma cultura autoritária e elitista, que dificulta a participação política da maioria da população e facilita as quebras da legalidade. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro:

*“No caso brasileiro predomina o que se poderia chamar de um ‘autoritarismo socialmente existente’ que precede e ultrapassa os regimes políticos autoritários e independe da periodização da história política (...). Parece estar inscrito numa grande continuidade autoritária que marca a sociedade brasileira (e sua “cultura política”) diretamente dependente dos sistemas de hierarquia implantados pelas classes dominantes e reproduzidos regularmente com o apoio dos instrumentos da opressão, da criminalização da oposição política e do controle ideológico sobre a maioria da população.”*⁵⁸

Essa lacuna decorrente da cultura política autoritária e elitista inviabiliza a existência no Brasil de uma sociedade democrática.⁵⁹ O país está imerso numa rede de atraso, irresponsabilidade e corrupção, que coloca, muitas vezes, a democracia em risco e não permite o desenvolvimento econômico e a justiça social. Para Guillermo O’Donnell as dificuldades da democracia no Brasil decorrem da grande desigualdade presente na sociedade brasileira que:

⁵⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e Transição. *Revista USP*, n.º 9, 1991, p. 55-56.

⁵⁹ Para Fabio Konder Comparato: “Na Idade Moderna, só se pode considerar democrático o regime político fundado na soberania popular, e cujo objetivo último consiste no respeito integral aos direitos fundamentais da pessoa humana. A soberania do povo, não dirigida à realização dos direitos humanos, conduz necessariamente ao arbítrio da maioria. O respeito integral aos direitos humanos, por sua vez, é inalcançável, quando o poder político supremo não pertence ao povo.” COMPARATO, Fábio Konder. *Justiça e Democracia: O Poder Judiciário no Regime Democrático..IN Cidadania e Justiça, ano 7, n.º 13, p.7.*

“favoreceu uma inversão ainda mais radical das relações sociais e políticas pressupostas pelos moldes clássicos de representação política: simplesmente, houve pouco a representar na política, de uma sociedade na qual os "de baixo" não conseguiram ter formas de organização nem identidades políticas relativamente autônomas das classes e setores dominantes. Quando muito, ascenderam a uma cidadania regulamentada que mais que um canal para a expansão de direitos, obliterou o espaço institucionais, práticas e identidades potencialmente alternativas e isto, até agora, sob qualquer tipo de regime político. Sem, a presença enquanto cidadãos de, pelo menos boa parte dos setores populares, 'há pouca sustentação para que surja uma sociedade política em que aqueles também sejam politicamente representados, em uma mediação que os reconheça na sua dupla condição de cidadãos e de povo.’”⁶⁰

Essa configuração social gerou *“um Estado violento e arbitrário com os excluídos moralmente; e um Estado doce e cordial com os privilegiados, que se colocam acima dos rigores da lei”*.⁶¹ Observamos, no Brasil, a aplicação diferenciada e elitista de leis que, muitas vezes, são democráticas e avançadas⁶².

⁶⁰ O'DONNELL, Guillermo. *Contrapontos: Autoritarismo e democratização*. São Paulo, Edições Vértice, 1986, p. 141-142.

⁶¹ VIEIRA, Oscar Vilhena. *Estado de Direito, seus limites e a criminalidade*. In *A violência do Cotidiano*, Cadernos Adenauer, Fundação Konrad Adenauer, Ano II, volume 1, p.83.

⁶² *No decorrer dos séculos, as atividades fundamentais do Estado foram-se diferenciando e agrupando em tomo de três ordens de funções: a legislativa, a administrativa e a jurisdicional. A legislação consiste na produção das normas que vêm a compor o ordenamento jurídico e seus atos têm (de regra) um conteúdo abstrato e geral, porque destinados a regular um número indefinido de casos e fatos futuros. A jurisdição expressa-se, ao contrário, através de atos que têm um conteúdo concreto, referindo-se a determinado fato ou caso que então vem a ser julgado e sancionado mediante a aplicação das regras do direito vigente; Por isso, a jurisdição é, em certo sentido, uma atividade que se coloca como continuação e especificação da legislação; e a norma jurídica, que é o produto da legislação, toma-se critério de julgamento para a jurisdição.*

Por sua vez, também a administração se exerce com atos (em grande parte) de conteúdo concreto, constituindo execução da lei. Mas distingue-se da jurisdição por uma diferente relação que têm com aquela: os atos administrativos perseguem sempre a proteção de determinados interesses públicos (a segurança, a

“(...) a igualdade formal perante a lei não traduz uma pretensa igualdade inerente à experiência concreta e real da vida social, mas sim meras oportunidades abstratas concedidas aos "sujeitos de direito", para que Possam usufruir de certas vantagens abstratas e genericamente permitidas ou autorizadas. Logo, a aplicação da lei a cada problema concreto tem de ser encarada mais como um intrincado e sutil processo de adaptação valorativa do que uma simples operação estritamente baseada nas regras da lógica formal, conforme a orientação metodológica do positivismo normativista⁶³”.

Os direitos fundamentais e o regime militar de 1964.

Os direitos humanos são direitos que uma determinada civilização em determinado momento histórico atribui máximo valor. Três grandes objetivos os norteiam: a limitação do poder dentro dos Estado, a busca da igualdade de condições econômicas, sociais e culturais entre todos os cidadãos; e a manutenção das condições de vida no planeta.

Os direitos humanos, por mais fundamentais que sejam, *“são direitos históricos, ou seja, nascidos de modo gradual, não todos de uma vez nem de uma vez por todas”*.⁶⁴ Segundo Bobbio:

*“(...) os direitos humanos constituem uma classe variável, como a história destes últimos séculos demonstra suficientemente. O elenco dos direitos do homem se modificou e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc.”*⁶⁵

saúde, a instrução, etc.) e nisso consiste a sua finalidade específica, enquanto a lei fornece apenas a disciplina do comportamento da autoridade administrativa, regulando o quando e o como da sua atividade. LIEBMAN. Enrico Tullio. *Manual de direito processual civil*. RJ:Forense, 1985, p.5.

⁶³ *Eficácia jurídica e violência simbólica: o direito como instrumento de transformação social*. SP:Edusp, 1988, p.89.

⁶⁴ Idem. Ibidem. p. 5.

⁶⁵ Idem Ibidem. p. 18.

As mudanças são constantes, podem não parecer importantes no momento em que se produziram, mas o resultado, à medida que o processo se repete através dos anos é o de transformar e, algumas vezes, revolucionar.

No entanto, existe uma grande distância entre proclamar um direito e desfrutá-lo efetivamente. A simples declaração de um direito não o institui concretamente, mas abre o campo histórico para a criação desse direito pela práxis humana.⁶⁶

*“O campo dos direitos do homem - ou, mais precisamente, das normas que declaram, reconhecem, definem, atribuem direitos ao homem - aparece, certamente, como aquele onde é maior a defasagem entre a posição da norma e sua efetiva aplicação. E essa defasagem é ainda mais intensa precisamente no campo dos direitos sociais”.*⁶⁷

Um das classificações dos direitos humanos mais utilizadas foi criada por T. H. Marshall. Os critérios utilizados por ele foram o conteúdo e o surgimento histórico dos direitos. Para Marshall a cidadania é um processo social, *“nada de algo dado ao povo de uma vez e para sempre, e sim o núcleo de um desenvolvimento vigoroso”*⁶⁸. Ele distingue três tipos de cidadania: civil, política e social.⁶⁹

Para Marshall a cidadania civil é composta pelos *“direitos necessários a liberdade individual - liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça”*.⁷⁰ A cidadania política é o *“direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo”* E, a cidadania social se *“refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo*

⁶⁶ *“A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais conseqüente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática”.* KONDER, Leandro. A filosofia da práxis. RJ: Paz e Terra, p.55.

⁶⁷ *Idem. Ibidem. p.76*

⁶⁸ DAHENDORF, Ralf. *A nova liberdade*. Brasília : UnB, 1979, p.42.

⁶⁹ MARSHALL. T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. RJ: Zahar, 1967, p.57-107.

⁷⁰ *Idem, ibidem, p. 63.*

*de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”*⁷¹.

Especificando melhor, os direitos humanos dividem-se em direitos de primeira geração: direitos civis e direitos político; direitos de segunda geração: direitos sociais e direitos de terceira geração.

Os direitos humanos de primeira geração são os direitos civis e os direitos políticos. São considerados direitos negativos, pois exigem uma abstenção de parte do Estado (o Estado não pode prender, não pode processar, não pode tributar, etc.), os quais foram universalizados pela Revolução Francesa do fim do século XVIII. Os direitos civis ou liberdades individuais são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. Já os direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado⁷².

Os direitos considerados de segunda geração são os direitos econômicos, sociais e culturais. Surgidos a partir de meados do século XIX, pela luta dos operários e outros trabalhadores para melhorar as condições de trabalho e de vida.

Existem ainda, direitos humanos de terceira geração. Surgidos durante e após a Segunda Guerra Mundial, são direitos de solidariedade internacional.

Segundo Norberto Bobbio *“Ao lado dos direitos sociais, que foram chamados de direitos de segunda geração emergiram hoje os chamados direitos de terceira geração, que constituem uma categoria para dizer a verdade, ainda excessivamente heterogênea e vaga, o que nos impede de compreender do que efetivamente se trata. O mais importante deles é*

⁷¹ Idem, ibidem, p. 63-64.

⁷² CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2004, p.9.

*o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído”.*⁷³

A concretização dos direitos

A sociedade democrática e os direitos são interdependentes. Sem os direitos, principalmente, os direitos à liberdade e à igualdade⁷⁴, a sociedade democrática contemporânea não existiria e, por outro lado, a sociedade democrática é fundamental para o reconhecimento, efetivação, manutenção e ampliação dos direitos humanos. A efetivação dos direitos humanos converteu-se na finalidade do Estado Democrático de Direito. Quanto mais democrática for uma sociedade, maior será a amplitude dos direitos, na medida que, são incorporados valores e pretensões legais de outros grupos sociais, que até então não tinham sido reconhecidos⁷⁵.

O avanço da democracia moderna é determinado e pontuado pelos direitos: *“Eles são o motor das reivindicações. Através deles se exprime a pressão popular sobre o poder”.*⁷⁶

A cidadania é o exercício ativo da política que leva os cidadão a não aceitarem qualquer limitação aos seus direitos e a se mobilizarem para afirmação e criação de direitos:

“ Se repensarmos a cidadania como afirmação de direitos e como criação de direitos, isto é, como criação dos sujeitos sócio-políticos por sua própria ação, podemos não só presentificar a autonomia, mas ainda ultrapassar o sentido restrito da cidadania

⁷³ BOBBIO, Norberto. *Op.cit.* p.6

⁷⁴ As idéias de igualdade e liberdade como direitos civis dos cidadãos vão muito além de sua regulamentação jurídica formal. Significam que os cidadãos são sujeitos de direitos e que, onde tais direitos não existam nem estejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los. É esse o cerne da democracia.

⁷⁵ LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p.11.

⁷⁶ RIBEIRO, Renato Janine. *A Democracia*. SP: Publifolha, 2001, p.38-39.

*como voz e voto.”*⁷⁷

Para Carlos Nelson Coutinho a cidadania é um processo progressivo e permanente de construção e ampliação de direitos:

*“Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Sublinho a expressão historicamente porque me parece fundamental ressaltar o fato de que soberania popular, democracia e cidadania (três expressões para, em última instância, dizer a mesma coisa) devem sempre ser pensadas como processos eminentemente históricos, como conceitos e realidades aos quais a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações. A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico de longa duração”*⁷⁸.

O Direito Penal e as Leis de Segurança Nacional

A finalidade do direito penal num Estado Democrático é proteger os cidadãos contra ações lesivas que possam dificultar-lhes o exercício pleno da cidadania. E, ao mesmo tempo, garantir aos suspeitos da prática de algum crime o direito de ampla defesa e não permitir punições degradantes aos culpados.⁷⁹ Existe, portanto, uma forte ligação entre a democracia, os direitos fundamentais e o direito penal. Segundo Heleno Fragoso:

⁷⁷ CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia*. SP: Cortez, 2001, p.306.

⁷⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente*. SP: Cortez, 2000, p.50-51.

⁷⁹ No Estado Liberal proclamam-se numerosos princípios de garantia sobre a elaboração do sistema punitivo e sobre seu funcionamento. Diz-se que a justiça é independente e imparcial e que se faz em nome do povo, fonte originária de todo poder. Diz-se que todos são iguais perante a lei e que se presume a inocência do acusado, até que os tribunais o declarem culpado. Diz-se que todos têm o direito a um processo justo e equitativo e que ninguém pode ser submetido à tortura ou a tratamento cruel, desumano ou degradante.

*“(...) o sistema punitivo do Estado visa prevenir a criminalidade, protegendo certos valores essenciais da vida social, sem esquecer nunca as exigências fundamentais de respeito à dignidade da pessoa humana. O processo penal visa realizar a pretensão punitiva em face da ocorrência de um crime, mas visa também garantir o direito de liberdade, protegendo o cidadão contra a ação arbitrária da autoridade e assegurando amplamente ao suspeito e ao acusado o direito de defesa. Os direitos de liberdade são direitos humanos. O processo penal, em consequência, é instrumento de defesa de direitos humanos”.*⁸⁰

A existência de leis não é o suficiente para assegurar a estabilidade social. As leis precisam ser respeitadas e aplicadas de acordo com os direitos fundamentais. Regimes autoritários são pródigos em deixar de lado os direitos humanos e distorcer os sentido da legislação penal com a finalidade de punir seus adversários políticos. Os princípios básicos do direito penal têm como finalidade direcionar o direito penal para evitar eventuais descaminhos e corrigir falhas provocadas pelo autoritarismo dos governantes ou o desequilíbrio de poder dentro da sociedade. Eles estabelecem uma ponte entre os direitos e sua pratica efetiva. São, portanto, princípios estruturadores, que garantem, quando observados, que as leis penais sejam aplicadas de forma equilibrada:

*“Tais princípios básicos, embora reconhecidos ou assimilados pelo Direito Penal, seja através de norma expressa, seja pelo conteúdo de muitas normas a eles adequadas, não deixam de ter um sentido programático, e aspiram ser a plataforma mínima sobre a qual possa elaborar-se o Direito Penal de um Estado de direito democrático”.*⁸¹

Afirma-se que ninguém pode ser arbitrariamente preso ou detido e também que todos têm direito à defesa efetiva, com todos os recursos a ela inerentes, em igualdade de condições com a acusação. FRAGOSO, Heleno. *Direitos Humanos e justiça criminal*. IN Boletim IBCCRIM, ano 13, maio/2005.

⁸⁰ FRAGOSO, Heleno. *Direitos Humanos e justiça criminal*. IN Boletim IBCCRIM, ano 13, maio/2005.

⁸¹ LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Princípios políticos do direito penal*. SP: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p.71-73.

São cinco os princípios básicos do direito penal⁸²: legalidade, intervenção mínima, lesividade, humanidade e culpabilidade.⁸³ É importante ressaltar que nem todos os princípios fundamentais são assegurados pelos tratados internacionais e pelas Constituições, como, por exemplo, os princípios da intervenção mínima e o da humanidade, que embora sejam importantes para estruturação do direito penal não receberam esse reconhecimento.

Entre os princípios fundamentais destaca-se o princípio da legalidade ou da reserva legal.⁸⁴ Surgido com as revoluções burguesas, o princípio da legalidade assegura ao indivíduo o prévio conhecimento das condutas puníveis penalmente e garante que o cidadão não será submetido à punição distinta daquela predisposta na lei.

Para Nilo Batista o princípio da legalidade “*é base estrutural do estado de direito e pedra angular de todo direito penal que aspire à segurança jurídica*”.⁸⁵ O princípio da legalidade está assegurado na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Convenção Americana sobre . No Brasil o princípio da legalidade está presente na Constituição.⁸⁶

O princípio da intervenção mínima “*limita o poder incriminador do Estado, preconizando que a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico*”.⁸⁷ O princípio da lesividade

⁸² Não existe consenso entre os autores quanto ao número e a nomenclatura dos princípios básicos do direito penal.

⁸³ BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. RJ:Revân, 1999.

⁸⁴ “A partir da Revolução Francesa, o princípio da legalidade converte-se em uma exigência de segurança jurídica e de garantia individual. O seu fundamento político radica principalmente na função de garantia da liberdade do cidadão frente a intervenção estatal arbitrária por meio da realização da certeza do direito.” LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Princípios políticos do direito penal*. SP: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

⁸⁵ BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. RJ:Revân, 1999, p.67.

⁸⁶ Idem. *Ibidem*.

⁸⁷ “*Estabelece esse princípio que o Direito Penal só deve atuar na defesa dos bens jurídicos imprescindíveis à coexistência pacífica dos homens e que não podem ser eficazmente protegidos de forma menos gravosa. Desse modo, a lei penal só deverá intervir quando for absolutamente necessário para a sobrevivência da*

determina que só pode ser punido aquele comportamento que lesione direitos de outras pessoas e que não é simplesmente um comportamento imoral.⁸⁸ O princípio da humanidade busca adequar o direito penal aos direitos humanos.⁸⁹ E, o princípio da culpabilidade é a exigência de que a pena seja aplicada apenas quando a conduta do sujeito resulta num crime.⁹⁰

Existe uma grande distância entre a teoria e a prática do direito penal, principalmente numa sociedade desigual como a brasileira. O direito penal reflete essa desigualdade e desequilíbrio de poder com muita nitidez. Quando uma conduta é criminalizada, faz-se uma opção política:

*“O direito penal vem ao mundo (ou seja, é legislado) para cumprir funções concretas dentro de e para uma sociedade que concretamente se organizou de determinada maneira”.*⁹¹

O habeas-corpus no Brasil

A nova dimensão das garantias individuais instaurou um interminável conflito entre aqueles que querem reduzir sua abrangência, ou seja, retornar ao patamar das revoluções liberais, e os defensores do novo patamar, produto das conquistas dos movimentos populares que ainda continua em expansão.

comunidade, como *ultima ratio*, isto é, deve atuar somente quando os demais ramos do Direito revelarem-se incapazes de dar a tutela devida a bens relevantes na vida do indivíduo e da própria sociedade.” LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Princípios políticos do direito penal*. SP: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p.92.

⁸⁸ BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. RJ:Revân, 1999, p. 91-92.

⁸⁹ Idem. Ibidem, p.98-99.

⁹⁰ Idem. Ibidem, p. 102-103.

⁹¹ Idem. Ibidem. p.19.

A história do *habeas-corpus* no Brasil teve momentos de avanços e recuos. Ocorreram momentos em que o *habeas-corpus* representou um avanço de fato e obstaculizou o avanço do autoritarismo.

Durante o regime militar de 1964, por exemplo, observamos momentos distintos e paradoxais na aplicação do *habeas-corpus*. Num primeiro momento, de 1964 ao final de 1968, o *habeas-corpus* foi usado para garantir a liberdade de perseguidos políticos. Após 1968, com a decretação do Ato Institucional n.º 5, observamos a proibição da concessão de *habeas-corpus* aos acusados de crimes contra a segurança nacional, acabando com a principal garantia constitucional para os cidadãos brasileiros, principalmente porque a interpretação extensiva dada a Lei de Segurança Nacional possibilitava que todas as condutas consideradas inconvenientes pelos militares fossem tipificada como crime contra a segurança nacional.

O *habeas-corpus* apareceu no Brasil pela primeira vez no Código de Processo Criminal de 1832 (art. 340), e tornou-se garantia constitucional na Constituição de 1891, em termos mais amplos que os da legislação anterior.⁹² O texto do artigo constitucional deu margem à doutrina liberal do *habeas-corpus* defendida por Ruy Barbosa, que entendia que todas as violações de direitos civis (direitos humanos de primeira geração) estavam sujeitas à correção pelo *habeas-corpus*.⁹³

No entanto, o conservadorismo e o elitismo da sociedade brasileira barraram esta interpretação liberal na aplicação do *habeas-corpus*. A Emenda Constitucional de 1926 restringiu o *habeas-corpus* à liberdade de locomoção, com enunciado essencialmente idêntico ao que consta, hoje, do art. 5º: *conceder-se o "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder*.⁹⁴

⁹² "dar-se-á o *habeas corpus*, sempre que o indivíduo sofrer ou se achar em iminente perigo de sofrer violência ou coação por ilegalidade ou abuso de poder"

⁹³ "Logo o *Habeas Corpus* hoje não está circunscrito aos casos de constrangimento corporal: o *habeas Corpus* hoje se estende a todos os casos em que um direito nosso, qualquer direito, estiver ameaçado, manietado, impossibilitado no seu exercício pela intervenção de um abuso de poder ou de uma ilegalidade".

⁹⁴ AFONSO DA SILVA, José. *Curso de direito constitucional positivo*. SP: Malheiros, 1994, p.389.

Além disso, a prática judicial criou requisitos para utilização do *habeas-corpus* que restringiram o seu uso. Era de se esperar que a aplicação do *habeas-corpus* no Brasil se adequasse a realidade autoritária e elitista da aplicação do direito no Brasil. Para Andrei Koerner:

*“ (...) esse tipo de critério resultou em restrições importantes à eficácia dos direitos individuais declarados na Constituição e à sua extensão a todos os indivíduos no país. Os critérios restritivos criaram um modus operandi da garantia constitucional do Habeas-corpus que o adequou às práticas a-legais de controle social e manteve neutralizados seus efeitos difusos sobre as práticas estatais e sociais. A restrição do Habeas-corpus a casos evidentes dificultou o acesso dos cidadãos atingidos por essas práticas à garantia do Judiciário e, ainda, limitou o exame da relação entre os documentos e os fatos, da efetiva adequação à legalidade dos atos praticados pelas autoridades”.*⁹⁵

Esses critérios restritivos, decorrentes da defasagem entre o reconhecimento dos direitos humanos e sua efetiva aplicação no Brasil, serviam para selecionar, no conjunto de situações cuja garantia era demandada, aquelas cujo pedido seria concedido.

Crimes políticos e Crimes Contra a Segurança Nacional

A conceituação do crime político é difícil e incerta. Não existe consenso quanto ao seu significado e abrangência. Há diferenciações teóricas, culturais e históricas. Para Cláudio Heleno Fragoso, a teoria do crime político move-se em bases incertas porque faltam elementos seguros para sua elaboração.

Boaventura Sousa Santos aponta dois critérios definidores dos crimes políticos: o objetivo e o subjetivo. O critério objetivo refere-se à natureza política do crime, é obtida da qualidade do bem jurídico violado. O critério subjetivo refere-se a vontade do agente, isto

⁹⁵ KOERNER, Andrei. *Habeas-corpus, prática judicial e controle social no Brasil (1841-1920)*. São Paulo: IBCCrim, 1999, p.236.

é, ao fim político que motivou a sua conduta.

No entanto, segundo o autor, os dois critérios são falhos. O critério objetivo: não permite distinguir os crimes políticos puros dos crimes conexos, impossibilita elaborar uma lista incontestável de crimes políticos e na permite o tratamento privilegiado destes crimes. Com relação ao critério subjetivo, Boaventura aponta duas falhas: a consideração exclusiva da motivação do agente possibilita uma grande elasticidade dos crimes políticos e torna a conceituação muito vaga.

Segundo o autor, em decorrência destas dificuldades apontadas, a tendência da maioria dos autores foi à adoção de um critério misto que permitisse conciliar a natureza do bem jurídico violado e a vontade do agente. Este critério, segundo ele, é muito mais inclusivo e, portanto menos unilateral.⁹⁶

Dois dos principais criminalistas brasileiros Nélson Hungria e Cláudio Heleno Fragoso adotaram o critério misto para conceituar os crimes políticos.

Para Nelson Hungria existem dois tipos de crime político: o crime político puro e o crime político relativo:

“ (...) Crime político puro é o reconhecível como tal, quer objetiva, quer subjetivamente, ou, por outras palavras, é o crime que ofende ou expõe a perigo de ofensa, exclusivamente, a ordem pública em sentido amplo ou a ordem político-social (compreensiva não apenas das condições existenciais e o regime governamental do Estado e dos direitos políticos dos cidadãos, senão também, nas suas bases fundamentais, a organização social, sobre a qual se ergue a ordem política em sentido estrito), e cujo autor, além disso, tem por escopo esse mesmo resultado específico ou assume o risco de seu advento. Crime político relativo é o crime comum, isto é, lesivo de interesses de direito comum, mas praticado por motivo político, ou como meio de crime político, formando com este unidade jurídica (crime complexo), ou no curso ou por ocasião de crime político,

⁹⁶ SOUSA SANTOS, Boaventura. *Os crime políticos e a pena de morte*. In Revista de Direito Penal, n.º.1, janeiro-março de 1971.

*apresentando-se um e outro intimamente conexos (crime político por conexidade).*⁹⁷

Heleno Fragoso destaca o aspecto subjetivo do crime político. Para o autor, quando se considera o delito político, o fim político deve ser considerado elemento essencial da noção de delito político.

*“Não há crime político sem o especial fim de agir representado pelo propósito de atentar contra a segurança do Estado. É, a nosso ver, essencial manter e insistir nesse entendimento, que representa uma concepção liberal da criminalidade política”.*⁹⁸

Um pressuposto fundamental, apontado por Fragoso, é que a teoria seja construída num Estado democrático.⁹⁹ O Estado democrático de direito, mesmo sendo atravessado por contradições sociais, busca conciliar o direito penal aos direitos humanos :

*“A realização dos na justiça criminal está, pois, em função de um problema essencialmente político. E preciso compreender que aqui estão fundo da questão. Esses direitos só serão observados na justiça criminal de uma sociedade autenticamente democrática, onde se afirme como valor fundamental, verdadeiramente, o respeito à dignidade da pessoa humana, na luta permanente do povo contra a opressão, pela liberdade, pela justiça e pela paz”.*¹⁰⁰

Para delimitar o significado do crime político, numa determinada sociedade em determinado momento histórico, é fundamental analisar o as condutas consideradas crimes políticos e como o Estado pune estes crimes. Em ultima instância, é a pratica efetiva da cidadania e a distribuição de forças entre os diversos segmentos sociais (igualdade) que determinam o sentido e a tipificação dos crimes políticos.

⁹⁷ HUNGRIA, Nelson. *A criminalidade política no direito brasileiro*. Revista Forense, março-abril, 1960, vol. 188.

⁹⁸ FRAGOSO, Heleno. *Terrorismo e Criminalidade Política*. RJ, Forense, 1981, p. 35.

⁹⁹ Idem. Ibidem. p. 28-37.

¹⁰⁰ FRAGOSO, Heleno. *Direitos Humanos e justiça criminal*. IN Boletim IBCCRIM, ano 13, maio/2005.

Direitos fundamentais e crimes políticos ocupam posições diametralmente opostas no Estado democrático. A democracia é definida pela capacidade “*de conviver com os conflitos e de acolhê-los, legitimando-os pela institucionalização dos partidos e pelo mecanismo eleitoral*”.¹⁰¹ Quanto mais democrático for Estado menor será a abrangência das práticas tipificadas como crimes políticos e maior a abrangência dos direitos humanos reconhecidos na Constituição. No Estado autoritário o conflito e a oposição não são tolerados.

Segurança Nacional

Conceituar a segurança nacional também é uma tarefa difícil, porque o conceito sofre variações históricas, locais e culturais. Nos Estado democrático o conceito de segurança nacional é restrito e não compromete a proteção dos direitos humanos. Por outro lado, nos Estados autoritários, o conceito é amplo e possibilita a perseguição política. Como pode ser observado no entendimento da ESG sobre o conceito segurança nacional durante o regime militar de 1964:

“E, em verdade, a Constituição não fornece para essa tarefa linhas seguras. Todavia, sendo esse tema a preocupação central da Escola Superior de Guerra, e bem conhecida à influência desta sobre a Revolução de 1964 e especialmente na elaboração da nova Constituição, é justo procurar em seus trabalhos uma orientação a esse respeito.

Desses trabalhos, uma excelente súmula foi fornecida pela Revista Brasileira de Estudos Políticos, que, num de seus números, publicou vários estudos relativos à segurança nacional e seus vários aspectos, elaborados por membros dessa instituição. Um desses artigos, devido ao General Eduardo Domingues de Oliveira, expõe, com clareza, o que a referida Escola entende por segurança nacional. ‘Segurança nacional é o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psico-sociais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à Nação que jurisdiciona, para a consecução ou manutenção dos Objetivos Nacionais, em face dos antagonismos

¹⁰¹ CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia*. SP: Cortez, 2001, p.145.

existentes'''.¹⁰²

A conceituação de segurança nacional utilizada pelo Supremo Tribunal Federal durante o regime militar de 1964 foi delimitada pelo julgamento do Recurso Extraordinário Nº 62.731, referente a constitucionalidade de um decreto-lei sobre locações, baseado na faculdade constitucional do poder Executivo de expedir decretos-leis em matéria de segurança nacional. O julgamento ocorreu no dia 23 de agosto de 1967, em Brasília.

O voto do relator ministro Aliomar Baleeiro foi à base para definição. Com exceção do ministro Hermes Lima, os outros ministros acompanharam o voto de Aliomar Baleeiro¹⁰³. Essa conceituação perdurou até o final do regime militar. Segue o trecho mais importante do voto de Baleeiro:

“Mas o conceito de "segurança nacional", a meu ver, não constitui algo indefinido, vago e plástico, algo que pode ser ou não ser, entregue ao discricionarismo do Presidente e do Congresso. Os direitos e garantias individuais, o federalismo e outros alvos fundamentais da Constituição ficarão abalados nos alicerces e ruirão se admitirmos que representa "segurança nacional" toda matéria que o Presidente da República declarar que o é, sem oposição do Congresso.

Quero crer que ‘segurança nacional’ envolve toda matéria pertinente à defesa da integridade do território, independência, paz e sobrevivência do país, suas instituições e valores materiais ou morais, contra ameaças externas e internas. Em duas palavras, contra a guerra externa ou intestina, esteja ela travada e efetiva ou fermente ainda em estado potencial próximo ou remoto.”

As teses contrapostas neste julgamento revelam flagrantes deficiências. A tese vencedora, representada pelo voto do ministro Aliomar Baleeiro, delimita o conceito de

¹⁰² FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves. *Cursos de direito constitucional*. SP: Saraiva, 1973, p.207-209.

¹⁰³ Raphael de Barros Monteiro, Adauto Cardoso, Djaci Falcão, Eloy da Rocha, Evandro Lins, Victor Nunes, Gonçalves de Oliveira, Cândido Motta, Lafayette de Andrade, Prado Kelly, Adalício Nogueira e Luiz Gallotti.

Segurança Nacional demonstrando o perigo de deixar nas mãos do presidente da República tal responsabilidade, mas, por outro lado, é muito vaga, o que possibilitava interpretações muito distintas e divergentes do conceito. Prova disso, é que ministros com posições diametralmente opostas sobre a conceituação e abrangência dos crimes políticos concordaram com a decisão.

Como o conceito de Segurança Nacional é fundamental para estabelecer as tipificações dos crimes políticos, caberia ao STF reconhecer que o conceito de Segurança Nacional é político, e, portanto, flexível, e determinar de forma clara e precisa a tipificação jurídica de Segurança Nacional. Esta tarefa seria muito difícil de ser efetuada em virtude da diversidade de posicionamentos políticos dos ministros, que transitavam da esquerda à direita; e, principalmente, porque o contexto era de um regime autoritário. Novamente o pragmatismo prevaleceu e o máximo de restrição obtida foi no terreno das relações contratuais privadas. Seria ingenuidade imaginar que esse julgamento, de tamanha importância, não tenha sido marcado por pressões políticas de todos os tipos. Embora seja injusto julgar os ministros segundo critérios ideais, é inegável que essa delimitação representou muito pouco na luta contra as arbitrariedades do regime militar. A grande importância desse julgamento foi excluir as relações contratuais privadas da abrangência da segurança nacional.

As Leis de Segurança Nacional do regime militar de 1964

As leis relativas aos crimes políticos durante o regime militar brasileiro eram denominadas Leis de Segurança Nacional (LSN)¹⁰⁴. Denominação inspirada na doutrina de

¹⁰⁴ Teoricamente Heleno Fragoso define Lei de Segurança Nacional como “*uma lei de segurança nacional visa proteger a segurança do Estado. Poderíamos dizer que o Estado cuja segurança se visa tutelar é o Estado Democrático. Falando em tese, as tiranias, em princípio, não tem inimigos ilegítimos. A segurança do Estado depende de múltiplos fatores, entre os quais, por exemplo, a pujança de sua economia e o preparo e a coesão de suas forças armadas. Quando se fala em crime contra a segurança do Estado, no entanto, pretende-se punir somente as ações que se dirigem contra os interesses políticos da nação. Esses interesses, ou gravitam na órbita da segurança externa (existência, independência e integridade do Estado, inclusive defesa contra agressão exterior), ou gravitam na órbita da segurança interna. A segurança interna refere-se*

segurança nacional elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG).

A primeira Lei de Segurança Nacional do regime militar (Decreto-Lei nº 314/67), incorporou os conceitos doutrinários da ESG (Doutrina de Segurança Nacional) e ampliou o conceito de crime político. Seus primeiros artigos definiam segurança nacional e estabeleciam que a lei deveria ser aplicada com base nesta definição. Estes artigos seriam mantidos nas leis de segurança nacional subseqüentes:

“Art. 2º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra os antagonismos, tanto internos como externos.”

“Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva.”

“§ 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.”

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.”

“§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.”

“Art. 4º Na aplicação deste decreto-lei o juiz, ou Tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores.”

à existência e a columidade dos órgãos supremos do Estado e a inviolabilidade do regime político vigente. Os crimes contra a segurança externa têm o seu fulcro na traição da pátria. Os crimes contra a segurança interna visam impedir a subversão ou a sedição. Protege-se também o Estado democrático com a segurança da manifestação da vontade do povo na escolha dos governantes, de tal modo que os crimes eleitorais também atingem os interesses políticos da nação. FRAGOSO, Cláudio Heleno. *Advocacia da liberdade*. RJ: Forense, 1984.

Uma nova lei de segurança nacional (Decreto-lei nº 510/69) foi decretada, em março de 1969, mais rigorosa que a de 1967. Entre as alterações, destaque-se a autorização para que os encarregados de inquéritos mantivessem presas por até trinta dias pessoas suspeitas de atentarem contra a segurança nacional. Ademais, a lei estabelecia que estes presos poderiam permanecer em estado de incomunicabilidade por até dez dias.

Com a intensificação da luta armada, a Junta Militar (que havia assumido o poder em decorrência da doença de Costa e Silva) baixou, no dia 5 de setembro, os Atos Institucionais nº 13 e 14. O AI-13 estabeleceu que todos os presos políticos trocados por diplomatas estrangeiros seriam banidos do território nacional. O AI-14 tornou as penas de prisão perpétua, morte e banimento aplicáveis nos casos de “guerra psicológica adversa e guerra revolucionária ou subversiva”.

Em setembro, uma nova Lei de Segurança Nacional (Decreto-lei nº 898/69) veio substituir aquela decretada seis meses antes. Tratou-se da Lei de Segurança Nacional mais rigorosa do período militar, na qual o tempo de prisão para alguns delitos foi aumentado em relação às leis anteriores e se estabeleceram, reforçando as disposições do AI-14, as penas de prisão perpétua e de morte para determinados crimes.

Em outubro, a Junta Militar outorgou uma nova Constituição, sob a forma de uma emenda à Constituição de 1967. Nela, os poderes do Executivo foram aumentados, principalmente, no campo da segurança nacional. Também foram incorporadas disposições dos Atos Institucionais, inclusive do AI-5, e se restringiram as imunidades parlamentares.

Em 21 de outubro de 1969 passaram a vigorar os Decretos-leis nº 1001 (Código Penal Militar), 1002 (Código de Processo Penal Militar) e 1003 (Lei de Organização Judiciária Militar). Os decretos estabeleciam os procedimentos processuais para o julgamento de civis e militares acusados de crimes políticos, incorporando vários dispositivos presentes na Lei de Segurança Nacional.

Em dezembro de 1978, foi aprovada uma nova Lei de Segurança Nacional (Lei nº 6.620), criada para os tempos de liberalização. Comparada à anterior, a nova lei diminuía o tempo de prisão previsto para alguns crimes, além de suprimir as penas de morte e de prisão perpétua (que já haviam sido abolidas pela Emenda Constitucional nº 11). No

entanto, a Lei de Segurança Nacional de 1978 possibilitava ainda a atuação arbitrária da polícia na fase dos inquéritos.

A relação das Leis de Segurança Nacional do regime autoritário brasileiro com os direitos civis e as garantias individuais foi conflituosa e conturbada. Essas leis foram tentativas para legalizar perseguições políticas contra pessoas, partidos, associações ou organizações consideradas perigosas pelos governantes. As principais características das Leis de Segurança Nacional eram a indeterminação e a violenta punição para crimes definidos por ela.

“Um círculo de legalidade (aliás, provindo de uma ruptura, mais próxima ou mais remota, de outra legalidade) não é, em si, prova de coisa alguma, quanto à legitimidade do poder, já o repetia, entre outros, Heller, conforme lembramos. Qualquer tirania pagava com gosto (e paga mesmo) esse pequeno tributo, que é cobrir de leis o corpo nu do poder, pensando que isto basta para torná-lo inatacavelmente jurídico. Radbruch, que teve de enfrentar a perseguição de Hider, advertia, também, que uma legalidade não é suficiente, pois, em situações comuns, ela é, em todo caso, o revestimento duma estrutura de dominação, que é preciso avaliar criticamente e, em situações extremas, pode ser constituída pelos "editos de um paranóico", isto é, pelas leis de um doente mental com mania de grandeza¹⁰⁵”.

As definições dos crimes contidos nas leis de segurança nacional eram imprecisas. Isso permitia um alargamento desmedido e artificial da tipificação dos crimes por ela definidos, infringindo de forma injustificável princípios fundamentais do direito penal moderno. Segundo Nilo Batista:

*“No Brasil, as famigeradas leis de segurança nacional compunham autêntico florilégio de tipos penais violadores, pela construção de crimes vagos, do princípio da legalidade”.*¹⁰⁶

¹⁰⁵ LYRA FILHO, Roberto. *O que é o direito?* SP: brasiliense, 1980, p.139.

¹⁰⁶ BATISTA, Nilo. *Op. Cit.* p. 77-78.

Quanto mais autoritário o Estado, maior a quantidade de condutas abrangidas pela tipificação de crimes políticos. Os Estados autoritários utilizam o direito penal para repressão política e não admitem limitações as suas práticas punitivas:

*A experiência demonstra que a formulação de leis especiais nessa matéria [crimes políticos] é sempre inspirada pelo propósito de submeter à repressão desses crimes a critérios de particular severidade, que não correspondem a uma visão liberal.*¹⁰⁷

A formação política e intelectual dos ministros do Supremo Tribunal Federal

A maioria dos ministros, que fizeram parte do Supremo Tribunal Federal, no período de 1964 a 1979, pertencia a uma geração que passou por momentos marcantes da vida brasileira, na conturbada primeira metade do século XX. O mundo passou por grandes transformações (Citar). No final da década de 1910 uma crise se abateu sobre o liberalismo e os regimes autoritários ganharam força e se alastraram pelo mundo. O fôlego dos regimes autoritários só arrefeceu na Europa com a derrota na Segunda Guerra Mundial. Na década de 1950, o mundo passa a ser influenciado e praticamente se divide em dois grandes blocos políticos e econômicos liderados pelos Estados Unidos (bloco capitalista) e pela União Soviética (bloco socialista). Dos trinta e quatro ministros, vinte nasceram antes de 1910, 12 na década de 1910 e apenas dois nasceram na década de 1920. O movimento tenentista, a semana de arte moderna de 1922, a revolução de 1930, a revolução constitucionalista de 1932, o Estado novo, a segunda guerra mundial, a redemocratização do país, em 1945. Duas gerações com esperanças e vontade de transformar a estrutura política e social do Brasil, mas desiludida pela falta de resultados, pelo fracasso dos projetos modernizadores. Existem alguns segmentos que se destacaram na composição do STF. 13 dos 34 ministros foram magistrados. 8 do MP.

¹⁰⁷ FRAGOSO, Heleno. *A nova lei de segurança nacional*. In Revista de Direito Penal, no.35, janeiro-junho de 1983.

Formaram-se nas décadas de 1910 e 1920, 18 ministros. As duas faculdades que tiveram mais representantes no STF foram a Faculdade de Direito de São Paulo com 5 ministros e a Faculdade do Rio de Janeiro com 9 ministros. A maioria absoluta dos ministros era oriunda da região sudeste, 21 ministros. 10 ministros eram do estado de Minas Gerais.

O período de 1964 a 1979 apresenta 29 diferentes composições do Tribunal. 10 presidentes (Luiz Gallotti ocupou o cargo duas vezes). Essas mudanças refletiram na jurisprudência. Tentativa dos militares de anular o STF.

Apesar das marcantes diferenças, havia muitas semelhanças na visão de mundo dos ministros do STF. Os ministros levavam para o Tribunal suas influências intelectuais e políticas, sua carga genética. No entanto, eram influências em movimento, em conflito e mutáveis. Mas também estabeleciam relações múltiplas e complexas. Dentro do STF essas posições entrecrocavam-se no convívio cotidiano e nas sessões de julgamento. Além das tradições, regras e costumes do Tribunal. E da contínua relação entre o Tribunal, às demais instituições do Estado e a sociedade.

Eles faziam parte da elite política brasileira e foram formados na mesma sociedade autoritária e desigual. Suas trajetórias foram marcadas pelo poder e pela vida pública. Dos trinta e quatro ministros, 22 ocuparam cargos políticos. Embora existissem divergências políticas decorrentes de projetos políticos conflitantes, algumas mais nítidas, como a dos ministros ligados ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), que lutavam pela diminuição das desigualdades econômicas e pela ampliação dos direitos sociais. Não havia contradições não conciliáveis nas suas visões de mundo. Não havia uma posição política radical que permitisse uma ruptura. Um choque democrático que desse mais solidez e transparência às instituições judiciárias brasileiras.

Capítulo II

O conflito entre o regime militar e o STF (1964-1968)

O golpe militar de 1964

Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, o vice-presidente João Goulart deveria assumir a presidência da República; entretanto, os ministros militares vetaram seu nome. Para superar o veto dos militares e de setores conservadores da sociedade brasileira, foi deflagrado um movimento social, do qual a liderança mais expressiva foi o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Com o apoio do III Exército, comandado pelo general Machado Lopes, Brizola liderou o movimento a partir de Porto Alegre e através de uma cadeia de rádios denominada “cadeia da legalidade” defendeu a posse de João Goulart. Após um acordo, entre defensores (legalistas) e opositores da posse de Goulart, foi instituído o regime parlamentarista.

Embora o parlamentarismo tenha sido a fórmula de conciliação encontrada para garantir a posse de João Goulart na presidência da República, o período parlamentarista do governo Goulart foi muito conturbado. Tancredo Neves, presidente do primeiro conselho de ministros, renunciou seis meses depois de tomar posse, por divergência com João Goulart em relação à reforma agrária. O segundo gabinete, de Brochado da Rocha durou apenas dois meses. O último dos primeiros ministros, Hermes de Lima, que se tornaria ministro do STF, ocupou o cargo durante quatro meses, mas foi ofuscado pela campanha do plebiscito.

Em 6 de janeiro de 1963, foi realizado o plebiscito. Numa proporção de 5 para 1, os brasileiros votaram a favor do sistema presidencialista. Só então, o presidente João Goulart assumiu a presidência com plenos poderes, como chefe de governo.

Com as “Reformas de Base”, Goulart procurou implementar mudanças tributárias, educacionais e agrárias, visando atenuar a desigualdade econômica e social no país. Para tanto, tomou medidas que contrariaram profundamente os interesses de grupos da elite, como a concessão de subsídios diretos à indústria nacional e de restrições à movimentação do capital estrangeiro.

Para efetuar as reformas Goulart buscou apoio entre os trabalhadores, incentivando a formação de sindicatos nas cidades e no campo. Foi desencadeada uma grande mobilização popular que amedrontou setores (empresários, latifundiários, militares, etc.) da sociedade brasileira.

Estes setores passaram, então, a articular uma campanha de desestabilização do governo, apelando para um discurso anticomunista e a articulação de um golpe de Estado. Entre os militares, foi decisiva a participação de oficiais vinculados a Escola Superior de Guerra (ESG). Entre os civis, duas entidades se destacaram. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) financiava a candidatura de políticos contrários a Goulart e atuava diretamente no Congresso Nacional, através da Ação Democrática Parlamentar (ADEP). O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) tinha como função articular e mobilizar proprietários de órgãos de imprensa, jornalistas, publicitários, editores, cineastas, escritores e demais segmentos da intelectualidade descontente com o governo vigente, assim como divulgar as idéias do instituto para a população, publicando folhetos, livros ou ocupando espaço nos meios de comunicação.

O golpe de Estado ocorreu entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964. O golpe afastou João Goulart da presidência da República e inaugurou um regime autoritário que se prolongaria por 21 anos.

Operação Limpeza

Logo após o golpe militar de 1964, uma vasta campanha de busca e detenção foi desencadeada em todo o país. Ruas foram bloqueadas e centenas de casas foram invadidas para a prisão de "subversivos". No final da primeira semana após o golpe, mais de sete mil pessoas haviam sido presas. A revista *Time* estimou em dez mil o número de detidos em uma única semana de abril de 1964¹⁰⁸. Trabalhistas, comunistas, dirigentes sindicais, intelectuais, militares e estudantes foram perseguidos e tiveram os seus direitos políticos cassados. Cerca de 50.000 pessoas teriam sido presas em todo o país nos primeiros três

¹⁰⁸ HUGGINS, Marta K. *Polícia e política: Relação Estados Unidos/América Latina*. SP: Cortez, 1998, p.142.

meses do regime militar. O período imediatamente posterior ao golpe de 1964 apresenta grande quantidade de processos políticos. Diminuem no período 1965/1968 e voltam a aumentar em 1969. São 2375 denunciados. Na primeira instância 681 réus foram condenados, 492 absolvidos e 1202 foram excluídos do processo. Na segunda instância 246 foram condenados, 312 absolvidos e 1817 excluídos do processo.

O Ato Institucional

No dia 9 de abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução, integrado pelo general Arthur da Costa e Silva, pelo almirante Augusto Rademaker e pelo brigadeiro Correia de Mello, decretou o primeiro ato institucional.¹⁰⁹ Editado sem número, o documento passaria a ser designado como AI-1 somente após a divulgação do segundo ato, em 1965. O AI-1 foi elaborado por Carlos Medeiros Silva¹¹⁰ e por Francisco Campos¹¹¹

¹⁰⁹ “Os Atos Institucionais, em sua origem, são típicas manifestações do Poder Constituinte Originário. Apresentam os três caracteres deste. São atos iniciais, autônomos e incondicionados. Iniciais porque, em razão do Movimento Revolucionário dão novo fundamento à Constituição que mantém em vigor. Autônomos porque não se subordinam a qualquer outro ato jurídico. Incondicionados porque não tem forma especial para sua manifestação. Na verdade, os Atos Institucionais são exemplo do método de outorga na positivação das Constituições. São verdadeiras Constituições outorgadas”. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de direito constitucional*, SP: Saraiva, 1973, p.136.

¹¹⁰ Desempenhou as funções de Chefe de Gabinete do Secretário de Educação da Prefeitura do antigo Distrito Federal (1936-1937); Promotor Público no antigo Distrito Federal (1939) e Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça (1946), nas gestões dos Ministros Francisco Campos, Sampaio Dória e Carlos Luz.

Exerceu o cargo de Consultor-Geral da República (1951-1954) e o de Procurador-Geral da República (1957-1960).

Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 16 de novembro de 1965, do Presidente Castelo Branco, preenchendo cargo criado pelo artigo 6º do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, que deu nova redação ao artigo 98 da Constituição, aumentando o número de Ministros para 16. Tomou posse a 25 do referido mês.

Foi aposentado a pedido, por decreto de 18 de julho de 1966, tendo sido nomeado Ministro da Justiça, pelo Presidente Castelo Branco, cargo que desempenhou de 19 de julho de 1966 a 15 de março de 1967. Foi o principal autor do projeto que resultou na Constituição de 1967. Fonte: www.stf.gov.br.

¹¹¹ O pensamento de Francisco Campo é definido da seguinte forma por Hermes Lima:

com a finalidade de formalizar legalmente o golpe e o regime autoritário. Segundo Costa e Silva:

“Lembraram-me, para tal medida, o nome do jurista Carlos Medeiros Silva que redigiu um documento que a todos agradou. Mas eu sentia que faltava alguma coisa, uma justificação para a grave decisão que estávamos tomando; e, foi, então, que alguém se lembrou do Prof. Francisco Campos, o 'Chico Ciência', aquele que redigiu para o Getúlio a Constituição de 1937. Ele anuiu em comparecer e, inteirado do assunto, não pestanejou, tirou o paletó e, de um jato, redigiu a Introdução do Ato, aconselhando algumas alterações no texto do articulado. Quando o vi agir desse modo, pensei aqui comigo: 'Esse é dos meus!'”¹¹²

Um dos autores do Ato Institucional, Carlos Medeiros Silva procurou justificar os objetivos e os fundamentos do Ato Institucional:

“Doutrinariamente, o pensamento de Campos absorveu a filosofia totalitária e ele o patenteou na magistral introdução a O Estado Nacional, síntese que nenhum teórico nazista ou fascista debuxaria com mais talento. As «duas notas dominantes, ou as tónicas da alma contemporânea» seriam «a irracionalidade e o sentimento de mudança». E explicava: «Assim se instalava no centro da vida o primado do irracional e, em se tratando de formas coletivas de vida, o primado do inconsciente coletivo, por intermédio de cujas forças subterrâneas ou telúricas se tornava possível realizar, de modo mais ou menos completo, a integração política, que o emprego da razão somente obtivera de maneira precária e parcial. O irracional é o instrumento da integração política total, e o mito, que é a sua expressão mais adequada, a técnica intelectualista da utilização do consciente coletivo para o controle político da nação. Assim, as filosofias antiintelectualistas forneciam aos céticos não uma fé ou uma doutrina política, mas uma técnica de golpe de Estado. Ao serviço dessa técnica coloca o maravilhoso arsenal construído pela inteligência humana, de instrumento de sugestão, de intensificação, de ampliação, de propagação e contágio de emoções e tereis o quadro dessa evocação fáustica dos elementos arcaicos da alma humana de cuja substância nebulosa e indefinida se compõe a medula intelectual da teologia política do momento». Em suma, que fim colimava o Estado totalitário? Responde Campos:

O que o Estado totalitário realiza é - mediante o emprego da violência, que não obedece, como nos Estados democráticos, a métodos nem à atenuação feminina da chicana forense - a eliminação das formas exteriores ou ostensivas da tensão política”.

¹¹² REALE, Miguel. *Memórias: A balança e a espada*. SP: Saraiva, 1987, p.126.

“O Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, é uma lei constitucional temporária, cuja vigência, iniciada na sua data, terminará em, 31 de janeiro de 1966. No período limitado, que corresponde ao do mandato do Presidente da República eleito pela forma nele estabelecida, alguns preceitos da Constituição de 1946 deixarão de vigorar porque outros, também de natureza. constitucional, inscritos no próprio Ato, sôbre aqueles prevalecerão. A causa intrínseca da caducidade do Ato é o fim do período presidencial em curso; independentemente de qualquer medida legislativa repristinatória, as normas constitucionais, temporariamente sem vigência, estarão ressuscitadas. Não quis, o Comando da Revolução, que editou o Ato, outorgar uma Carta Constitucional, com a ab-rogação da Constituição até então vigente; preferiu derogá-la, por prazo certo, naquilo que tornou explicito. A revolução vitoriosa se investiu no exercício do Poder Constituinte e por si mesmo se legitima, ficou dito no preâmbulo do Ato Institucional; não previu a sua homologação pelo plebiscito, ou através de emendas promulgadas pelo Congresso Nacional, dentro de certo prazo. E' baseada no 'consenso geral da nação, manifestado tacitamente, que a norma editada pelo Comando da Revolução vai vigorar até o termo, breve e certo, nela mesmo prefixado. O Congresso Nacional, elegendo o Presidente da República pela forma prescrita no Ato, reconheceu-lhe a vigência; o Supremo Tribunal Federal também não opôs restrições à outorga revolucionária. Assim, na ordem interna, como na internacional, através do pronunciamento da quase unanimidade das representações diplomáticas, a ordem constitucional, inaugurada com o Ato de 9 de abril, está consolidada”.

(...)

Antes de renunciar à sua atuação, além do tempo indispensável às operações militares tendentes a restabelecer a ordem pública, limitou também o Ato o lapso de violência das normas que julgou necessárias à execução das tarefas governamentais mais urgentes, pelo próprio Presidente eleito pelo Congresso Nacional. Desta forma, com a prática de alguns atos discricionários, o Comando encerrou o ciclo revolucionário, e o país foi reintegrado na ordem constitucional, desde a posse do Presidente, com o pleno exercício dos poderes legislativo, executivo e judiciário, na forma da Constituição de 1946

e das modificações estabelecidas no Ato Institucional¹¹³”.

Para o general Costa e Silva o Ato Institucional foi necessário para manter a estabilidade do regime:

*"Em virtude de certas informações, que chegaram ao meu conhecimento, percebi que havia uma conspiração tendente a desestabilizar o Comando Revolucionário, se possível com a ajuda do Congresso Nacional e, então, resolvi cortar o mal pela raiz. Era preciso que o Comando Revolucionário tivesse poderes para fazer uma limpeza em regra, livrando o País de políticos e parlamentares comprometidos com a subversão e a corrupção. A idéia de cassar os mandatos dos deputados e senadores coniventes com o comunismo, ou responsáveis pela anarquia implantada no País, era uma exigência de poderosos setores das Forças Armadas, a que não podia deixar de atender, sob pena de ver comprometida minha autoridade."*¹¹⁴

Entretanto, o preâmbulo do Ato Institucional e a posterior decretação de outros Atos Institucionais demonstram a intenção do Comando Supremo da Revolução de exercer um poder sem limitações:

"A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória".
115

¹¹³ MEDEIROS SILVA, Carlos. *O ato institucional e a elaboração legislativa*. Revista dos Tribunais, n.º 347, setembro de 1964, p.7-8.

¹¹⁴ Segundo Miguel Reale, o general Costa e Silva teria lido o relato de que o Ato Institucional resultou da necessidade de salvaguardar a "revolução": REALE, Miguel. *Memórias: A balança e a espada*. SP: Saraiva, 1987, p.126.

¹¹⁵ Para Miguel Realte a inspiração do AI-1 foi o decisionismo do alemão Carl Schmitt: " (...) o decisionismo

O AI-1 investiu o Executivo de um poder incontestável, rompendo o princípio da igualdade entre os três poderes. O Ato limitava os poderes do Congresso Nacional, suspendia temporariamente as garantias da imunidade parlamentar, dando ao Executivo o poder de cassar sumariamente os mandatos de representantes governamentais de qualquer nível (municipal, estadual ou federal) e autorizava a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, além da suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão por período de dez anos.

O Poder Judiciário também teve sua atuação limitada. Ficaram suspensas por seis meses as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade dos juízes e ficou estabelecido que inquéritos e processos seriam instaurados “visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária.”, lançando as bases para a instauração dos muitos IPMs de que falamos anteriormente.

Através do AI-1, 354 cidadãos tiveram seus direitos políticos suspensos. Entre eles, estavam políticos (como João Goulart, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes e Leonel Brizola), militares (como os generais Argemiro de Assis Brasil e Cunha Melo bem como os almirantes Cândido de Aragão e Pedro Paulo de Araújo Suzano) e intelectuais (como Celso Furtado, Josué de Castro e Nelson Werneck Sodré). Além disto, 116 parlamentares tiveram seus mandatos cassados, também com base no AI-1.

Os Inquéritos Policiais Militares

O Ato Institucional (AI-1) já previa nos artigos (7.º, 8.º e 10.º) as investigações e punições aos crimes políticos (crimes contra o Estado ou seu patrimônio e a Ordem Política e Social). O ato n.º 9, de 14 de abril de 1964, do Comando Supremo da Revolução determinou com base no artigo 8.º do AI¹¹⁶ a instauração de um IPM para apuração dos supostos crimes e destacou o general Taurino Rezende para tarefa.:

de Carl Schmitt está todo espelhado no intróito do Ato Institucional de 10 de abril de 1964, onde se declara que a ordem constitucional pode tanto resultar do voto de uma Assembléia como da própria "vontade da Nação" em armas.” REALE, Miguel. *Memórias*. SP: Saraiva, p.126.

¹¹⁶ Art. 8º - Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime

Considerando, enfim, a existência inequívoca de um clima subversivo, de caráter nitidamente comunista, resolve:

A) Determinar a abertura de Inquérito Policial Militar, a fim de apurar fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social;

B) O Inquérito acima, deverá apurar também as atividades exercidas pelos elementos citados no Ofício número 170, de 5 de abril de 1964, do Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado da Guanabara;

C) Designar encarregado dêsse Inquérito o Exmo. Sr. General-de-Divisão Estevão Taurino de Resende Neto, que, assim, fica investido de todos os poderes legais e regulamentares, para o fim em tela.

No entanto foi o general Humberto Castelo Branco que estruturou as investigações através do Decreto n.º 53.897 de 27 de abril de 1964 que regulamentou os artigos 7.º e 10.º do AI.

Art. 1º Fica criada a Comissão Geral de Investigações, com a incumbência de promover a investigação sumária a que se refere o artigo sétimo, parágrafo primeiro, do Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

Foi criada a Comissão Geral de Investigações (CGI). Com a função de coordenar o trabalho das Comissões Especiais de Inquérito (CEIs), a CGI foi inicialmente chefiada pelo general Taurino de Rezende e, posteriormente, pelo general Penasco Alvim.

Cabia as CEIs investigar a presença de “subversivos” em todos os níveis do Estado. Estas comissões foram compostas por 220 militares (entre capitães, majores e coronéis) encarregados de presidir os inquéritos policiais-militares (IPMs). Desta maneira, foram

contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

instaurados centenas de IPMs, indiciando professores, parlamentares, burocratas, estudantes, militares e operários.

Ao se instalar um IPM numa repartição pública, o encarregado das investigações “convidava”, através de circulares, os funcionários a fazerem denúncias contra seus colegas.

Muitos IPMs foram conduzidos de modo completamente irregular¹¹⁷, resultando em acusações inconsistentes, prisões ilegais e uso de tortura contra os suspeitos. Era também comum que os advogados fossem impedidos de terem acesso aos autos dos inquéritos e de acompanharem seus clientes nos interrogatórios a que eram submetidos¹¹⁸.

Por conta das inúmeras irregularidades presentes nas investigações, numerosos *habeas-corpus* (instrumento constitucional cuja finalidade é garantir a liberdade do indivíduo contra a violência ou coação ilegal exercida por agentes do Estado) foram concedidos pelo Superior Tribunal Militar (STM) e pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Muitos IPMs tinham objetos de apuração vagos e indeterminados, investigando fatos sem qualquer conexão entre si. Não raro, arrolavam centenas de indiciados e milhares de testemunhas, inviabilizando a instauração de processos penais. IPM. A maioria dos indiciados não era denunciada pelo Ministério Público por falta de provas. O ministro Aliomar Baleeiro, No RC – 1218, julgado em 1975, faz severas críticas a condução dos IPMs. O grande número de indiciados e a pulverização dos fatos narrados no inviabilizava qualquer apuração séria de eventuais delitos políticos. Segundo o ministro Hermes Lima:

“O ímpeto do radicalismo revolucionário desfechava uma onda de medidas punitivas em que sobressaíam os inquéritos policiais-militares. (...) Foi um momento de instauração de inúmeros inquéritos policiais-militares que, nem por serem militares,

¹¹⁷ Art. 9.º do CPPM O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.

¹¹⁸ Art. 16. do CPPM. O inquérito é sigiloso, mas seu encarregado pode permitir que dele tome conhecimento o advogado do indiciado.

*deixavam de estar subordinados a nítidas normas legais. Mas, no ardor revolucionário de servir, de defender, de punir, de depurar, era freqüente que esses inquéritos chegassem ao Tribunal com prazos estourados e, na qualificação legal do ato apontado como delituoso, alheio ao enquadramento específico previsto na norma. A inexperiência das comissões de inquérito partia, muitas vezes, da premissa subjetiva sobre o ato ou fato objeto da investigação para o texto da lei e não deste para a matéria em processo de julgamento. Resultava que a especificidade do ato ou do fato, além de não corresponder ao enquadramento legal sugerido, situava-o fora do alcance de sanções penais”.*¹¹⁹

Os conflitos gerados com o poder Judiciário e a grande quantidade de IPMs inconclusos e intermináveis (apesar dos prazos legais) levaram o presidente general Humberto Castello Branco a extinguir a CGI através do Decreto n.º 54.609, de 26 de outubro de 1964.

O IPM mais famoso foi o de número 709, conhecido como “IPM do Partido Comunista”. Presidido pelo coronel Ferdinando de Carvalho e auxiliado por outros 20 oficiais, o inquérito objetivava apurar as atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em todo o território nacional. Também a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi alvo de um extenso IPM, que ouviu mais de 750 pessoas, acusadas de envolvimento com atividades “subversivas”.

Ainda que o presidente Castello Branco promettesse constantemente o rápido restabelecimento dos processos político-representativos normais e das regras democráticas, tomou, no final de seu governo, duas medidas legislativas importantes, dando continuidade ao processo de centralização de poder no Executivo Federal e de aplicação das premissas da Doutrina de Segurança Nacional¹²⁰ contra os adversários do regime.

¹¹⁹ VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p.188-189.

¹²⁰ Adotada como ideologia oficial do novo regime, a Doutrina de Segurança Nacional vinha sendo desenvolvida pela ESG há quase duas décadas. A escola tinha sido inspirada no *National War College* norte-americano e criada, em 1949, por oficiais brasileiros que haviam participado da II Guerra Mundial ao lado dos norte-americanos.

A primeira delas foi a promulgação da Constituição de 1967, que mantinha a supremacia do Executivo sobre o Judiciário e o Legislativo e dava-lhe o direito de intervir em Estados e municípios e de planejar e executar ações para garantir a segurança nacional.

A segunda medida foi a decretação da primeira Lei de Segurança Nacional do regime militar (Decreto-Lei nº 314/67), que incorporou os conceitos doutrinários da ESG (Doutrina de Segurança Nacional) e ampliou o conceito de crime político.

O conflito

A grande perseguição política que ocorreu logo após o golpe militar de 1964 não atingiu o Supremo Tribunal Federal. Inicialmente, os militares esforçaram-se por estabelecer um bom relacionamento com o Poder Judiciário, principalmente com a mais alta corte do país, o Supremo Tribunal Federal, ainda que os ministros deste tribunal tenham sido nomeados por governos anteriores. Sete dos onze ministros foram indicados por Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek e João Goulart, considerados inimigos do regime e que tiveram seus direitos políticos cassados logo em abril de 1964. Evandro Lins e Silva¹²¹ e Hermes Lima¹²², que haviam sido ministros e eram homens de confiança de João

A quase totalidade dos oficiais, especialmente os ligados ao Exército, que ocuparam postos de comando ou de governo no regime militar, passaram pelos cursos da ESG ou foram seus conferencistas. Também freqüentaram os cursos da escola empresários, parlamentares, burocratas de primeiro escalão, além de juizes. Dos 1.267 graduados na escola, entre 1950 e 1967, 646 eram civis.

Explicada de modo sucinto, a Doutrina de Segurança Nacional enfatizava a ameaça do ataque comunista indireto ao país. Segundo a doutrina, brasileiros aliados aos países comunistas procuravam desestabilizar o regime político, com a finalidade de tomarem o poder. Não se tratava, portanto, de combater o agressor externo, mas de coibir a ação daqueles que, dentro do país, conspiravam contra o governo e desejavam colocá-lo sob a influência da União Soviética, da China e de Cuba.

Fazia-se necessário, então, cuidar da segurança interna, o que nos faz entender a preocupação central do regime militar, desde seu início, em detectar, reprimir, julgar e, no limite, assassinar os cidadãos tidos como “subversivos”.

¹²¹ Procurador-Geral da República, de 26 de junho de 1961 a 23 de janeiro de 1963.

Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, de 24 de janeiro a 11 de junho de 1963.

Ministro das Relações Exteriores, de 18 de junho a 14 de agosto de 1963.

Goulart, e Victor Nunes Leal¹²³ que tinha estreita ligação com Juscelino só não foram cassados em virtude do cargo que ocupavam. A manutenção do Supremo Tribunal Federal funcionando, sem restrições diretas, está relacionada com a tentativa dos militares em preservar o Estado de direito, mantendo a legalidade formal do regime provocando uma contradição que atravessou todo o regime militar.

Embora, as críticas ao Supremo Tribunal Federal fossem constantes por parte das correntes mais conservadoras que apoiaram o golpe militar. Um dos porta-vozes do grupo era o jornal *O Estado de São Paulo*, que pedia a cassação dos ministros mais identificados com o governo deposto. No editorial "*Expurgo no âmbito do Judiciário*", de 14 de abril de 1964, o jornal cobrava a cassação dos ministros Hermes Lima e Evandro Lins e Silva, que

Ministro do Supremo Tribunal Federal, nomeado por decreto de 14 de agosto de 1963, do Presidente João Goulart, para a vaga decorrente do falecimento do Ministro Ary de Azevedo Franco, tomou posse no dia 4 de setembro seguinte. Fonte: www.stf.gov.br.

¹²² Exerceu a Chefia da Casa Civil da Presidência da República, no Governo João Goulart, de 12 de setembro de 1961 a 14 de julho de 1962, quando se afastou para ocupar o cargo de Ministro do Trabalho e Previdência Social, do Gabinete presidido pelo Professor Francisco Brochado da Rocha. Em seguida, foi escolhido Presidente do Conselho de Ministros, a 18 de setembro de 1962, acumulando as funções com as de Ministro das Relações Exteriores. Deixou as referidas pastas em 23 de janeiro de 1963 e, restabelecido o sistema presidencialista, permaneceu à frente do Ministério das Relações Exteriores, a partir de 24 de janeiro de 1963. Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 11 de junho de 1963, do Presidente João Goulart, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Frederico de Barros Barreto, tomou posse em 26 do mesmo mês. Fonte: www.stf.gov.br.

¹²³ Desempenhou, ainda, os cargos de Advogado da antiga Prefeitura do Distrito Federal, de Consultor-Geral da República (fevereiro a outubro de 1960) e de Procurador do Tribunal de Contas do atual Distrito Federal (outubro a dezembro de 1960), participando de dois Congressos Nacionais de Tribunais de Contas (Salvador e Porto Alegre).

Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, por decreto de 26 de novembro de 1960, do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Francisco de Paula Rocha Lagoa. Fonte: www.stf.gov.br.

seriam "*elementos que se empenharam na campanha de agitação reformista*".¹²⁴

A tabela abaixo contém a relação dos ministros que integravam o STF em 1964 e dos presidentes que os nomearam.

Tabela 3: Ministros do STF em 1964

Ministros do STF	Presidentes que os nomearam
Antônio Carlos Lafayette de Andrada Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa	José Linhares
Hahneman Guimarães Luiz Galloti	Eurico Gaspar Dutra
Antônio Gonçalves de Oliveira Antônio Martins Vilas Boas Victor Nunes Leal Cândido Motta Filho	Juscelino Kubitschek
Pedro Rodovalho Marcondes Chaves	Jânio Quadros
Hermes Lima Evandro Lins e Silva	João Goulart

Fonte: COSTA, Emilia Viotti da. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. São Paulo: Ieje, 2001, p. 197-214

O presidente Castelo Branco, assim que tomou posse, visitou o Supremo Tribunal Federal e declarou seu compromisso com a legalidade:

"(...) tenho a impressão, como antigo defensor da legalidade, de que há muito o que fazer para assegurar as normas jurídicas do País. Penso que ela está numa administração que realize com honestidade e olhando para o futuro. Penso que ela está na maneira de considerar o Congresso Nacional. Penso que ela está na coexistência dos três Poderes e

¹²⁴ LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. RJ: Nova Fronteira, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.410.

que essa coexistência reside muito na iniciativa do Poder Executivo. E penso também que a defesa da legalidade está garantida, quando o Presidente da República assegura condições para o funcionamento da Justiça no País.”

“Fui soldado, defensor da legalidade, e muitas vezes me senti verdadeiramente desolado, quando via que ela só podia ser mantida com as baionetas não ensarilhadas, mas colocadas fora dos quartéis, a fim de que o Poder Executivo continuasse a fazer má administração, a gozar o Poder e não a dar à Nação as condições de vida necessárias.(...)”

A atuação do STF no julgamento dos crimes políticos foi extremamente importante na defesa daqueles que eram perseguidos pelo regime militar e na manutenção dos direitos humanos. Mas, por outro lado, o STF não contestou abertamente a legislação casuística do regime militar (os atos institucionais e as leis de segurança nacional). Segundo Evandro

Lins e Silva:

“Nós [ministros do STF] nunca decidimos um processo contra a Revolução em si, contra o movimento militar, nós decidíamos de acordo com a Constituição: ninguém podia ficar preso além do prazo legal, ser perseguido politicamente se não havia cometido crime. O Supremo cumpriu rigorosamente a Constituição da República”.¹²⁵

Com o decorrer do tempo, a independência do Poder Judiciário tornou-se um sério empecilho para a atuação repressiva dos militares. Muitas decisões do STF desagradaram muitos setores influentes das forças armadas. Cada decisão contraria as aspirações repressivas dos militares era considerada uma ofensa e motivo para por fim a independência do poder judiciário. De abril de 1964 a outubro de 1965, os atingidos pela atividade repressiva, ainda podiam recorrer à Justiça Comum, muitas vezes, diretamente ao STF, para fazer valer os seus direitos. Nesse primeiro período, o STF e os tribunais estaduais tomaram decisões que respeitavam as garantias individuais estabelecidas pela Constituição Federal de 1946. O *habeas-corpus* tornou-se um antídoto eficaz contra o

¹²⁵ LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. RJ: Nova Fronteira, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.386.

abuso do poder, os ministros do STF não aceitaram as imposições dos militares e decidiram de acordo com suas convicções políticas liberais de respeito aos direitos individuais.

Coube ao ministro Hahnemann Guimarães, no dia 24 de agosto de 1964, a relatoria do *habeas-corpus* interposto em favor do professor Sérgio Cidade Rezende¹²⁶, professor da disciplina de introdução a Economia da Universidade Católica Pernambuco. Era o primeiro *habeas-corpus* de um perseguido político pelo regime militar de 1964. Sérgio era filho do general, Taurino Rezende, chefe da Comissão Geral de Investigações dos IPMs. Ele foi acusado de fazer propaganda de processos violentos para a subversão da ordem e propaganda de ódio de classe. Ele havia escrito num manifesto críticas desfavoráveis à situação política então vigente, acentuando que caberia aos estudantes uma parcela da responsabilidade pelo destino da sociedade e para isto eles deveriam optar entre “*gorilizar-se ou permanecerem seres humanos. A estes cabe a honra de defender a democracia e a liberdade*”.

A expectativa era enorme, os ministros visados pelo regime estavam impacientes e tensos. Hahnemann Guimarães num voto conciso e direto concedeu o *habeas-corpus* e abriu as portas para a resistência do STF. Erudito e de poucas palavras Hahnemann Guimarães foi professor de direito romano e direito civil de várias gerações na Universidade do Brasil, atual faculdade de direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na juventude, Hahnemann Guimarães, havia sido um fervoroso católico e posteriormente, tornou-se um positivista convicto.

“E ali está atento, a fina silhueta, o perfil esguio, sua mocidade plena de saber a destacar-se no painel da congregação, Hahnemann Guimarães que professava Direito Civil. Professar é bem o verbo adequado à vocação, à integridade de Hahnemann, a seu sentimento religioso do dever, à ilustração nos domínios da filosofia, das ciências sociais e jurídicas. Em 1926, então com 25 anos, presta concurso de Latim no Pedro II apresentando duas teses: «Comentariola Métrica», sobre o desenvolvimento das formas métricas do verso latino ilustradas com referências ao verso grego, e «Epigrafia Latina», de 392 páginas, em que, depois de reportar-se à instrumentalidade da escritura romana - o calamus, a harundo, a fistula ou a canna e, mais, o papiro, o pergaminho, só mais tarde

¹²⁶ HC-40910/PE

substituído pelo papel, lança-se à principal dificuldade da epigrafia latina - as abreviaturas - que, embora freqüentes, não obedecem a regras firmes. A importância decorre de serem fontes internas da língua. São orgias de saber clássico essas duas obras. Aliás, dominando igualmente as principais línguas vivas, Hahnemann se coloca como elo final da linhagem dos grandes humanistas do Pedro II - um José Acioly, um Quintino do Vale, um José Oiticica, um Carlos de Laet. É de 1932 o concurso de Direito Civil que sua tese «Estudos Sobre Gestão de Negócios» destaca entre os memoráveis na faculdade.

Esse humanista terá em 1936 a oportunidade de sentir, como os grandes da tradição por ele continuada, os problemas e inquietações que sombreavam o dom da vida. É no discurso do paraninfo da turma daquele ano, peça de vera qualidade literária, que evoca a dramaticidade e a angústia da época - «a incerteza do futuro, sombrio e ameaçador, enche a vida de amargura», que Hahnemann diagnostica os males causados pelo «surto das paixões egoístas inseparavelmente ligadas à estrutura social». Dizia ele:

‘Impõe-se deste modo não só a renovação moral como também a reorganização social. Não é possível que o homem se transforme moralmente em circunstâncias sociais contrárias a essa transformação. A revolução social será moral, não há dúvida, mas implicará também a transformação do regime social [...] Na moral, com efeito, o homem procede não como individuum mas como dividuum. Desacreditouse a moral naturalista que, em nome da ciência, se opunha à caridade, sustentando que o homem deve procurar ser cada vez mais forte, para realizar, na luta pela vida, a sua própria felicidade, enquanto os fracos devem perecer na seleção natural. O individualismo criou muito mais fracos e miseráveis do que homens fortes’¹²⁷.

Os ministros do STF, com exceção do ministro Pedro Chaves, consideraram que não havia no manifesto, redigido pelo professor, nada que justificasse a acusação e concederam o *habeas-corpus*. Hahnemann Guimarães que em seu voto sustentou a

¹²⁷ LIMA, Hermes. *Travessia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p.95.

concessão do habeas-corpus argumentando que o professor apenas exerceu seu direito à liberdade de expressão.

“Não há no manifesto nada que se possa considerar propaganda de processos violentos para subversão da ordem política ou social (...)”.

Os demais ministros presentes¹²⁸ no julgamento (Evandro Lins e Silva, Hermes Lima, Pedro Chaves, Victor Nunes Leal, Gonçalves de Oliveira, Vilas Boas e Cândido Mota, presidência do ministro Ribeiro da Costa) acompanharam o voto do relator concedendo o *habeas-corpus*:

Travou-se, no julgamento, um debate entre o ministro Pedro Chaves e os demais ministros. Pedro Chaves negou *habeas-corpus* sustentando que as liberdades individuais deveriam estar subordinadas a Segurança Nacional, ou seja, a continuidade e estabilidade da “Revolução”:

Há nesta revolução, no momento em que estamos Vivendo, uma evidente contradição; alguma coisa está positivamente errada, porque se há idéias que se repelem, que "hurlent de se trouver ensemble", são estas, de "revolução" e de "Constituição". E o Ato Institucional, que procurou dar colorido ao Movimento de 31 de março, no art. 10, diz que "está em vigor a Constituição de setembro de 1946".

(...)

Assim, há abuso da liberdade de imprensa, há abuso da liberdade de pensamento, há abuso das imunidades parlamentares e há abuso da liberdade de cátedra. Não podia ter passado pela cabeça de um constituinte, honestamente consciente das necessidades nacionais de transformar o direito de liberdade de cátedra em direito de incutir no ânimo dos estudantes idéias que são contrárias àquelas proclamadas e consagradas pela Constituição.

¹²⁸ Os ministros Lafayette de Andrada e Luiz Gallotti estavam licenciados.

Contrapondo-se a Pedro Chaves o ministro Evandro Lins e Silva defendeu de maneira enfática a importância e a preponderância dos direitos civis. Evandro Lins evocou o ministro Willian Douglas, da Suprema Corte dos Estados Unidos, para fundamentar o seu voto:

“Desejo apenas lembrar ao Egrégio Tribunal algumas palavras de Willian O. Douglas, juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, no seu recente livro The Right of People, que muito oportunas são para o julgamento deste caso, na defesa da liberdade de expressão do pensamento.

(...)

‘O governo não pode privar os cidadãos de qualquer ramo do conhecimento, nem impedir qualquer caminho para a pesquisa, nem proibir qualquer tipo de debate. A proibição se estende aos debates particulares entre os cidadãos, aos pronunciamentos públicos através de qualquer meio de comunicação ou o ensino nas salas de aula (...)

O espírito da livre pesquisa deve dominar nas escolas e universidades...’

(...)

Li, também, o escrito do paciente, em que ele se opõe à situação dominante e lhe faz críticas. Mas, nesse documento, não propaga o uso de meios violentos para a subversão da ordem política e social, como foi demonstrado pelo Senhor Ministro Hahnemann Guimarães. É uma crítica desfavorável, mas não criminosa.

Evandro Lins e Silva, em sua biografia, explicou a razão de ter fundamentado seus votos em decisões da Suprema Corte dos Estados Unidos:

“(...)Fiz muita questão de calcar meu voto na opinião de Douglas, até por estratégia política, para mostrar que aquelas acusações que me faziam, de esquerdismo quando votava, não procediam, porque eu estava baseado na opinião de um liberal, de um juiz da Corte Suprema americana. Não há dúvida de que houve aí, talvez, até uma certa malícia política. Tanto que quando o ministro Pedro Chaves dizia que estava inteiramente contrário às minhas idéias, estava contrário às idéias do Douglas, e não às minhas, porque eu não as expus como minhas. De qualquer maneira, os votos dos ministros foram votos

*politizados. Então não era político o voto sustentando a liberdade de cátedra, num instante em que o governo não queria a liberdade, estava demitindo os professores? A concessão do habeas-corpus representou um ponto de vista jurídico-político do Tribunal, porque havia alguns ministros que até podiam ser simpáticos ao movimento militar, mas não podiam tolerar que fosse cortada a liberdade de cátedra”.*¹²⁹

O STF preservou o foro especial por prerrogativa de função para ministros, governadores e secretários de governo. Foram concedidos *habeas-corpus* a vários políticos visados pelo regime militar, como os ex-governadores Mauro Borges de Goiás, Miguel Arraes de Pernambuco, Parcifal Barroso¹³⁰ do Ceará, Plínio Ramos Coelho¹³¹ do Amazonas e José Augusto de Araújo do Acre¹³². Os ex-governadores eram acusados de subversão e corrupção.

A concessão do *habeas-corpus* ao ex-governador do Estado de Goiás, Mauro Borges¹³³, no dia 23 de novembro de 1964, foi muito importante pelo precedente aberto e pela decisão do ministro Gonçalves de Oliveira em conceder, em medida liminar, o *habeas-corpus* preventivo em favor do governador::

“Lembro também que antes de Arraes houve outro caso muito importante, o do governador Mauro Borges, de Goiás, que era coronel e se solidarizara com Jango. Contra ele se desencadeou uma tenaz e violenta campanha para desalojá-lo do poder. Prenunciava-se uma deposição com o uso da força. Os advogados Sobral Pinto e José Crispim Borges impetraram um habeas-corpus preventivo, que foi distribuído ao ministro Gonçalves de Oliveira a 13 de novembro de 1964. Os acontecimentos se precipitavam, tornando iminente a chegada das tropas a Goiânia. Os patronos do governador, temendo qual quer providência da parte da Auditoria Militar e do próprio Superior Tribunal Militar - uma vez que havia inquérito policial-militar e o paciente tinha foro privativo do Tribunal

¹²⁹ LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. RJ: Nova Fronteira, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 387.

¹³⁰ HC-41609/CE

¹³¹ HC-41049/AM

¹³² HC 41891/AC

¹³³ HC-41296/GO

de Justiça por ser governador de estado -, requereram ao relator a sustação imediata da violência que se avizinhava. O despacho do ministro Gonçalves de Oliveira resumiu-se numa palavra "deferido" - e se tomou um fato inédito na história do habeas-corpus em nosso país. Até aquele dia jamais se concedera medida liminar para evitar a ameaça de constrangimento ilegal por parte da autoridade. A decisão foi comunicada aos responsáveis pela arbitrariedade iminente e abortou a violência premeditada e em andamento.

Ao julgar o habeas-corpus, o ministro Gonçalves de Oliveira justificou de modo brilhante e convincente a concessão da liminar. Sendo o mesmo o processo de habeas-corpus e do mandado de segurança, e se nele "pode o relator conceder a liminar até em casos de interesses patrimoniais, não se compreenderia que, em casos em que está em jogo a liberdade individual ou as liberdades públicas, a liminar, no habeas-corpus preventivo, não pudesse ser concedida, principalmente quando o fato ocorre em dia de sábado, feriado forense, em que o Tribunal, no dia seguinte, abre as suas portas". Com muita propriedade, o relator invocou a opinião de Wickersham: "Cada decisão da Corte Suprema, nas grandes questões constitucionais, vem a ser muitas vezes uma página da História". No caso, realmente o (oi, como solução pioneira e criativa. Daí por diante, a liminar em habeas-corpus tomou-se medida freqüente, de uso corrente, para proteger o cidadão contra os abusos e ameaças de autoridades atrabiliárias. O habeas-corpus foi concedido, por unanimidade de votos".¹³⁴

Preso, acusado de subversão e corrupção, o governador Mauro Borges solicitou um *habeas-corpus* preventivo para não responder criminalmente por crime de responsabilidade perante a justiça militar. O Supremo Tribunal Federal, em decisão unânime¹³⁵, deferiu o *habeas-corpus* para que não pudesse a justiça comum ou militar processar o governador

¹³⁴ LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. RJ: Nova Fronteira, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, P.389-390.

¹³⁵ Tomaram parte no julgamento os ministros Evandro Lins, Hermes Lima, Pedro Chaves, Victor Nunes Leal, Gonçalves de Oliveira, Vilas Boas, Cândido Motta e Hahneemann Guimarães. Presidência do ministro Ribeiro da Costa. Licenciados, os Exmos. Srs. Ministros Lafayette de Andrada e Luiz Gallotti.¹³⁵

sem o prévio pronunciamento da Assembléia Estadual, nos termos da Constituição do Estado de Goiás. O ministro Gonçalves de Oliveira, como relator, foi o primeiro a votar:

“A Constituição é o escudo de todos os cidadãos, na legítima interpretação desta Suprema Corte. É necessário, na hora grave da história nacional, que os violentos, os obstinados, os que têm ódio no coração abram os ouvidos para um dos guias da nacionalidade, o maior dos advogados brasileiros, seu maior tribuno e parlamentar, que foi Rui Barbosa:

‘Quando as leis cessam de proteger nossos adversários, virtualmente, cessam de proteger-nos’.

E desta cadeira sagrada, que a Nação me confiou, de onde tenho recebido conhecimentos e inspirações, devo dizer, pretendendo falar em nome do Supremo Tribunal Federal e de toda a consciência democrática da Nação, que soou a hora da democracia, "com a lei, pela lei e dentro da lei porque fora da lei não há salvação". Este país é muito grande, e um bravo país, que não pode ser governado por um só homem, sem as instituições representativas, sem o poder judicial. E na advertência do presidente Kennedy, no seu primeiro discurso presidencial, todos que, no passado, pretenderam encontrar o poder cavalgando o lombo do tigre acabaram irremediavelmente no seu ventre. Como o grande Presidente, nós também não estamos dispostos a assistir, de braços cruzados, à gradativa destruição dos . Interpretando a aspiração dos juizes, dos advogados, da imprensa, dos estudantes, do povo que luta e sofre, do trabalhador de todas as profissões que conquista com o suor da frente o pão de cada dia, enfim, pretendendo falar em nome da nação democrática, devo dizer deste Tribunal Supremo que a ordem é ensarilhar as armas e trabalharmos todos unidos e em paz pelo Brasil.”

Evandro Lins e Silva acompanhou o voto do relator, mas, acrescentou ao voto, a restrição a competência da Justiça Militar para o julgamento de civis e detentores de cargos públicos. Seu voto foi acompanhado pelo voto do ministro Hahnemann Guimarães.

“(...) É justamente no uso de suas atribuições de Corte Constitucional que o Supremo Tribunal Federal, como também sucede com a Corte Suprema dos Estados Unidos, tem sido mais vezes criticado e incompreendido. Desconhece em geral o vulgo que no exercício de tais funções temos de compor conflitos de poder, com base, inclusive, no critério da utilidade pública ou do bem comum.

A Corte Suprema Americana tem sido acusada, ao longo de sua história, de exercer um "governo de juizes" através do controle da constitucionalidade das leis. Tal acusação não pode ser feita ao Supremo Tribunal Federal, que tem sabido usar desse poder, em toda a história da República, com prudência e discrição.

Como assinala William O. Douglas, eminente juiz da Corte Suprema Americana, a extensão da jurisdição de tribunais militares sobre civis deve ser sempre "estreita e limitadamente definida.” Idêntica é a opinião de Black, manifestada em voto proferido naquela alta Corte .

A regra geral é a competência da Justiça Comum. Nos casos de foro privativo, a esse foro é que incumbe o julgamento de autoridades que a Constituição destacou do estalão comum, pela eminência de suas funções. No mais, estou de acordo com o douto e brilhante voto do eminente ministro relator”

O ministro Pedro Chaves, mesmo declarando sua posição em defesa da “revolução”, acompanhou o voto dos demais ministros:

“(...) Todo cidadão tem o direito assegurado pela Constituição, de só ser processado e julgado por juiz competente e na devida forma legal. Negar ao governador de um Estado foro a que tem direito pela prerrogativa da função que exerce e a que foi levado pelo voto do povo é sujeitá-lo a um processo segundo forma diferente daquela que é a forma legal no foro a que está sujeito, é violar um direito individual e atentar contra a autonomia do Estado, caráter inerente à Federação. O perigo é iminente. Urge evitar a consumação da violência, ainda que hipotética.

Recebi a Revolução de 31 de março, como uma manifestação da providencia divina em benefício da nossa Pátria. Não me mantive em atitude contemplativa. Tive a coragem de alertar a Nação, em discurso de 11 de agosto de 1962, para o desfiladeiro tenebroso a

que estávamos sendo conduzidos, resta-me ainda hoje ânimo para conceder a ordem de Habeas-corpus que nos foi impetrada, para salvar com ela a ordem jurídica, único caminho pelo qual o eminente Sr. Presidente da República poderá conduzir a Nação Brasileira, como é de seu desejo, aos seus gloriosos destinos.”

Outros habeas-corpus foram concedidos a governadores e secretários de Estado com base nesse precedente, que passou a ser a orientação do STM (Superior Tribunal Militar). No entanto, o habeas-corpus mais rumoroso foi concedido, por unanimidade, ao governador de Pernambuco Miguel Arraes¹³⁶.

Esse *habeas-corpus* provocou uma forte reação de setores militares, que não queriam que Miguel Arraes fosse solto. Como relata Evandro Lins e Silva:

“Nesse caso houve um detalhe curioso. Agora estou me lembrando, e isso é bom, para a História. Concedido o habeas-corpus, o procurador-geral era o dr. Osvaldo Trigueiro, que veio a ser ministro do Supremo Tribunal quando houve o aumento do número de juízes. Ele contou que na época recebeu um telefonema do presidente Castelo Branco dizendo que estava encontrando dificuldade para cumprir a ordem do Supremo. Setores radicais não queriam pôr o Arraes em liberdade. O que fazer? Contou-me o dr. Osvaldo Trigueiro - o que o coloca numa posição, que ele merece, de relevo, de destaque, de compostura, de decência política - que respondeu ao presidente: ‘A ordem tem que ser cumprida, ele tem que ser posto em liberdade. E mais. É absolutamente correta. Se eu estivesse sentado lá no Supremo, também teria concedido o habeas-corpus.’ E foi cumprida a ordem. Nunca houve nenhuma ordem de habeas-corpus do Supremo que não fosse cumprida.”¹³⁷

O STF concedeu *habeas-corpus* para muitas pessoas consideradas inimigas do regime mantidas presas ilegalmente, tal como ex-deputado federal e líder das Ligas Camponesa, Francisco Julião, preso por mais de um ano sem culpa formada; o professor

¹³⁶ HC-42108/PE

¹³⁷ LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. RJ: Nova Fronteira, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.388-389.

Darcy Ribeiro¹³⁸ acusado de subversão; o professor Mario Schenberg¹³⁹ acusado de tentar mudar a ordem política e social; o arquiteto Vilanova Artigas¹⁴⁰ acusado de acusado de tentar mudar a ordem política e social; Wladimir Palmeira, acusado de fazer propaganda subversiva e Carlos Heitor Cony¹⁴¹ acusado de provocar animosidade entre as classes sociais.

O *habeas-corpus*¹⁴² solicitado por Francisco Julião, ex-deputado federal e líder das Ligas Camponesas, se destaca pela repercussão e por marcar claramente a divisão do Supremo Tribunal Federal.¹⁴³

Acusado de liderar uma organização subversiva, Julião estava preso há um ano e meio, tempo muito superior ao legalmente permitido. O *habeas-corpus* foi concedido Contra o voto do ministro relator Luiz Gallotti¹⁴⁴. O voto do ministro Gallotti, ao negar o *habeas-corpus*, rompeu com a jurisprudência do STF referente aos prazos de prisão preventiva. Ele justificou sua decisão apontando a suposta periculosidade do paciente:

“Isto sem falar na sua periculosidade, elemento intimamente ligado a Cuba, para onde viajava com frequência em busca de subsídios para a sua ação subversiva e onde até hoje se encontram sua esposa e filha, adestrando-se na arte de guerrilhas e trabalhando nas milícias cubanas, conforme a informação de fl. 14”.

“Sendo como é o paciente um advogado, homem portanto de nível intelectual superior que conseguiu eleger-se deputado federal, forçoso será reconhecer que grande é a sua capacidade para iludir camponeses incultos e levá-los, com a mistificação e os engodos comunistas, a se transformarem em instrumentos de desordem e subversão dos

¹³⁸ HC-46405/GB

¹³⁹ HC-43829/GB

¹⁴⁰ HC-45060/GB

¹⁴¹ HC-40976/GB

¹⁴² O julgamento ocorreu no dia 27 de setembro de 1965.

¹⁴³ HC-42560/PE

¹⁴⁴ Tomaram parte no julgamento os ministros Evandro Lins, Hermes Lima, Victor Nunes Leal, Gonçalves de Oliveira, Vilas Boas e Luiz Gallotti.¹⁴⁴ Presidência do ministro Lafayette de Andrada, no impedimento do ministro Presidente Ribeiro da Costa. Licenciados, os Ministros Hahnemann Guimarães e Cândido Motta. Ausente, justificadamente, o ministro Pedro Chaves.

princípios democráticos, atentando contra o regime e a propriedade pública e privada, como acontecia com as célebres Ligas Camponesas por ele organizadas e dirigidas.”

Victor Nunes Leal divergiu firmemente do voto de Luiz Gallotti:

“ Não é possível que os encarregados de inquéritos policiais-militares, dispondo de todos os recursos à disposição do Governo, não possam apurar o crime atribuído a alguém, mantendo-o detido quase dois anos.”

Mas, coube ao ministro Gonçalves de Oliveira, a defesa mais veemente para concessão do *habeas-corpus*:

“ (...) sempre fui fundamental e visceralmente contra essas Ligas Camponesas. Mas aqui não estamos julgando a prática de crimes cometidos em nome delas. Estamos julgando da legalidade da prisão de um acusado.

À minha consciência revolta que um homem possa ficar preso um ano e meio apenas denunciado, mas sem ser condenado. Seria exigir que primeiro cumprisse a pena e depois fosse julgado. Um ano e meio é uma existência numa prisão.

Aqui, no Supremo Tribunal, sempre concedi habeas-corpus quando os Tribunais de justiça demoram a julgar apelações de réus por mais de um ano. Sempre dei habeas-corpus, em casos tais, porque é um abuso de poder, como acaba de assinalar o eminente Ministro Victor Nunes.

Não estou solidário com os componentes das Ligas Camponesas. Mas estamos julgando a legalidade da demora de uma prisão preventiva sem condenação. Estar um homem preso um ano e meio nessas condições atenta contra a própria República. Estou de acordo com o decidido pelo eminente Ministro Evandro Lins.”

Os habeas-corpus relacionados à liberdade de pensamento, expressão e imprensa delimitaram e interpretaram os artigos constitucionais relativos ao tema, ou seja, deram a palavra final sobre os limites constitucionais das liberdades individuais.

Entre os *habeas-corpus* que salvaguardaram a liberdade de pensamento, foi importante o julgamento¹⁴⁵ de José Tribuzi Pinheiro Gomes, acusados de subversão pelo fato de ser comunistas.¹⁴⁶ O *habeas-corpus* foi concedido unanimemente¹⁴⁷. Apesar da divisão interna do STF, não existiram divergências quanto não ser crime o fato de ser comunista.

O relator Gonçalves de Oliveira apontou a inépcia da denúncia contra os pacientes e concedeu o *habeas-corpus*:

“(...) tenho que a denúncia não oferece elementos pelos quais se positive que os acusados queriam submeter, pela violência (esse é que é o crime), o território nacional ao jugo do Partido Comunista. São pessoas esquerdistas que, em cidade do Maranhão, numa época em que todo o mundo sabe que era notório, professavam livremente suas idéias (...).”

Desta sorte, Sr. Presidente, meu voto é no sentido de conceder o habeas-corpus. Os acusados denunciados só poderiam ser processados, precisando-se nitidamente a ação criminosa de cada um deles, o que não ocorreu.”

E, Luiz Gallotti ratificou, no seu voto, a posição do Tribunal sobre o tema:

“Em reiterados pronunciamentos, quer como Procurador-Geral, quer como juiz deste Tribunal, tive ocasião de acentuar, como o foi, e bem, pelo eminente Ministro Eloy da Rocha, que ser comunista, por si só, não constitui crime”.

Em outro julgamento, ocorrido em 5 de novembro de 1968, Cid Pereira¹⁴⁸ também havia sido preso acusado de subversão pelo fato de ser comunista. A segunda turma

¹⁴⁵ O julgamento ocorreu em 2 de dezembro de 1966.

¹⁴⁶ HC-43634 / GB

¹⁴⁷ Tomaram parte no julgamento os ministros Eloy da Rocha, Prado Kelly, Hermes Lima, Gonçalves de Oliveira e Luiz Gallotti.

¹⁴⁸ HC-46305/GO

presidida por Evandro Lins concedeu o *habeas-corpus* em votação unânime¹⁴⁹. O relator Aliomar Baleeiro concedeu a ordem e foi acompanhado pelos outros ministros:

“(...) o simples fato de alguém aderir ao marxismo, ou ao comunismo, como convicção política, filosófica, ideológica, enfim doutrinaria, não é por si só crime, enquanto não passa ao começo de execução das atividades especificadas catalogadas na lei penal (...). Já se pensava assim há mais de 110 anos, em países que estavam ainda, aquele tempo, bem longe da ordem jurídica de caráter liberal e democrático da civilização ocidental contemporânea.

Se não espanta que Karl Marx vivesse 30 anos na Inglaterra sem ser incomodado pela justiça na Inglaterra livre, de onde escreveu ‘O capital’ e fomentou agitações no continente, é expressivo que um dos principais pioneiros do anarquismo, negador de todos os valores morais, jurídicos e sociais, Max Stiner (1806-1856) nos países de língua alemã, houvesse gozado da mesma tranqüilidade e vivesse das aulas ministradas em colégios de meninas. (...) Concedo a ordem por falta de justa causa”.

Com relação à liberdade de imprensa, é exemplar o *habeas-corpus* concedido ao jornalista Carlos Heitor Cony¹⁵⁰, em julgamento ocorrido em 23 de setembro de 1964. Cony foi preso acusado de fazer propaganda de processos violentos para subverter a ordem pública através da publicação de seus artigos no jornal *Correio da Manhã*. O *habeas-corpus* foi concedido nos termos do voto do relator, ministro Gonçalves de Oliveira, contra os votos dos Ministros Pedro Chaves e Vilas Boas. O voto do relator foi no sentido do prosseguimento do processo pela Lei de Imprensa:

“O Supremo Tribunal tem sua jurisprudência firmada no sentido da aplicação aos jornalistas, da Lei de Imprensa e não da Lei de Segurança pelos seus artigos publicados, ainda que o fato seja também qualificado nesta última lei de segurança do Estado”.

¹⁴⁹ Estavam presentes no julgamento os ministros Adalício Nogueira, Aliomar Baleeiro, Adaucto Cardoso e Themistocles Cavalcanti.

¹⁵⁰ HC-40976/GB

Entre 1964 e 1968, foram impetrados no STF 137 habeas-corpus referentes a crimes políticos, sendo que 99 foram concedidos e beneficiaram mais de 300 pessoas. Apesar das limitações, as manifestações de independência do STF criaram sérios atritos com o Executivo, que esperava fazer o Judiciário aceitar às suas pretensões. Em reação a tais pressões, o presidente do STF, Ribeiro da Costa¹⁵¹, que havia apoiado o golpe de 1964, deu uma entrevista, em outubro de 1965, ao jornal *Correio da Manhã*, em que fez severa crítica aos militares:

"(...) Já é tempo de que os militares se compenetrem de que nos regimes democráticos não lhes cabe o papel de mentores da Nação, como há pouco o fizeram, com estarrecedora quebra de sagrados deveres os sargentos, instigados pelos Jangos e Brizolas. A atividade civil pertence aos civis, a militar a estes que, sob sagrado compromisso, juram fidelidade à disciplina, às leis e à Constituição."

Coube ao ministro da Guerra, general Costa e Silva dar a resposta ao presidente do STF. Discursando a oficiais em Itapeva, Estado de São Paulo, qualificou as declarações de Ribeiro da Costa como afronta, que deveria ser repelida com veemência, acrescentando que os militares não retornariam aos quartéis enquanto o povo não determinasse.

Demonstrando solidariedade a Ribeiro da Costa, os demais ministros do STF estenderam seu mandato de presidente até o final de 1966, quando se aposentaria por limite de idade. Em 25 de outubro de 1965, por maioria absoluta, os membros do Supremo Tribunal Federal resolveram acrescentar ao Regimento Interno a seguinte disposição transitória: *"O Ministro Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa exercerá a Presidência do Supremo Tribunal Federal até o término de sua judicatura"*. Eles romperam com a tradição da rotatividade do cargo de presidente do STF. Até então ocorria um revezamento,

¹⁵¹ *Cabe lembrar a ligação de Ribeiro da Costa com a UDN. Vários setores da sociedade começaram a ficar incomodados com a continuidade do regime militar, inclusive setores da UDN. Isso porque os militares não demonstravam nenhuma inclinação para deixar o poder, contrariando os interesses dos políticos UDN, como Carlos Lacerda. A UDN sairia como uma grande derrotada do regime militar.*

o ministro mais antigo no tribunal, que ainda não havia ocupado o cargo, era eleito presidente pelos seus pares.¹⁵²

A queda-de-braço entre o tribunal e o governo foi resolvida com a edição do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 27 de outubro de 1965. Além de outras medidas, o AI-2 estabeleceu profundas mudanças no Judiciário, procurando subjugá-lo ao regime. Com o AI-2, o julgamento de crimes políticos passou para a jurisdição da Justiça Militar e foram suspensas as garantias dos juízes de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade (consideradas imprescindíveis para a atuação independente dos magistrados). Por fim, o número de ministros do STF foi aumentado de 11 para 16, com a intenção clara de assegurar ao governo a maioria no tribunal.

Para o ministro Aliomar Baleeiro a decisão de aumentar do número de ministros resultou da desconfiança dos militares com relação a cinco ministros (Hermes Lima, Victor Nunes Leal, Evandro Lins e Silva, Gonçalves de Oliveira e Lafayette de Andrada):

“A meu ver Castello Branco, diante daquele antagonismo da Revolução aos cinco ministros do STF, cuja filosofia política ela reputava hostil às suas diretrizes, encarou duas soluções drásticas: a) aposentá-los, como fez Vargas em 1931, em relação aos juízes execrados pelos revolucionários de 1922, 1923, 1924 e 1930; ou b) elevar de quase 50% o número dos ministros, como tentou fazê-lo F. D. Roosevelt aos "Justices" incompatíveis com o New Deal. Castello conhecia :perfeitamente o projeto de packing the Court, de Roosevelt, pois a ele se referiu em conversa comigo cerca duma semana antes do AI n.º 2. Preferiu a solução menos brutal e que viria a corrigir a congestão das pautas do STF. Não me parece que tivesse cometido, com isso, um erro tático. Em política raramente a escolha é entre o bom e o ruim, mas a menos má entre duas soluções más, sem melhor alternativa”¹⁵³.

¹⁵² Com o Decreto-Lei nº 2.770, de 11 de novembro de 1940, passaram a ser nomeados por tempo indeterminado pelo presidente da República. Entretanto, o Decreto-Lei nº 8.561, de 4 de janeiro de 1946, determinou a volta ao sistema anterior.

¹⁵³ VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p.180.

Em meados da década de 1990, o general Ernesto Geisel reconheceu que a insatisfação de setores militares com a atuação do STF, aliada a outros fatores, como a derrota do governo federal nas eleições para governadores de 1965, havia provocado a edição do AI-2:

*“Para se sentir o clima da época, vou narrar um episódio. Houve uma manobra da guarnição de São Paulo na região de Itapeva que teve uma certa relevância. Castelo compareceu, e eu e o Moraes Rego o acompanhamos. Foram também vários generais, entre eles Costa e Silva e o comandante da região militar, Amaury Kruel. Depois da fase final da manobra, houve (...) um almoço. Nesse almoço o Costa e Silva fez um discurso que, de certa forma, era uma crítica ao governo, sobretudo pelo conflito que havia com o Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal estava dando habeas-corpus aos presos políticos envolvidos em inquéritos ou em investigações. Houve habeas-corpus que não foram cumpridos e o presidente do Tribunal se dirigiu ao Castelo e reclamou. Castelo, por seu lado, exigiu dos militares o cumprimento das decisões do Supremo Tribunal Federal. Preocupou-se em prestigiar a Justiça. Pois Costa e Silva, no seu discurso, investiu contra a Justiça e indiretamente contra a decisão de Castelo, o que nós consideramos muito ruim. Era um discurso de certa forma indisciplinado, na presença de generais e oficiais, alguns dos quais apoiaram ruidosamente a fala do ministro. Havia oficiais que estavam exaltados (...) (Castelo) Remoeu aquela coisa toda e se aquietou. Isso, conjugado com o problema da vitória da oposição nas eleições aqui no Rio e em Minas Gerais, ficou fervendo e levou finalmente à decisão da formulação do Ato Institucional n° 2”.*¹⁵⁴

O contra-ataque da oposição

O biênio 1967/68 marcou o ressurgimento dos movimentos sociais e a luta para a volta da democracia. Manifestações de rua, comícios e passeatas, além de ações de guerrilha urbana passaram a ocorrer com frequência, exercendo pressão sobre o governo.

¹⁵⁴ D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs). Ernesto Geisel. RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987, p.189.

Criada em 1966, a "Frente Ampla" foi um movimento que uniu as três mais expressivas lideranças políticas nacionais que defendiam a volta do regime democrático. Composta por antigos inimigos políticos: Carlos Lacerda, que via cada vez mais longe a possibilidade de alcançar a presidência de República; Juscelino Kubitschek e João Goulart. A frente divulgou, em março de 1967, um manifesto, no qual propunha a anistia geral e a elaboração de uma nova Constituição, que garantisse o direito de greve, a pluralidade dos partidos e, ainda, o restabelecimento das eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos das capitais.

O movimento sindical, duramente atingido pela repressão que se seguiu ao golpe de 1964 logrou rearticular-se, ao menos parcialmente, no final da década de 1960. No ano de 1968, duas grandes greves colocaram em xeque a política de arrocho salarial do governo federal. Assim, em abril, quinze mil operários interromperam suas atividades em Contagem, Estado de Minas Gerais e, em julho, foram dez mil trabalhadores que aderiram à greve em Osasco, na Grande São Paulo.

Mas, a força oposicionista mais bem articulada no período foi o movimento estudantil, cuja atuação, embora fosse mais importante nos grandes centros urbanos, alcançava todo o território nacional.

Um dos acontecimentos mais marcantes da repressão policial ao movimento estudantil ocorreu no dia 28 de março de 1968. Durante uma manifestação em frente ao restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, soldados da Polícia Militar dispararam tiros contra os cerca de dois mil estudantes ali reunidos. Um dos tiros atingiu o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, de 16 anos, que morreu na hora.

Indignados, os colegas do estudante morto carregaram o seu corpo até a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, onde foi realizado o velório, com a presença de políticos, líderes estudantis e uma pequena multidão. No dia seguinte, um gigantesco cortejo fúnebre percorreu as principais ruas e avenidas do centro do Rio de Janeiro, demonstrando a revolta e o descontentamento da população.

A missa fúnebre foi realizada na manhã do dia 4 de abril, na Igreja da Candelária, reunindo cerca de 30.000 pessoas. Ao deixar a igreja, a multidão foi atacada pela polícia. O episódio só não terminou num massacre porque os padres saíram em defesa dos estudantes e populares. Mesmo assim, 600 pessoas foram presas e houve inúmeros feridos.

A violenta repressão mobilizou outros setores da população, que se juntaram aos protestos iniciados pelos estudantes. No dia 25 de junho, uma grande passeata reuniu, no Rio de Janeiro, cerca de 100.000 pessoas, ficando conhecida como "Passeata dos Cem Mil".

Também neste período, vários agrupamentos de esquerda lançaram ações de guerrilha urbana, como roubos a bancos, panfletagens, comícios-relâmpagos e atentados contra alvos governamentais.

O regime reagiu com violência. Durante o ano de 1968, várias pessoas foram mortas pela polícia durante manifestações de rua. Em outubro, um congresso clandestino da UNE foi desbaratado pela polícia, resultando na prisão de 739 dirigentes estudantis de todo país.

Um dos presos na operação policial, em Ibiúna, foi Wladimir Palmeira, a principal liderança estudantil do Brasil. Seus advogados rapidamente solicitaram um *habeas-corpus* ao STF¹⁵⁵. O julgamento¹⁵⁶ foi longo e conturbado e teve como resultado a anulação do decreto de prisão preventiva, nos termos do voto do Ministro Thompson Flores, contra os votos dos Ministros Amaral Santos e Barros Monteiro¹⁵⁷.

No julgamento, o ministro Victor Nunes fez uma defesa veemente das liberdades individuais:

“ A Constituição protege em termos amplos a liberdade individual. A autoridade judiciária, pela Constituição, deve ter conhecimento imediato de qualquer prisão determinada por outra autoridade. Será admissível que nesse sistema constitucional de garantias se tenha querido instaurar um regime de insegurança, em que praticamente qualquer pessoa pode ser presa por sessenta dias, antes de apurada a culpa, a requerimento d dezenas ou centenas de encarregados de inquéritos militares? Não me parece Sr. Presidente. Deve haver um organismo que responda pro esses atos. Esse

¹⁵⁵ HC-46060 / GB

¹⁵⁶ O julgamento ocorreu no dia 18 de setembro de 1968.

¹⁵⁷ Tomaram parte no julgamento os ministros Thompson Flores, Amaral Santos, Themistocles Cavalcanti, Barros Monteiro, Djaci Falcão, Eloy da Rocha, Aliomar Baleeiro, Oswaldo Trigueiro, Prado Kelly, Adalício Nogueira, Evandro Lins, Hermes Lima, Victor Nunes, Gonçalves de Oliveira.¹⁵⁷ Presidência do ministro Luiz Gallotti.

organismo é a Polícia Federal. Não me parece que o Supremo Tribunal deva sancionar conseqüências tão penosas para a segurança do indivíduo, sobretudo, mais penosas para o prestígio da autoridade civil, porque esses IPMs instaurados no país inteiro são muitas vezes focos de perturbações, pelas suas conseqüências, e as autoridades civis, inclusive a mais alta, é que suportam os efeitos políticos desses fatos.

Por tais motivos, parece-me que só o Departamento da Polícia Federal tem qualidade legal para pedir a prisão preventiva, na fase da instrução policial, quando o indiciado for civil. Com a propositura da ação penal, a prisão poderá ser requerida pelo Ministério Público ou decretada ex officio pela autoridade judiciária.”

O Ato Institucional n.º 5

No dia 13 de dezembro de 1968 a democracia brasileira recebeu o golpe final. O presidente Costa e Silva decretou o AI-5.

Com o AI-5, fortaleceu-se o Executivo Federal, ao mesmo tempo em que se cerceou seriamente a independência do Legislativo e do Judiciário. Além disso, aprofundou-se o controle governamental sobre a sociedade civil, através da anulação de garantias individuais.

O Ato estabeleceu, entre outros, os seguintes poderes ao presidente da República: fechar o Congresso, as assembléias estaduais e as câmaras municipais, cassar o mandato de membros do Executivo e do Legislativo, demitir ou remover juizes, legislar através de decretos e baixar novos atos institucionais ou complementares, demitir, remover ou aposentar servidores públicos e suspender os direitos políticos de cidadãos por um prazo de dez anos.

Além disto, suspendeu-se à garantia de *habeas-corpus* para todos os casos de crime contra a segurança nacional e ratificou-se a jurisdição da Justiça Militar sobre os crimes políticos. Ao contrário dos atos institucionais anteriores, este tinha prazo de vigência indeterminado e apenas poderia ser revogado por um decreto do presidente da República.

Para o jurista Pontes de Miranda os Atos Institucionais, principalmente o AI-5, representaram um duro golpe na justiça e na democracia:

“Tais Atos funcionam como se fossem fósforos com que se queimaram os melhores textos da Constituição. Fizeram do povo brasileiro, exceto os governantes, mais de cem milhões de escravos, a despeito da abolição da escravidão dos pretos, no fim do Império. Não se voltou ao que havia, mas a algo de semelhante, extensivo à toda população, do Rio Grande do Sul ao Amazonas. Pelo Ato Institucional n.º 5, o habeas-corpus ficou suspenso “nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular”. Em seu artigo 11, está escrito: “Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este ato institucional e seus atos complementares como os respectivos feitos”. Pelo que se viu, 1968, ano do AI-5, foi um golpe profundo na personalidade dos brasileiros e da tradição, de típica ditadura, que nunca existiu no Brasil¹⁵⁸”.

Os habeas-corpus

O Supremo Tribunal Federal, durante o período de 1964 a 1968, construiu, com suas decisões, uma barreira que impediu, por algum tempo, a legalização formal dos procedimentos autoritários do regime militar. Apesar de não fazer as leis e nem controlar o aparato repressivo do Estado, o Poder Judiciário pode dificultar o alargamento artificial da tipificação dos crimes políticos e questionar a constitucionalidade de leis casuísticas e autoritárias que ferem os direitos fundamentais. O Poder Judiciário pode barrar quebras da ordem legal.

Os ministros do STF procuraram alargar as definições dos direitos civis e estreitar a tipificação dos Crimes Contra a Segurança Nacional.

Observamos no Supremo Tribunal Federal uma nítida divisão de posições, entre os ministros que defendiam a manutenção e o apoio aos direitos civis e os ministros que subordinavam os direitos civis à manutenção da “segurança nacional”.

Durante os 21 anos do regime militar o equilíbrio de forças no STF foi alterado várias vezes, em decorrência de mudanças decretadas pelo Executivo através dos Atos Institucionais, das aposentadorias e as cassações de ministros.

¹⁵⁸ Entrevista com Pontes de Miranda (Encontros com a civilização brasileira, n.º 3, setembro 1978, p.44-46)

A divisão era amplamente favorável aos defensores dos direitos civis, entre 1964 e 1965. Para tentar reverter esta situação desfavorável, em 27 de outubro de 1965, o número de ministros foi aumentado de 11 para 16, pelo AI-2, com a intenção de estabelecer uma maioria de ministros favorável ao regime militar. No biênio 1966-1967 ocorreram quatro aposentadorias que alteraram o equilíbrio de forças no tribunal. Três, dos ministros aposentados, por limite de idade, eram figuras centrais na resistência ao regime militar. E, finalmente, com o AI-5, três ministros foram “aposentados” e dois foram obrigados a se aposentar. Os militares, que em 1964 haviam “poupado” o STF do seu furor punitivo, em 1968, acabaram com a independência da mais alta corte do Brasil.

Os Habeas-Corpus

Habeas-Corpus 1964-1968

	1964	1965	1966	1967	1968
Concedidos	26	37	7	10	19
Negados	1	13	1	3	8
Convertidos em diligência	1	2	0	0	0
Prejudicados	0	1	4	0	0
Não conhecidos	0	3	1	0	0
Total	28	56	13	13	27

Habeas-Corpus 1964-1968 (Votações)

	1964	1965	1966	1967	1968
Unânime	25	42	11	11	18
Maioria	3	14	2	2	9
Total	28	56	13	13	27

Foram analisados 137 *habeas-corpus*, 99 foram concedidos, 23 foram negados, 5 considerados prejudicados, 3 convertidos em diligência e 5 não foram conhecidos. Com relação aos *habeas-corpus* concedidos: 43 foram concedidos por excesso de prazo da prisão preventiva, 26 por falta de justa causa, 21 por incompetência da Justiça Militar, 8 por

denúncia inepta e1 foi desclassificado para crime de imprensa. Dos 137 *habeas-corpus*, 89 foram tipificados pelo artigo 2, III, da lei de segurança nacional de 1953. 53 acusações de tentativa de mudança da ordem política e social e 37 por subversão.

As outras acusações foram: 8 por fazer propaganda subversiva, 2 por corrupção, 3 por peculato, 6 por filiar-se ou ajudar partido político ou associação proibidos por lei, 6 por reorganizar ou tentar reorganizar partido político ou associação proibidos por lei, 1 por provocar animosidade entre classes, 2 por praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva, 2 por crime contra a segurança externa, 3 por roubo de armas do Exército e 9 outras acusações.

Período 1964-1965

No período de 1964 a 1965, o Supremo Tribunal Federal estava dividido entre ministros mais identificados com o regime militar e a maioria liderada pelo presidente Ribeiro da Costa, que manteve uma posição firme em defesa dos direitos civis e dificultou a atuação ilegal do regime militar. Essa maioria era composta pelos ministros Evandro Lins e Silva, Victor Nunes Leal, Hermes Lima, Vilas Boas, Gonçalves de Oliveira, Lafayette de Andrada, Candido Mota Filho e Hahnemann Guimarães.

HABEAS-CORPUS (1964)

Concedidos	26
Negados	1
Convertidos em diligência	1
Total	28

Teses

Tese	Quantidade
Excesso de prazo	20
Incompetência da Justiça militar	4
Falta de justa causa	2

Convertido em diligência	1
Negado	1
Total	28

Habeas-corpus concedidos

Decisões	Quantidade
Unânicos	24
Por maioria	3

Habeas-corpus negados

Decisões	Quantidade
Unânicos	1
Por maioria	0

HABEAS-CORPUS (1965)

Concedidos	37
Negados	13
Convertidos em diligência	2
Não conhecidos	3
Prejudicado	1
Total	56

Teses

Tese	Quantidade
Excesso de prazo	17
Incompetência da Justiça militar	14
Falta de justa causa	5
Convertidos em diligência	2
Não conhecidos	3
Prejudicado	1
Negados	13
Total	56

Habeas-corpus concedidos

Decisões	Quantidade
Unânicos	31
Por maioria	12

Habeas-corpus negados

Decisões	Quantidade
Unânicos	11
Por maioria	2

Total

Decisões	Números
Unânicos	42
Por maioria	14

A grande quantidade de *habeas-corpus* interpostos e concedidos no biênio 1964-1965 deve-se aos procedimentos arbitrários e ilegais dos militares encarregados de conduzir as investigações dos IPMs. Muitos dos inquéritos e acusações só podem ser compreendidas se levarmos em consideração da perseguição política. De um total de 84 *habeas-corpus* impetrados, 63 foram concedidos e 14 foram negados. 67 são decisões unânicos e 17 por maioria. As irregularidades eram tão flagrantes, que mesmo os ministros favoráveis ao regime militar votaram, muitas vezes, concedendo *habeas-corpus*. Uma flagrante ilegalidade foi à tentativa de tipificar as acusações como crimes contra a segurança externa para que fossem julgadas pela Justiça Militar. As razões para as concessões foram: 37 por excesso de prazo para prisão preventiva, 18 por incompetência da justiça militar e 7 por falta de justa causa.

Período 1966-1967

No período 1966-1967, o equilíbrio de forças no STF foi alterado pela nomeação dos ministros para as vagas criadas pelo AI-2 e pela aposentadoria compulsória dos ministros Pedro Chaves, Candido Mota Filho, Hahnemann Guimarães, Ribeiro da Costa, Antônio Vilas Boas e a aposentadoria voluntária de Medeiros Silva.

Para as cinco vagas criadas, Castelo Branco nomeou juristas da sua confiança. Foram eles: Adalício Coelho Nogueira, desembargador do Tribunal de Apelação da Bahia e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia; José Eduardo Prado Kelly, destacado político da União Democrática Nacional (UDN) – partido com grande participação na deposição de Goulart; Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello, também vinculado à UDN e ocupando o cargo de Procurador-Geral da República quando foi nomeado; Aliomar de Andrade Baleeiro, outro jurista e político ligado à UDN e Carlos Medeiros Silva, que exerceu o cargo de Procurador-Geral da República durante parte do governo de Juscelino Kubitschek (1957-1960). Medeiros Silva ficou poucos meses no STF. Ele tornou-se ministro da justiça e comandou a equipe que redigiu a Constituição de 1967.

Para substituir os ministros aposentados foram nomeados, em 1966: Eloy José da Rocha, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul para vaga de Carlos Medeiros Silva.

No entanto, a estratégia de Castelo Branco com a decretação do AI-2, não surtiu os efeitos desejados. A jurisprudência do Supremo ficou inalterada. Seja pelo perfil liberal da maioria dos ministros, seja pela sólida postura do Supremo, não houve uma ruptura com a jurisprudência do período anterior. Os ministros nomeados para o STF, no período posterior ao AI-2 e anterior a 1969, procuraram manter uma postura liberal, embora mais identificados com os interesses do regime militar.

Em 1967, o presidente Costa e Silva nomeou cinco ministros para vagas decorrentes de aposentadorias: Raphael de Barros Monteiro, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, para vaga de Pedro Chaves; Moacyr Amaral Santos, advogado e professor de direito processual civil, para vaga de Candido Mota Filho e Themistocles Cavalcanti, professor de direito público e ex-Procurador Geral da República no governo Dutra, para vaga de Hahnemann Guimarães; Djaci Alves Falcão, desembargador do Tribunal de Justiça

de Pernambuco para a vaga de Antônio Martins Vilas Boas; Adauto Lúcio Cardoso, político da UDN, para a vaga de Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa.

A aposentadoria compulsória, em 1967, dos ministros: Candido Mota Filho, Hahnemann Guimarães e Ribeiro da Costa. Figuras com trajetórias distintas, perfil conservador, mas fundamentais para defesa dos direitos civis. A aposentadoria destes ministros alterou mais o equilíbrio de forças no Supremo que a nomeação dos cinco ministros pelo Ato Institucional n.º 2. O impacto foi grande, pois eles exerciam uma forte influência dentro do STF. Os três eram respeitados por todas as correntes políticas e foram fundamentais para resistência ao regime militar.

HABEAS-CORPUS (1966)

Concedidos	7
Negados	1
Não conhecidos	1
Prejudicados	4
Total	13

Motivos:

Tese	Quantidade
Excesso de prazo	1
Denúncia inepta	2
Falta de justa causa	4
Não conhecidos	1
Prejudicado	4
Negados	1
Total	13

Habeas-corpus concedidos

Decisões	Quantidade
Unânicos	
Por maioria	

Habeas-corpus negados

Decisões	Quantidade
Unânicos	1
Por maioria	0

Habeas-corpus negados

Decisões	Quantidade
Unânicos	1
Por maioria	0

Habeas-Corpus outros

Decisões	Quantidade
Unânicos	
Por maioria	

HABEAS-CORPUS (1967)

Concedidos	10
Negados	3
Total	13

Teses

Tese	Quantidade
Excesso de prazo	2
Denúncia inepta	3
Falta de justa causa	5
Negados	3
Total	13

Habeas-corpus concedidos

Decisões	Quantidade
Unânicos	9
Por maioria	1

Habeas-corpus negados

Decisões	Números
Unânicos	2
Por maioria	1

Total

Decisões	Números
Unânicos	11
Por maioria	2

O biênio 1966-1967 foi marcado por uma certa estabilidade com a consolidação da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e uma sólida maioria liberal, favorável a manutenção dos direitos civis. Do total de 26 *habeas-corpus* impetrados no STF, 17 foram concedidos e 4 foram negados. 22 por decisões unânicos e 4 por maioria. A jurisprudência já estava consolidada e o AI-2 levou a competência para julgar os crimes políticos a justiça militar. As teses vitoriosas para as concessões dos *habeas-corpus* foram: 9 por falta de justa causa, 5 por denúncia inepta e 3 por excesso de prazo.

O ano de 1968

Em 1968, a reação da sociedade contra o regime autoritário reascendeu o furor punitivo dos militares e a perseguição aos opositores do regime aumentou bastante. Com isso observamos um novo momento de enfrentamento dentro do STF.

Em 1968, Carlos Thompson Flores foi nomeado ministro, desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, para vaga decorrente da aposentadoria do

ministro José Eduardo do Prado Kelly. Em janeiro de 1969, o STF sofreu um novo e duro golpe. Foram aposentados, com base no AI-5, os ministros Evandro Lins, Hermes Lima e Vitor Nunes Leal, nomeados por Juscelino Kubitschek e João Goulart. Em seguida, pressionados pelo presidente Costa e Silva, aposentaram-se os ministros Antônio Gonçalves de Oliveira, que ocupava o cargo de presidente, e Antônio Lafayette de Andrade. Em fevereiro do mesmo ano, foi decretado o Ato Institucional nº 6, reduzindo o número de ministros de 16 para 11. A partir de então, o tribunal passou a contar tão somente com um ministro, não indicado pelo regime instaurado em 1964, Luiz Galloti.

Para Evandro Lins e Silva, após a decretação do AI-5 e as “aposentadorias”, o Supremo Tribunal Federal perdeu sua autonomia e independência:

*“(...) o Supremo Tribunal, com o Ato Institucional nº 5, perdeu o seu poder político. Não podia mais julgar nada que dissesse respeito a ato do Poder Executivo, não podia mais julgar os atos do presidente da República, não podia mais julgar habeas-corpus em favor de presos políticos. Tornou-se apenas um tribunal judiciário e não um Poder da República, como deve ser o Supremo Tribunal Federal”.*¹⁵⁹

HABEAS-CORPUS (1968)

Concedidos	19
Negados	8
Total	27

Teses

	Tese	Quantidade
Excesso de prazo		3
Denúncia inepta		3
Falta de justa causa		10
Incompetência da autoridade coatora		2
Extinção da punibilidade		1

¹⁵⁹ LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. RJ: Nova Fronteira, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p.404.

Negados	8
Total	13

Habeas-corpus concedidos

Decisões	Quantidade
Unânicos	17
Por maioria	2

Habeas-corpus negados

Decisões	Quantidade
Unânicos	1
Por maioria	7

Total

Decisões	Quantidade
Unânicos	18
Por maioria	9

Em 1968, a situação a situação tornou-se crítica novamente. As contradições sociais ganharam maior nitidez e o movimento pela volta da democracia se robusteceu. Com isto a perseguição política cresceu novamente e, conseqüentemente, o número de *habeas-corpus* aumentou. Do total de 27 *habeas-corpus* impetrados, 19 foram concedidos e 8 negados. 18 decisões foram unânicos e 9 por maioria. Os principais motivos para concessão dos *habeas-corpus* foram: 10 falta de justa causa, 3 por denúncia inepta e 3 por excesso de prazo da prisão preventiva e 2 por incompetência da autoridade coatora. Observamos acusações vagas, mal formuladas e o aumento das prisões injustas e arbitrárias.

Mesmo assim, até a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, os ministros defensores dos direitos civis conseguiram, fazer prevalecer suas posições, em decisões cada

vez mais apertadas. Os militares estavam na ante-sala do Supremo, a um passo de retirar a independência do Supremo Tribunal Federal e fazer prevalecer seus interesses.

Outra invenção jurídica do regime militar brasileiro, que fez parte do arsenal jurídico elaborado para salvaguardar a aparência de legalidade de decisões inconstitucionais e, por conseqüências, atentatórias ao Estado de direito e aos direitos humanos. A teoria da ultra-atividade revolucionária¹⁶⁰ completou o quadro rumo a submissão do Poder Judiciário durante o regime militar brasileiro.

A teoria da ultra-atividade revolucionária consistiu na discussão acerca dos efeitos dos Atos Institucionais após a vigência da Constituição de 1967. Tal problema colocou em confronto a teoria dos atos jurídicos perfeitos e da ultra-atividade revolucionária, que ampliava a aplicabilidade dos Atos Institucionais.¹⁶¹

O debate apareceu com maior força e repercussão no julgamento do *habeas-corpus* 46118, no qual o ex-presidente Jânio Quadros questionou sua punição, de permanecer em domicílio compulsório em Corumbá, aplicada pelo ministro da justiça (Gama e Silva). A medida de segurança era prevista no AI-2, mas o prazo de validade do AI-2 estava terminado e a Constituição de 1967 já estava em vigência. No julgamento a tese vencedora foi a da ultra-atividade revolucionária. A maioria dos ministros decidiu que, no caso, se aplicariam ultraativamente os preceitos contidos no AI – 2, mesmo após a vigência da Constituição de 1967.

Os recursos criminais 1964/1968

No período de abril de 1964 a fevereiro de 1969, havia no Supremo Tribunal Federal uma divisão entre a maioria de ministros que defendiam os direitos civis e os ministros que subordinavam os direitos civis à segurança nacional. Distinguir as divisões internas do STF durante o regime militar não é fácil. Os ministros procuram apresentar-se

¹⁶⁰ RESENDE, Fabrício Contato Lopes. *A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca dos Atos Institucionais no biênio 1968-1969*. Trabalho de conclusão da Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público, 2004.

¹⁶¹ LINS E SILVA. Evandro. Op.cit. p. 404.

como corpo homogêneo e tomar decisões unânimes. Não se colocam como grupos, menos ainda como grupos conflitantes. O relacionamento entre os ministros é respeitoso e formal. No entanto a divisão é mais nítida no período de 1964 a 1968, quando o enfrentamento é mais direto e os conflitos do STF com os militares são mais explícitos.

Apesar da posição crítica em relação ao regime militar, eles evitaram o enfrentamento direto. Nas suas decisões, os ministros foram cautelosos. No julgamento do RC – 1060, de 1965. O editor Enio Silveira foi absolvido. O relator Evandro Lins e Silva fundamentou sua decisão em razões formais: a diferença entre livro e panfleto. Num outro julgamento, RC – 1071 (1966), o ministro Victor Nunes Leal, apesar de considerar os fatos irrelevantes do ponto de vista penal, não impediu a continuidade das investigações.

A lenta tramitação dos processos, a burocracia, o alto custo financeiro e a possibilidade de vários recursos intermediários explicam, em parte, o descompasso temporal entre as três instâncias recursais. Muitos recursos julgados pelo STF em meados dos anos 1970 referiam-se a acontecimentos ocorridos no final dos anos 1960.

O Supremo Tribunal Federal, como terceira instância de apelação e mais alta corte do poder judiciário brasileiro, apresentava características distintas das outras duas instancias inferiores. Em consequência da diversidade de posições políticas dos ministros, da conturbada relação do governo com o tribunal, da estratégia repressiva do regime e do movimento oposicionista; a atuação do STF foi diferenciada. Podemos dividir o desempenho do STF, no julgamento dos recursos relativos a crimes contra a segurança nacional, em três períodos distintos. O primeiro período, 1964-1968, pela proximidade do golpe militar e por ser aquele no qual ocorreu a estruturação repressiva do regime, possui características que bem distintas.

Recursos Criminais (1964/1968)

Obs: [] recursos do Estado.

Crimes	Quantidade	Réus	Decisões
Competência da Justiça	4	9	9 não providos

Militar para julgamento de crimes políticos (AI-2).			
Crime de imprensa	2	2 [1]	1 não provido, 1 Extinção da punibilidade
Filiar-se ou ajudar a manter partido político ou associação ilegal (art. 10 da L. 1802/53).	4	[4]	4 não providos
Fundar ou manter organização militar ou Tentar reorganizar partido político ou associação ilegal(art. 10 da L. 1802/53).	1	[3]	3 providos
Greve ilegal (art 13 da L 1802/53).	1	[3]	3 não providos
Incitar publicamente a subversão (Art. 33 do DL. 314/67).	1	1	1 provido, em parte
Incitar publicamente ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos políticos, sociais ou religiosos (art.15 e 16 da L. 1802/53).	1	[1]	1 provido
Propaganda subversiva (art. 11 da L. 1802/53).	2	2 [1]	1 provido, 1 não provido
Propaganda subversiva e instigação ao Ódio e luta de classes (arts. 11 e 12 da L. 1802/53).	5	[18]	16 não providos, 2 não conhecidos.
Reorganizar ou tentar reorganizar partidos Políticos ou associações ilegais. Filiar-se ou ajudar partidos Políticos ou associações ilegais(arts. 9 e 10 da L. 1802/53).	1	[3]	3 providos
Tentativa de homicídio por motivo político(art.	1	2	2 providos

15 da L. 1802/53)			
Total	23	31	31

Ao longo do período 1964-1968, foram julgados 23 recursos com 31 réus. Foi o período com a menor quantidade de recursos. Em parte, isso pode ser explicado pelo tempo necessário para os recursos atingirem o STF (3.^a instância recursal) e a proximidade do golpe militar de 1964. O ano de 1966 tem a maior quantidade de recursos, 20, seguido pelo ano de 1968 com 17 recursos.

Em 1965, o AI-2 transferiu a competência para o julgamento de crimes políticos¹⁶² para a justiça militar¹⁶³. Os conselhos permanentes de justiça militares tornaram-se a primeira instância de julgamento e, apesar de não haver referência legal explícita, o Superior Tribunal Militar (STM) tornou-se a segunda instância recursal. Passou a julgar as apelações das decisões dos conselhos de justiça militares.

Como não houve mudança na Constituição de 1946, quanto à competência do STF, o Supremo Tribunal Federal passou julgar os recursos ordinários criminais como terceira instância de apelação. Com essas mudanças os recursos que estavam em andamento, não haviam sido julgados, no STF, foram remetidos ao STM para que fossem julgados como apelação.

As acusações mais frequentes no período foram: Filiar-se ou manter organização subversiva com 4 recursos e 4 réus. Propaganda subversiva e instigação ao ódio de classes com 5 recursos e 18 réus. Propaganda subversiva com 2 recursos e 2 réus. Cabe destacar ainda a existência de 2 acusações de crimes de imprensa.

¹⁶² A partir do AI-2 os crimes políticos passaram a ser denominados de crimes contra a segurança nacional.

¹⁶³ Os crimes políticos eram julgados em primeira instância pela justiça comum estadual e em segunda instância pelo Supremo Tribunal Federal

Capítulo III

Dos anos de chumbo a anistia (1969/1979)

No ano de 1969 o regime militar iniciou uma violenta empreitada de intimidação da sociedade civil. Operações militares de cercamento de áreas e busca de suspeitos em casas e carros tornaram-se freqüentes. Essas operações resultavam em espancamentos e detenções arbitrárias. Às vésperas das eleições parlamentares de 1970, por exemplo, uma *blitz* nacional prendeu mais de 10.000 pessoas, dentre as quais, candidatos do MDB.

A partir de 1969, os militares envolveram-se diretamente com o combate direto aos opositores do regime. Até então, esta função era desempenhada pelas polícias estaduais - destacadamente pelos Departamentos de Ordem Política e Social (Dops) - coordenadas pelas secretarias de segurança pública.

Desde 1964, havia pressões para que as Forças Armadas se engajassem na repressão aos opositores da nova ordem. Uma das fontes destas pressões advinha do grupo de coronéis encarregados dos IPMs que apuraram as atividades “subversivas” do período anterior ao golpe de 31 de março. Também os grupos paramilitares de direita reivindicavam, principalmente a partir de 1968, o controle direto da repressão política pelo Exército.

Também foi decisivo para a participação das Forças Armadas nessas operações à avaliação de que os organismos de segurança ressentiam-se de planejamento para uma atuação mais harmônica e coordenada. Percebia-se que havia duplicidade de funções dentro do aparato repressivo, o que gerava competição e ineficiência. Ademais, apontava-se que os organismos policiais e militares existentes eram incapazes de fazer frente ao desafio apresentado pelos grupos guerrilheiros, que começaram a agir no final de 1968.

Por conta destes fatores, foi criada em julho de 1969, a Operação Bandeirantes (Oban), que devia centralizar as atividades repressivas em São Paulo, embora também tenha atuado noutros estados, principalmente no Rio de Janeiro.

Ainda que o comando ficasse a cargo do Exército, a Oban também contava com militares da Aeronáutica e da Marinha, além de integrantes da polícia estadual (Civil e Militar), e da Polícia Federal.

O afluxo para a Oban de um contingente de policiais deslocados da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio ajudou a conferir eficácia na luta contra os agrupamentos guerrilheiros, uma vez que aplicaram e transmitiram sua experiência nas ações de busca, captura e interrogatório. Esta divisão policial era especialmente conhecida por suas técnicas cruéis de interrogatório, com o recurso constante à tortura.

A Oban contou com importante financiamento de empresas nacionais e multinacionais (das quais a Ford e a General Motors são exemplos), que viam na manutenção do regime militar a garantia de bom andamento de seus negócios.

Além de se dedicar à captura e ao interrogatório de opositores, a Oban desenvolveu campanhas de propaganda junto à população, com o intuito de obter colaboração no combate à “subversão”, incentivando, por exemplo, a delação de suspeitos.

Agindo com grande violência, o novo organismo policial-militar logrou desarticular boa parte dos agrupamentos guerrilheiros, assassinando ou prendendo parte significativa de seus militantes.

Inspirando-se na experiência da Oban, o regime militar criou, a partir de 1970, os DOI-Codis (Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna), que também contavam com militares trabalhando ao lado de civis, sob o comando do Exército. Os DOI-Codis estavam sediados nos seguintes locais: São Paulo (onde substituiu a Oban), Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza, Belém, Brasília, Curitiba e Porto Alegre.

Os DOI-Codis tornaram-se símbolos da repressão política na década de 1970, tanto por conta de seus métodos violentos, quanto por sua preponderância no combate aos grupos armados de esquerda.

Na realidade, a sigla DOI-Codi remetia-se a dois órgãos distintos, ainda que intimamente ligados. O Codi cuidava do planejamento das operações de “defesa interna” e da coordenação da ação dos outros organismos do aparato repressivo. Já o DOI executava as operações, como cercos, prisões e interrogatórios.

Em geral, os DOIs eram divididos em três esquadrões. O primeiro era responsável pelas buscas e capturas. O segundo tinha por função colher informações e interrogar presos. E o último analisava as informações obtidas.

As atividades dos integrantes dos DOIs eram cercadas de segredos. A começar pelo fato de que muitos não contavam nem a própria família que serviam no DOI-Codi. Apenas os chefes imediatos conheciam as verdadeiras identidades dos agentes, que não as revelavam sequer aos colegas de trabalho.

Atuava, assim, em completa clandestinidade. Também não usavam uniformes e deixavam crescer barba, cabelo e bigode. Nas operações de captura, usavam capuzes e disfarces para não serem reconhecidos. Durante os interrogatórios, os agentes tratavam-se por codinomes, impedindo que os presos lhes identificassem.

No início da década de 1970, estava já montada a estrutura de organismos militares e policiais, que ficou conhecida como aparato repressivo. Embora as relações de hierarquia entre estes órgãos e suas jurisdições fossem, não raro, nebulosas, pode-se propor a seguinte explicação de como funcionava essa formidável engrenagem a serviço da segurança interna.

No topo do aparato repressivo, estava o Conselho de Segurança Nacional, responsável pela formulação das políticas nacionais de “defesa interna”. O SNI coordenava as atividades concernentes à coleta e à análise de informações em todo o território nacional. Devia o SNI assessorar diretamente o presidente da República na área de informações.

Subordinados ao SNI estavam as Divisões de Segurança e Informação (DSIs), que funcionavam nos ministérios federais, e as Assessorias de Segurança e Informação (ASIs), que operavam nos ministérios civis, empresas, autarquias e órgãos de Estado. As DSIs e as ASIs preocupavam-se em manter o controle do regime sobre a burocracia militar e, principalmente, civil. Responsabilizavam-se, por exemplo, por levantar informações sobre a vida pregressa de pessoas a serem contratadas por órgãos públicos.

Cada ramo das Forças Armadas tinha seu próprio centro de informações, criados ou modificados no momento em que o regime endurecia no trato de seus oponentes. No Exército, funcionava o CIE (Centro de Informações do Exército). A Aeronáutica criou, no final da década de 1960, o Cisa (Centro de Informações da Aeronáutica), reformulado em 1970. Por fim, atuava na Marinha, desde 1955, o Cenimar (Centro de Informações da Marinha), também reformulado, em 1971, para atender às novas exigências de segurança interna.

Além dos centros de informações, faziam parte da estrutura das Forças Armadas os Serviços Secretos, assim identificados: E-2 (Exército), M-2 (Marinha) e A-2 (Aeronáutica). Os Serviços Secretos deveriam manter sob vigilância os próprios membros das três Armas.

As Secretarias Estaduais de Segurança Pública continuaram envolvidas na repressão política, através dos Dops e das Polícias Militares (PMs) - que não haviam participado, até então, de operações de segurança interna. Estas forças regionais foram colocadas sob uma direção centralizada e federal, uma vez que os cargos de secretário de Segurança Pública e de comandante das PMs passaram a ser destinados exclusivamente a oficiais do Exército.

O Departamento de Polícia Federal (DPF), diretamente vinculado ao Ministério da Justiça, era mobilizado nas operações nacionais de defesa interna, mas, dedicava-se, antes de mais nada, à censura e ao controle de informações. Assim, todo o corpo de funcionários públicos responsáveis pela censura pertencia ao DPF.

Por último, como já se mencionou, existiam os DOI-Codis, que, durante a década de 1970, assumiram o predomínio nas operações de repressão direta, além de coordenarem as atividades dos outros organismos de segurança.

Entretanto, mesmo depois da criação da Oban e dos DOI-Codis, continuou existindo sobreposição de jurisdições entre os órgãos policiais e militares. Além disto, todos eles aplicavam-se para terem reconhecidos seus serviços prestados ao regime e disputavam os prêmios oferecidos pelo governo e pelo empresariado em troca de tarefas bem-sucedidas de combate às oposições. Estes fatores propiciaram uma situação de concorrência e conflito latente no seio do aparato repressivo.

Como efeito das disputas dentro do aparato repressivo, alguns organismos montaram, a partir do início da década de 1970, centros clandestinos de tortura e

extermínio. Tratava-se de um expediente para esconder de outros órgãos de segurança prisioneiros considerados importantes. Esses centros também permitiam que os agentes da repressão política atuassem de maneira totalmente clandestina, garantindo sua impunidade.

Os opositores assassinados pelo regime militar a partir de 1969 foram vítimas de torturas ou fuzilamentos. Na primeira metade da década de 1970, o governo desenvolveu uma política de extermínio dos oponentes que julgava mais perigosos, o que atingiu, principalmente, os grupos de luta armada.

A Justiça Militar

Desde 1964, o regime militar procurou colocar o Judiciário a serviço de seus interesses, principalmente nos julgamentos de seus opositores. Podemos afirmar que na primeira metade da década de 1970, o controle do Executivo sobre os tribunais que cuidavam dos processos políticos era praticamente total. Isto pode ser aferido, por exemplo, pelo sistema de nomeação dos juízes.

Nas auditorias, a carreira dos magistrados civis iniciava-se com o cargo de juiz-auditor substituto. A promoção para juiz-auditor era feita pelo STM, a partir de critérios de antigüidade e merecimento.

Ao STM também cabia o direito de afastar de sua função qualquer auditor ou auditor substituto. Mas, se os juízes civis das auditorias tinham motivos para não se indisporem com o STM, tinham incentivo suficiente para tentar se destacar frente ao governo. Isto porque cabia ao presidente da República designar auditores (assim como procuradores) para duas cadeiras de ministro do STM.

Os militares que faziam parte do Conselho de Justiça eram oficiais em início de carreira (não formados em direito), servindo num momento em que as Forças Armadas estavam profundamente impregnadas das teses da Doutrina de Segurança Nacional e engajadas no combate à “subversão”. Assim, pode-se supor que esses oficiais designados para os Conselhos de Justiça tivessem clara identificação ideológica com os propósitos do

regime e que fossem receosos de que sua ascensão na hierarquia militar ficasse comprometida com a contrariedade de interesses do regime nos processos políticos. Também podiam temer que seus superiores lhes repreendessem por determinadas decisões, quando voltassem às suas antigas funções, depois dos três meses em que serviam como juízes.

No caso do STM, os ministros eram diretamente nomeados pelo presidente da República. Tratava-se de homens claramente vinculados aos propósitos do regime. Principalmente no que se refere aos militares, os ministros haviam passado pelos cursos da ESG ou participado de seu corpo dirigente. Ademais, boa parte deles havia tomado parte das articulações que derrubaram João Goulart e tinham ocupado cargos no governo antes de serem nomeados para o STM.

Para dar apenas um exemplo da trajetória desses ministros, falemos do tenente-brigadeiro Gabriel Grün Moss, que havia sido ministro da Aeronáutica de Jânio Quadros e, desde 1963, tomou parte das conspirações de civis e militares contra o presidente Goulart. Logo em 1965, foi nomeado para o STM, de onde saiu apenas em 1974, para se aposentar, por ter atingido a idade-limite de setenta anos.

Nas duas primeiras instancias (Conselhos de Justiça Militares e Superior Tribunal Militar), o projeto BNM inventariou 7367 réus¹⁶⁴, acusados de praticar crimes contra a segurança nacional, durante o regime militar (de abril de 1964 a março de 1979). O projeto BNM constatou variações na quantidade de processos ao longo do regime militar.

1.º período (1964/1968): 2375 denunciados.

1ª. instancia:

Condenados: 681

Absolvidos : 492

Excluídos: 1201

2ª. instancia:

¹⁶⁴ Alguns réus aparecem em mais de um processo

Condenados: 246

Absolvidos : 312

Excluídos: 1817

2.º período (1969/1974):

O segundo período (1969/1974) é aquele que apresenta a maior quantidade de denúncias, com 64,44 % dos denunciados. São 4748 denunciados, mais que o dobro de denunciados do período anterior. Apesar disso observamos uma paulatina e constante diminuição dos processos.

1ª. Instancia:

Condenados: 1937

Absolvidos: 2536

2ª. Instancia:

Condenados: 853

Absolvidos: 2083

3.º período (1974/1979):

O terceiro período, após novembro de 1974 até março de 1979, já reflete o declínio do regime militar. São apenas 244 denunciados.

1ª. Instancia:

Condenados: 210

Absolvidos: 527

2ª. Instancia:

Condenados: 327

Absolvidos: 932

O Supremo Tribunal Federal

. Em janeiro de 1969, foram compulsoriamente aposentados os ministros Evandro Lins, Hermes Lima e Vitor Nunes Leal, nomeados por Juscelino Kubitschek e João Goulart. Em seguida, afastaram-se do STF os ministros Antônio Gonçalves de Oliveira e Antônio Lafayette de Andrade, que também não haviam sido nomeados pelos governos militares. Todos eles eram ministros considerados não-confiáveis pelo regime

Em fevereiro do mesmo ano, foi decretado o Ato Institucional nº 6, reduzindo o número de ministros de 16 para 11. A partir de então, o tribunal passou a contar somente com um ministro não indicado pelo regime militar, Luiz Galloti.

Ainda que os juízes estivessem ideologicamente comprometidos com o regime, eles procuraram respeitar minimamente a legislação vigente. Isto não quer dizer que suas decisões fossem irrepreensíveis do ponto de vista legal e jurídico – em muitas ocasiões, os advogados demonstraram o contrário. Estamos apenas afirmando que não decidiam de modo completamente arbitrário e buscavam fundamentar os veredictos na prova do autos, ainda que essa fosse precária.

No período analisado nesse capítulo, as auditorias militares condenaram cerca de 40% dos réus acusados de infringirem a Lei de Segurança Nacional e absolveram os outros 60% (segundo os dados do Projeto BNM). Os percentuais de absolvição e de condenação no STM eram próximos aos verificados nos tribunais de primeira instância o que ocorria porque o STM, em geral, confirmava as condenações e absolvições decretadas pelas auditorias, embora, em várias ocasiões, tenha diminuído a pena de réus condenados. O mesmo se pode dizer do STF, que raramente, ao menos na primeira metade da década de 1970, absolveria réus condenados pelo STM.

O regime procurou obter estabilidade através do largo uso da violência. Esses anos foram marcados pela violenta repressão acionada pelo aparato repressivo contra variados setores da sociedade, principalmente para as organizações clandestinas de esquerda. A repressão no período caracterizou-se pela criação dos DOI-CODIs (Destacamentos de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) pelo país, que passaram a chefiar e a coordenar a ação de todo o aparato repressivo, utilizando métodos sofisticados e violentos de combate e de interrogatório. Embora o principal foco da ação

repressiva no começo da década de 1970 tenha sido os grupos clandestinos de esquerda – que tiveram quase três centenas de militantes assassinados pelo Estado, os setores que haviam protagonizado manifestações de oposição ao governo no final da década de 1960, também foram duramente atingidos. E, o mais grave, o regime passou executar operações militares visando manter a sociedade em geral intimidada.

Neste período, havia pouco espaço de autonomia para o Judiciário. A legislação vigente era muito autoritária, restringindo as liberdades individuais.

Geisel planejou a “distensão” do regime, através da qual aumentaria os espaços de participação política e anularia os mecanismos mais explícitos de repressão. Tratava-se de tentar cooptar setores oposicionistas, pertencentes às classes médias e alta, alargando a base de apoio ao governo.

No entanto, não se pode dizer que Geisel abriu mão da repressão às oposições. A coerção política fazia-se necessária, na medida em que o regime não queria correr o risco de ser destituído do poder e precisava demarcar às oposições os limites da atuação política a ser tolerada.

Como aponta Maria Helena Moreira Alves, o governo havia, entre 1964 e 1973, intercalado períodos de forte repressão e períodos de liberalização. A partir de Geisel, as iniciativas de liberalização serão simultâneas às investidas repressivas contra alvos selecionados da oposição.

No final de seu governo, Geisel procurou fornecer sustentação legal à política de distensão, revogando os dispositivos mais draconianos destinados à coerção política.

O Congresso Nacional aprovou, em outubro de 1978, um conjunto de reformas propostas pelo Executivo, implementadas por meio da Emenda Constitucional nº 11. Com as modificações, que passaram a vigorar no início de 1979, o AI-5 foi revogado. Outros dispositivos de caráter autoritário também foram anulados, como os que estabeleciam o poder para o Executivo fechar o Congresso e as assembleias estaduais e aposentar ou deslocar juízes. Além disto, foi restaurado o direito ao *habeas corpus* para os presos políticos.

Em dezembro de 1978, foi aprovada uma nova Lei de Segurança Nacional (Lei nº 6.620), talhada para os tempos de liberalização. Comparada à anterior, a nova lei diminuía

o tempo de prisão previsto para alguns crimes, além de suprimir as penas de morte e de prisão perpétua (que já haviam sido abolidas pela Emenda Constitucional nº 11). No entanto, a Lei de Segurança Nacional de 1978 mantinha espaços para a atuação arbitrária da polícia na fase dos inquéritos.

Repressão seletiva

Durante o governo do general Médici, o país havia experimentado o “milagre econômico”. O regime havia conseguido promover o crescimento econômico, através de um modelo de desenvolvimento que incentivava o ingresso de capitais internacionais e causava o aprofundamento da concentração de renda. Obviamente, o reverso desse modelo era o arrocho salarial dos trabalhadores e a piora de suas condições de vida.

A principal beneficiária do “milagre” foi, sem dúvida, a elite econômica, ainda que tenha cabido às classes médias um aumento de seu poder aquisitivo.

Assim, durante o final da década de 1960 e os primeiros anos da seguinte, o regime militar logrou se legitimar por meio da combinação entre um relativo sucesso econômico e a utilização, em larga escala, da força contra as oposições.

Com o fracasso do modelo econômico em 1973, precipitado pela crise mundial do petróleo, o governo teve de recorrer a uma nova estratégia de legitimação. Os níveis de descontentamento com o regime aumentavam na sociedade, principalmente nas classes trabalhadoras e médias, duramente afetadas pela crise econômica e pela repressão que se abatia sobre elas, traduzida em assassinatos, torturas, prisões e outras formas de intimidação.

Com Geisel, a repressão tornou-se mais seletiva. Foi empregada, principalmente, contra os oponentes considerados mais perigosos, aqueles que pareciam representar uma ameaça real às pretensões de continuidade do regime militar. Portanto, os alvos privilegiados da ação dos órgãos de segurança, no período abordado neste capítulo, foram os remanescentes agrupamentos comunistas (que não estavam, então, envolvidos com a luta armada), setores mais aguerridos do MDB e movimentos de trabalhadores urbanos e rurais.

Entre 1976 e 1977, Geisel cassou o mandato de alguns parlamentares do MDB, que ultrapassaram os limites da ação oposicionista tolerada pelo governo. Marcello Gatto, deputado federal, e Nelson Fabiano, deputado estadual, por exemplo, perderam seus mandatos, em janeiro de 1976, porque pesava contra eles a acusação de que teriam ligações com o PCB, partido cujo funcionamento estava proibido pelo governo. Outros parlamentares emedebistas foram cassados por conta de discursos proferidos contra o regime, como o deputado federal Lysâneas Maciel, cassado em abril daquele ano.

Mas, desde antes destas cassações, o governo Geisel estava promovendo uma dura perseguição ao PCB e ao PC do B, agrupamentos que haviam resistido à repressão estatal do começo da década de 1970, responsável pela desarticulação completa de todas as organizações de guerrilha urbana.

Em 1974, o Exército terminou sua campanha contra a Guerrilha do Araguaia, exterminando, já no período Geisel, os últimos militantes do PC do B, que resistiam na região, travando combate com os militares, desde 1972.

No ano de 1976, três dirigentes do PC do B foram assassinados no episódio conhecido como “Chacina da Lapa”. Pedro Pomar e Ângelo Arroyo foram fuzilados no interior de uma casa no bairro paulistano da Lapa, onde a direção do partido havia se reunido. No dia anterior, ao sair desta casa, João Baptista Drummond tinha sido preso. Torturado, acabou morrendo na sede do DOI-Codi de São Paulo.

Também o PCB foi gravemente atingido pela repressão nos primeiros anos do governo Geisel, - apesar da vigência da política da distensão – sobretudo pela ação do DOI-Codi paulista. Entre 1974 e 1976, mais de vinte militantes do partido foram assassinados.

O caso mais destacado foi o de Vladimir Herzog. Sabendo-se procurado pelo DOI-Codi de São Paulo, Herzog, um jornalista bastante conhecido, apresentou-se espontaneamente a este organismo de segurança. Foi preso e interrogado sob tortura, em decorrência do que veio a morrer no mesmo dia. A versão oficial, completamente desacreditada, afirmava que o jornalista havia se suicidado na cela. Seu assassinato provocou uma grande onda de protestos, com repercussão nacional e internacional.

Pouco mais de dois meses depois, Manuel Fiel Filho, também acusado de pertencer ao PCB, viria a morrer na sede do DOI-Codi, nas mesmas circunstâncias que Herzog. A nota oficial também falava de suicídio.

Geisel responsabilizou o general Ednardo D'Avilla Mello pelas mortes, uma vez que ele era o comandante do II Exército, área em que o DOI-Codi atuava. Assim, dias após a morte de Fiel Filho, o presidente afastou Mello de seu cargo, nomeando para seu lugar Dilermando Monteiro, um general de sua confiança.

O povo sai as ruas

Na segunda metade da década de 1970, aproveitando-se da liberalização do regime, segmentos importantes da sociedade reorganizaram-se politicamente, atraindo a atenção dos órgãos de segurança interna.

O movimento estudantil foi um exemplo disto. A partir de 1976, os estudantes retomaram as manifestações de rua (que não eram realizadas desde 1968) e empenharam-se na reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Ainda que parte destas atividades fossem toleradas pelo governo, houve ocasiões de violenta repressão, como a ocorrida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), no dia 22 de setembro de 1977. Nesse dia, a universidade foi invadida por uma tropa comandada pelo secretário de Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, com o objetivo de interromper uma assembléia estudantil que ali se realizava. Ao cabo da invasão, a polícia havia destruído várias salas de aula e equipamentos, além de espancar e prender centenas de estudantes.

Também o movimento operário, transformado num dos maiores adversários do regime, voltou a ser seriamente atingido pela repressão policial, no final da década de 1970.

No ano de 1979, por exemplo, ao menos cinco operários foram assassinados em manifestações grevistas. Dentre eles estava o líder sindical Santo Dias da Silva, morto pela polícia, no dia 30 de outubro, quando comandava um piquete em frente a uma fábrica situada no bairro paulistano de Santo Amaro.

A imprensa alternativa foi outro setor de oposição que teve de lidar com as oscilações entre medidas liberalizantes e repressivas do período Geisel.

Desde meados da década de 1970, a censura aos meios de comunicação vinha sendo abrandada, mas foi apenas no final da década que a censura prévia à imprensa alternativa desapareceu.

A repressão

Nos primeiros anos do governo Geisel, os organismos repressivos continuaram atuando com violência, realizando prisões e assassinatos de opositores. Segundo dados da Anistia Internacional, em 1975, mais de 2.000 pessoas foram detidas no Brasil, das quais cerca de 700 permaneceram presas. Também persistiam as denúncias de uso de tortura contra presos políticos, numa demonstração de que a liberalização política não significava o fim das práticas policiais discricionárias.

Entre 1974 e 1976, mais de sessenta adversários do regime foram assassinados, dos quais a maior parte estava ligada a organizações comunistas. Entretanto, os organismos de repressão passaram a adotar uma nova estratégia para a eliminação física dos opositores.

No período anterior, estes órgãos, geralmente, assumiam as prisões dos opositores mortos, oferecendo versões de que haviam falecido por conta de atropelamento depois de tentativa de fuga ou devido ao cometimento de suicídio.

No ambiente político menos opressivo da segunda metade da década de 1970, em que a imprensa voltou a ter mais liberdade e os parlamentares emedebistas podiam denunciar as violências dos agentes de segurança, essas versões desacreditadas podiam ser motivo de questionamento.

Desta maneira, o aparato repressivo começou a negar a prisão de todos os opositores assassinados e a desaparecer com seus cadáveres. É por conta disto que a grande maioria das famílias de opositores mortos sob o governo Geisel jamais recuperou seus corpos para que pudessem enterrá-los.

O pacote de abril

Em abril de 1977 foi editada Emenda Constitucional nº 7, conhecida como o "pacote de abril". Tendo por objeto a reformulação do Poder Judiciário nacional, em suas diversas instâncias, o "pacote de abril", na parte relativa ao STF, manteve o mesmo número de ministros. *Na parte relativa à competência para processar e julgar originariamente manteve o instituto da "avocatória", na alínea "o", inciso I do art. 119 e, com isso, a possibilidade do STF, verificado o "imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas", suspender, mediante requerimento da Procuradoria Geral da República, efeitos de decisões proferidas em quaisquer juízos ou tribunais do país. Institutos surgidos com a Emenda Constitucional nº 1, de outubro de 1969, a "avocatória" e a decisão avocada tinham efeito vinculante e aplicabilidade em relação a todos os casos idênticos, sendo, por isso, condenadas por diversos juristas como medidas perturbadoras do direito e da ordem jurídica. No dia 19 de janeiro de 1979, entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 11, a qual, ao revogar todos os atos institucionais, reafirmou os princípios da Constituição de 1967 no tocante à competência do STF, além de devolver à magistratura suas prerrogativas.*¹⁶⁵

A abertura de Figueiredo e o desmonte do aparato repressivo

Ao assumir a presidência da República, em março de 1979, o general João Batista Figueiredo planejava continuar a liberalização política iniciada pelo seu antecessor, procurando alargar os canais de diálogo com setores oposicionistas. Tratava-se de procurar diminuir as tensões do governo com esses setores, com vistas à manutenção do regime militar.

Neste sentido, um dos primeiros atos importantes de seu governo foi a concessão de anistia parcial às pessoas que haviam sido condenadas ou cassadas por motivos políticos.

¹⁶⁵ Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro

Fruto de intensas negociações com a oposição e setores radicais das Forças Armadas, o projeto de anistia formulado pelo governo foi aprovado pelo Congresso, através da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

A lei não concedia anistia aos militantes de luta armada que haviam se envolvido com mortes de agentes da repressão. Também não previa a libertação imediata de militantes condenados pelo crime, previsto pela Lei de Segurança Nacional, de tentar reorganizar partido ilegal. Os militares expulsos das Forças Armadas não seriam reintegrados, mas passariam a receber pagamento integral por aposentadoria. Quanto aos servidores públicos expurgados de ministérios, secretarias, universidades e do Judiciário poderiam retornar às suas funções, se obtivessem o aval de uma comissão especial de inquérito. Contudo, a lei continha um dispositivo que estabelecia o perdão aos agentes do Estado que haviam cometido torturas e assassinatos de opositores do regime, impedindo que fossem julgados por esses crimes. Neste ponto, a lei correspondia aos anseios do aparato repressivo e era uma derrota para a oposição.

Apesar de suas limitações, a Lei de Anistia permitiu o retorno ao país de todos os exilados, que puderam, assim, participar novamente da vida política brasileira. Além disso, após a análise individual dos casos, todos os presos políticos acabaram libertados.

Resolutamente contrários às medidas liberalizantes do governo Figueiredo, os organismos de segurança interna intensificaram os atos terroristas. Como mostra a tabela abaixo, este tipo de ação, que havia sido iniciada em 1968 - como reação ao avanço da oposição ao regime – praticamente desapareceu no período posterior ao AI-5, uma vez que a oposição estava intimidada e controlada por outros meios. Mas, o terrorismo de direita ressurgiu com a política de distensão de Geisel e atingiu seu auge no início da década de 1980.

Os recursos criminais 1969/1979

Os dois outros períodos, 1969-1974/1975-1979, têm características mais próximas. No entanto, o terceiro período já aponta para o ocaso do regime militar.

Após 1968, a situação se inverteu radicalmente. Com as “aposentadorias” dos ministros com inclinações socialistas e/ou mais identificados com presidentes anteriores ao regime militar. O STF deixou de ser um obstáculo. No entanto, continuaram a existir duas

correntes político-jurídicas distintas: a liberal e a conservadora.

A corrente dos liberais, a maioria dos ministros ligados a essa corrente havia pertencido a UDN (União Democrática Nacional), Aliomar Baleeiro, Adauto Lucio Cardoso, Bilac Pinto e Xavier de Albuquerque. Nos julgamentos dos recursos ordinários criminais podemos observar a preocupação dos liberais como a liberdade de expressão que aparece em vários julgamentos. Entre os julgamentos podemos destacar o precedente estabelecido pelo RC-1082, em 1968. Relatado por Aliomar Baleeiro. Em decisão unânime, o tribunal decidiu que defender idéias contrárias ao regime não era crime. Estabeleceu a distinção entre teoria (idéias) e a prática subversiva (aplicação das idéias). O julgamento do RC – 1116, em 1971, reforçou esse posicionamento. O tribunal decidiu que Caio Prado Junior não havia praticado nenhum crime com suas declarações a revista *Revisão* da União Nacional dos Estudantes. Ele era acusado de incitamento a revolução e propaganda subversiva. Outro julgamento relevante foi o do RC – 1173, em 1973. Aliomar Baleeiro ressaltou, no seu voto, não ser crime, a defesa da anistia e do restabelecimento do *habeas-corpus* para crimes políticos.

A corrente conservadora era mais forte e mais sólida. Estabeleceu a jurisprudência predominante do Tribunal no período. Eles estavam alinhados com a Doutrina de Segurança Nacional, embora não decidissem contra a lei. Alguns dos principais representantes dessa corrente foram: Cordeiro Guerra, Moreira Alves, Amaral Santos, Thompson Flores e Rodrigues Alckmin. Muitos ministros tinham inclinações conservadoras, mas não se alinhavam completamente com a corrente.

Os conservadores foram intransigentes na defesa do regime militar. Os inimigos do regime eram considerados delinquentes de alta periculosidade¹⁶⁶ ou jovens transviados. Todos merecedores de punições severas. No RC – 1333, de 1978, o ministro Cordeiro Guerra se refere aos réus da seguinte forma: “*Trata-se de um grupo de jovens transviados pela desorientação ideológica internacionalmente dirigida e que se dispunha até mesmo a promover atos de violência. Somente não realizados por falta de treinamento adequado*”.

¹⁶⁶ Observamos isso nos julgamentos dos recursos RC – 1235 e RC – 1236, de 1975.

Os ministros conservadores tinham uma posição francamente elitista. Consideravam as camadas mais pobres da população ingênuas e ignorantes, prontas para serem manipuladas pelos subversivos. Tal posição era compartilhada com muitos dos liberais ligados a UDN¹⁶⁷. No julgamento do RC – 1098 de 1972. Um padre é acusado fazer uma pregação subversiva durante uma celebração religiosa. Apesar da precariedade das provas, os ministros são unânimes quanto à inadequação do sermão e a ignorância dos fiéis. Os pescadores não estariam em condições de compreender o sermão. Muitos ministros liberais também eram elitistas.

Embora, fosse conservadora a posição predominante no STF, ainda ocorreram alguns enfrentamentos entre as correntes divergentes (liberais e conservadores). A distinção entre as duas correntes fica nítida na apreciação de julgamentos concernentes aos direitos civis.

Os liberais Aliomar Baleeiro e Adaucto Lucio Cardoso atritavam-se constantemente com os ministros conservadores. No julgamento do RC – 1163, Aliomar Baleeiro defendeu a redução da pena de frades dominicanos acusados de subversão. Para Baleeiro, os frades agiram de boa fé no que acreditavam ser um serviço à humanidade, à comunidade e à religião, tal como a entendiam. Ele reforça sua argumentação destacando o clima de comoção do ano de 1969. O ministro Rodrigues Alckmin questionou a redução da pena. Para Alckmin a intensidade do dolo, a extensão do dano e a atitude de indiferença e insensibilidade ou arrependimento dos réus após o crime não existiram. Os frades tiveram suas penas reduzidas.

A posição de Adaucto Cardoso pode ser observada no julgamento do RC – 1097, de 1970. Adaucto Lucio Cardoso troça do voto do ministro Thompson Flores. Para Cardoso o livre convencimento de Flores foi baseado em conjecturas. Ele demonstra que não foram ouvidas as testemunhas e a precariedade das provas colhidas.

¹⁶⁷ “Em termos de prática política esse elitismo, (...), se revela em duas constantes da trajetória udenista: a identificação de reivindicações sociais e, especificamente, trabalhistas, com a desordem, “o caos”, e um solene desprezo pelo povo – “as massas” refletido na permanente revolta com a derrota nas urnas, considerada “fruto da ignorância popular”. BENEVIDES, Maria Victoria. *UDN e Udenismo*. RJ: Ed. Paz e Terra, 1981, p.253.

Com as aposentadorias de Cardoso, em 1971 e de Baleeiro, em 1975, o confronto entre as duas correntes quase desapareceu. As reações liberais dos ministros Xavier de Albuquerque, Bilac Pinto e Leitão de Abreu eram muito acanhadas. Com a abertura política e a anistia, as posições mais conservadoras dos ministros são sensivelmente atenuadas.

O posicionamento conservador e a falta de autonomia do tribunal ficam evidenciados na análise de dois assuntos delicados: a validade de depoimentos extrajudiciais e as denúncias de torturas. Eles são termômetros e refletem o caráter conservador da corte pós 1968. O projeto BNM registrou que 1843 réus denunciaram que foram torturados. 1558 réus fizeram a denúncia no período de 1969 a 1974.

O único ministro que apontou abertamente, nos seus votos, a utilização da tortura pelo regime militar foi Aliomar Baleeiro¹⁶⁸. Baleeiro era um dos líderes da União Democrática Nacional (UDN) –uma das principais forças políticas do golpe de 1964. Assim, participou da derrubada de Goulart e, entre 1964 e 1965, foi um dos mais próximos conselheiros e colaboradores do presidente Castello Branco.

Essa atitude corajosa contrasta com a posição dos outros ministros. Nos autos, os ministros tinham relatos explícitos de torturas. Além de não coibi-las, vários ministros invertiam o ônus da prova e desqualificavam os depoimentos dos réus.

A maioria se omitiu e alguns ministros questionaram a veracidade das denúncias dos réus e cobraram a apresentação de provas da tortura. No RC – 1122 de 1974, Eloy da Rocha afirmou: *“É verdade que os réus se retrataram em juízo, sob a alegação de haverem sofrido coação no inquérito. Mas, a alegação apresenta-se desacompanhada de qualquer elemento de prova”*. No mesmo sentido, o ministro Thompson Flores questionou a falta de provas de houve tortura no julgamento do RC – 1270, de 1976: *“É certo que grande parte dos acusados, inclusive o recorrente, invoca ter assinado suas confissões após torturas. Mas, embora alguns deles mencionem atitudes que deixariam vestígio, não encontrei nos autos elementos que as comprovassem, como poderia ser feito através de perícia”*.

O posicionamento da quase totalidade dos ministros, que faziam parte do tribunal

¹⁶⁸ RC – 1143 (1973)

depois 1969, reflete o posicionamento conservador de cada um dos ministros e a falta de autonomia do tribunal. Foi desastroso para justiça brasileira, o não questionamento dos métodos arbitrários utilizados pelo Estado para reprimir a oposição política.

O tratamento dado às confissões extrajudiciais mostra, como mais nitidez ainda, o lado conservador e a falta de autonomia do STF. O levantamento do projeto BNM demonstrou que 2215 denunciados retrataram inteiramente a confissão que haviam feito durante o inquérito policial.

Nenhum dos ministros questionou a validade das confissões extrajudiciais quando corroborada por outras provas. É importante salientar que o juízo de valor quanto às outras provas era fruto do livre convencimento do ministro. A livre convicção do ministro foi muitas vezes utilizada para encobrir preconceitos e permitir decisões arbitrárias. Má apreciação das provas e parcialidade do ministro. Ou seja, falta de vontade deliberada em fazer uma apreciação mais equilibrada e mais equânime da situação. Esta postura tímida chocava-se com as leis e os princípios gerais do direito.

É grande a quantidade de julgamentos que demonstram essa situação. O precedente da validação das confissões extrajudiciais foi o julgamento do RC – 1234 de 1975. O ministro Cordeiro Guerra defendeu a validade das confissões extrajudiciais, quando de acordo com o conjunto das provas. Para sustentar seus argumentos ele utilizou critérios subjetivos: o livre convencimento do julgador e a sinceridade da confissão. Outros julgamentos nesse sentido foram: RC 1254, RC 1261 e RC 1255; todos de 1976. Num dos julgamentos¹⁶⁹ os ministros Cordeiro Guerra e Moreira Alves chegaram ao extremo. Eles realizaram pessoalmente exames de perícia para constatar o crime. Os réus alegavam que haviam assinado folhas em branco. Os dois ministros, após examinarem os documentos com lentes de aumento, concluíram que os réus estavam mentindo.

Período 1969/1974

No período 1969-1974, foram julgados 127 recursos com 222 réus. O período mais duro e conturbado do regime militar começa com o STF e todo o poder judiciário enfraquecido. Com a edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, foram suspensas as

¹⁶⁹ RCR – 1283 (1977)

garantias constitucionais ou legais dos magistrados, quebrando-se desse modo o princípio da vitaliciedade da magistratura. Com base no AI-5, os ministros Evandro Lins, Hermes Lima e Vitor Nunes Leal foram cassados. Em seguida, pressionados pelo governo, aposentaram-se os ministros Antônio Gonçalves de Oliveira, que ocupava o cargo de presidente, e Antônio Lafayette de Andrade.

Recursos Criminais (1970-1974)

Acusações

Obs: [?] recursos do Estado.

Crimes	Quantidade	Réus	Decisão
Assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de crédito ou financiamento. Matar ou tentar matar quem exerça atividade pública. (art. 25, 28, do DL. 898/69).	1	1	1 não conhecido
Assalto a estabelecimento de crédito (artigo 27 do DL. 898/69). (art. 25 do DL. 510/69).	24	48	3 providos, 7 providos, em parte, 37 não providos, 1 não conhecido.
Assalto com motivação subversiva (art. 25 do DL. 314/67). (arts. 25 e 42 do DL. 510/69). Roubo com motivação subversiva (art 27 do DL. 898/69).	10	16	1 provido, 13 não providos, 1 provido, em parte, 1 não conhecido.
Atuação subversiva nos meios rurais (art.33, I do Decreto Lei n. 314/67).	1	1	1 não provido
Constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar subversiva (art. 36 do DL. 510/69).	1	1	1 não provido
Filiar-se ou manter associação subversiva e seqüestro (arts. 14 e 28 do DL. 898/69)	1	6	6 não providos
Formar, filiar-se ou manter	1	1	1 não provido

associação subversiva. Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. (art. 14, 23, 25 do DL 898/69).			
Formar, filiar-se ou manter associações subversivas. (art. 14 do DL. 898/69). (art.10 da L. 1802/53).	18	31	8 providos, 6 providos, em parte; 17 não providos.
Formar, filiar-se ou manter associações subversivas. Propaganda subversiva. (art. 14 e 45 do DL. 898/69).	1	1	1 provido
Fundar ou manter partido político ou associações ilegais. Fazer propaganda subversiva em comício ou reunião pública.(art. 36 e 38, IV, do DL. 314/67).	1	1	1 provido, em parte
Importar, fabricar ou manter armas privativas das Forças Armadas (art. 46 do DL. 898/69).	1	1	1 não provido
Incitamento a greve (art. 13 da L. 1802/53).	1	1	1 provido
Incitamento a luta de classes pela violência (Art. 11-A e 12 da L. 1802/53).	1	2	2 providos
Incitamento à paralisação de serviços essenciais (art. 33, inciso V, do Decreto Lei n. 314/67).	1	1	1 não provido
Incitamento a prática de sabotagem de Fábrica eventualmente necessária a defesa nacional (art. 41 DO DL. 314/67).	1	1	1 provido
Incitar à guerra ou à subversão da ordem político social, reorganizar ou tentar reorganizar	1	1	1 provido, em parte

partido ou associação ilegal e fazer propaganda subversiva (33, inciso IV, 37 e 39, inciso I, do D.L. nº 510/69).			
Incitar a guerra ou subversão, à Animosidade entre às forças armadas ou entre estas e as classes sociais, à luta pela violência entre as classes sociais. Portar armamentos privativos das Forças Armadas (art. 39, I, III e IV e 46 DL. 314/67).	1	1	1 não provido
Incitar publicamente à subversão da Ordem política e social (art. 33, do Decreto Lei 314/67).	4	5	2 provido, 4 não provido.
Incitar publicamente à subversão, a desobediência coletiva, a animosidade entre as classes; propaganda subversiva (Art. 33,38 e 42 do Decreto Lei 314/67).	1	[1]	1 não provido
Incitar publicamente ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos políticos, sociais ou religiosos (art. 15 do DL. 1802/53).	1	1	1 não provido
Incitar publicamente ou preparar atentado contra pessoas ou bens por motivos políticos e sociais e instigar, preparar, dirigir ou ajudar a paralisação de serviços públicos ou de abastecimento de cidades	1	1	1 provido
Instigar, preparar, dirigir ou ajudar a paralisação de serviços públicos ou de abastecimento da cidade.	1	2	2 não providos
Ofender a honra de	1	1	1 provido

autoridades públicas. Incitar à luta pela violência entre as classes sociais e Fazer propaganda subversiva utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social (art. 36, 39, IV, e 45 do DL. 898/69).			
Planejamento e fuga de militar preso (artigo 155 do Código Penal Militar de 1944).	1	2	2 não providos
Prática de atos destinados a provocar a guerra revolucionária ou subversiva (art. 11, 12, 21, 23 e 33 DL 314/67).	1	1	1 não provido
Prática de atos destinados a provocar a guerra revolucionária ou subversiva (art. 25 do DL. 898/69).	1	1	1 não conhecido
Praticar atentado pessoal ou terrorismo. (art. 25 do DL. 314/67).	2	2	1 provido, em parte, 1 não provido
Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Exercer violência, por motivo de facciosismo ou inconformismo político, contra quem exerça autoridade (art. 25 e 33 do DL. 510/69).	1	1	1 provido, em parte
Praticar atos destinados a provocara guerra revolucionária ou subversiva. Fazer propaganda subversiva aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino e realizando	1	4	4 provido

reuniões públicas, comícios (art. 25 e 33 do DL. 510/69).			
Praticar crimes com motivação política (roubo, seqüestro, terrorismo etc.) (art. 25, do D. Lei 314/67).	1	1	1 não provido,
Praticar incêndio com o fim de atentar contra a segurança do Estado (art.4, da Lei 1802/53).	2	5	5 não providos
Promover greve ou “lock out”, acarretando a paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais, com o fim de coagir qualquer dos poderes da República (art. 32 do DL n. 314/67).	1	[1]	1 não provido
Promover ou facilitar a fuga de pessoas presas em decorrência da prática de crimes contra a segurança nacional (art. 48 do DL 898/69).	1	1	1 não conhecido
Propaganda subversiva (Arts. 38 do DL. 314/67). (art. 39do DL. 510/69).	19	33	8 providos, 3 providos, em parte; 22 não providos.
Propaganda subversiva e incitamento ao ódio entre classes (arts. 38 e 43 do DL. 314/67).	2	2	2 não providos
Reorganizar, ou tentar reorganizar, Partido político dissolvido por lei. (art. 12, do D. Lei 510/69). (art. 43 do DL n. 398/69).	5	12	2 provido, 10 não providos.
Reorganizar, ou tentar reorganizar, Partido político dissolvido por lei. Propaganda Subversiva.	1	1	1 não provido
Roubo e guarda de armas de fogo privativas das	1	1	1 não conhecido

Forças Armadas. (arts. 131 e 203 do C.P. Militar e 41 do DL.			
Seqüestro com motivação subversiva (art 28 do DL. 898/69). (art. 25 do DL. 510/69).	4	8 [1]	6 providos, em parte. 2 [1] não provido
Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Praticar atos de sabotagem e terrorismo. Portar armamentos exclusivos das Forças Armadas. Fazer Propaganda subversiva. Reorganizar partido político ou associações ilegais. (art. 14, 23, 24, 25, 27, 28, 39, I, III, IV, 43, 45, I, e 46 do DL. 898/69).	1	1	1 não provido
Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Praticar atos de sabotagem e terrorismo. (art 21, 23 e 25 do DL. 314/67).	2	2	2 não providos
Tentar subverter, por meios violentos, a ordem política e social (art. 2, da Lei 1802/53).	1	2	2 não providos
Tentar subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo. (art 2º. Item	3	9	1 provido, 8 não provido

IV da L. 1802/53).			
Tentativa de seqüestro de representante de país estrangeiro e atentado contra sua pessoa, com a produção de lesões corporais (arts. 28 e 30 do DL. 898/69)	1	2	1 provido, 1 não provido
Total	127	222	222

Para completar o processo de enfraquecimento do STF, o ato institucional n. ° 6, de 1.º de fevereiro de 1969, deu nova redação ao artigo 114, II, **c** da Constituição de 1967¹⁷⁰, eliminando o recurso ordinário criminal ao STF, no caso previsto no artigo 122, parágrafo 1º. Os civis acusados de praticar atos contra a segurança nacional perderam a possibilidade de recorrerem, em terceira instância, ao Supremo Tribunal Federal. Com a extinção dos recursos ordinários, os ministros do STF decidiram remeter os recursos em andamentos, não julgados, para o Superior Tribunal Militar. Eles aplicaram por analogia o disposto no artigo 11 da emenda regimental de 10 de fevereiro de 1969, que dispunha:

¹⁷⁰ "Art. 114 - Compete ao Supremo Tribunal Federal:

II - julgar, em recurso ordinário:

(...)

c) os casos previstos no art. 122, § 2º;

(...)

"Art. 122 - À Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhados.

§ 1º - Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para repressão de crimes contra a segurança nacional, ou às instituições militares.

§ 2º - Compete, originariamente, ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes referidos no § 1º.

§ 3º - A lei regulará a aplicação das penas da legislação militar em tempo de guerra."

“Os recursos ordinários de mandado de segurança, interpostos anteriormente ao Ato Institucional n.º 6, de 1.º de fevereiro de 1969, serão devolvidos, mediante despacho do Relator ou do Ministro presidente, ao tribunal de origem, para que o recorrente possa requerer, no prazo de cinco dias, contando da intimação, a sua conversão em recurso extraordinário, deduzindo os pressupostos desse recurso, se não estiverem enunciados na petição inicial”

Esta situação durou oito meses. A emenda constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, restaurou a possibilidade do recurso ordinário criminal ao STF.

Em 1970, o aumento da quantidade de recursos reflete o contingente represado em 1969. No biênio 1971/1972 observamos uma certa estabilidade no número de recursos. O ano de 1973 apresenta uma grande quantidade de recursos. Nos anos seguintes temos uma lenta, mas consistente queda.

A acusação mais freqüente foi o assalto a estabelecimentos de crédito. Foram 24 recursos com 48 réus, 37 não providos. A partir de 1973, cresceu bastante a quantidade de recursos com a acusação de assalto a estabelecimentos de crédito. Os primeiros aparecem em 1972.

Em seguida, surge a acusação de propaganda subversiva com 19 recursos com 33 réus, 22 não providos. E, formar, filiar-se ou manter associação subversiva com 18 recursos e 31 réus, 17 não providos. Aparecem ainda com freqüência a acusações de assalto com motivação subversiva. São 10 recursos com 16 réus.

Nesse período, as acusações de seqüestro aparecem pela primeira e única vez. São 4 recursos com 8 réus. A importância é grande, pela gravidade e pelo efeito causado do delito.

Período 1975/1979

O último período de 1975-1979 apresenta o maior número de recursos e de réus. São 143 recursos e 312 réus. O período começa mantendo a tendência de queda do período

imediatamente anterior. 50 recursos em 1975 e 36 em 1976. O ano de 1977 apresenta uma pequena variação, foram julgados 42 recursos. A surpresa ocorre em 1978. Foram julgados 135 recursos. Uma quantidade extremamente expressiva. Essa tendência continua em 1979. Até a anistia, agosto de 1979, foram julgados 49 recursos.

Recursos Criminais (1975/1979)

Acusações

Obs: [?] recursos do Estado.

Crimes	Quantidade	Réus	Decisões
Assalto a estabelecimento de crédito (artigo 27 do DL. 898/69). (art. 25 do DL. 510/69).	55	107	17 providos, 15 providos, em parte; 72 não providos, 3 não conhecidos.
Assalto com motivação política (art. 28 do DL 898/69). (art. 25 do DL. 314/67).	13	17	1 provido, 6 providos, em parte; 10 não provido.
Assalto com motivação subversiva. Propaganda subversiva utilizando quaisquer meios de comunicação social (art. 28 e 45, I, do DL. 898/69).	1	1	1 não provido
Atos atentatórios contra a segurança nacional (devastação, saque, desordem) (art. 4º., II, da L 1802/53).	1	1	1 não provido
Atos de subversão e terrorismo (art. 14, 23, 25, 27, 43 e 45 do DL. 898/69).	1	8	8 não providos

Constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar, de qualquer forma e natureza, armada ou não, com ou sem fardamento, com finalidade combativa (art. 42 do DL. 898/69).	2	6	6 não conhecidos
Depredar e praticar atentado pessoal com motivação subversiva (art. 28 do DL 898/69).	1	6	6 não providos
Exercer violência, por motivo de facciosismo ou inconformismo Político social, contra quem exerça autoridade. (art. 33 do DL. 898/69).	1	1	1 provido, em parte.
Formar ou manter associação subversiva. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva (art. 12 e 23 do DL. 314/67).	1	4	4 não providos
Formar, filiar-se ou manter associação subversiva. Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Reorganizar ou tentar reorganizar partido ou associação proibidos por lei. Fazer propaganda subversiva utilizando-se quaisquer meios de comunicação social (art. 14, 23, 25, 43 e 45, I, do DL 898/69).	1	1	1 não provido

Formar, filiar-se ou manter associações subversivas. (art. 14 do DL. 898/69). (art. 36 do DL. 510/69).	26	64	13 providos, 3 providos, em parte; 42 não providos, 4 não conhecidos, 2 extinção da punibilidade.
Incitar à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou instituições civis. Destruir ou ultrajar a bandeira, emblemas ou símbolos nacionais, quando expostos em locais públicos (art. 33, III, e 38 do DL. 510/69).	1	1	1 não provido
Incitar publicamente à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis (art. 33, III, do DL 314/67).	1	1	1 não conhecido
Matar ou tentar matar quem exerça autoridade pública por motivo de facciosismo ou inconformismo político social (art. 28 do DL.314/67).	2	8	4 providos, 4 providos, em parte.
Ofensa às forças armadas (art. 219 do C.P. Militar).	1	1	1 não provido
Porte de arma privativa das Forças Armadas (art. 46 do DL 898/69).	1	2	2 providos, em parte
Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Fundar ou manter partido ou associação ilegais.	1	8	8 não providos

Propaganda subversiva. Posse de armamentos privativos das Forças Armadas (art. 23, 36, 38 e 41 do DL. 898/69).			
Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Constituir, filiar-se ou manter organização de tipo militar (arts. 25 e 42 do DL. 898/69).	1	1	1 não provido
Praticar crimes (roubo, seqüestro, incêndio, sabotagem etc.) com motivação subversiva (art. 25 do DL. 314/67).	1	3	3 não providos
Propaganda subversiva (Arts. 38 do DL. 314/67).	6	9 [1]	1 provido, 3 não provido, 5 não conhecidos.
Reorganizar ou tentar reorganizar partido ou associação proibidos por lei. Propaganda subversiva realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata. (art. 43 e 45 do DL. 898/69).	1	3	3 não providos
Reorganizar, ou tentar reorganizar, Partido político dissolvido por lei (art. 43 do DL n. 398/69). (art. 37 do DL. 510/69).	17	49	9 providos, 1 provido, em parte; 37 não providos, 2 não conhecidos.
Seqüestro com motivação política que resultou em morte (art. 28 do DL898/69). Seqüestro com motivação subversiva (art 28 do DL. 898/69).	2	4	1 provido, em parte; 3 desistência do recurso.

Subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo. Reorganizar ou tentar reorganizar partido ou associação proibidos por lei (arts. 2, IV, e 9 da L. 1802/53).	1	1	1 extinção da punibilidade
Tentar mudar a ordem política e social estabelecida pela Constituição. Reorganizar ou tentar reorganizar partido ou associação ilegais. Fazer propaganda subversiva. Instigar, preparar, dirigir ou ajudar a paralisação de serviços públicos (art. 2, 7, 9, 10, 11 e 13 da L. 1802/53).	1	1	1 provido.
Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Praticar atos subversivos (atentados, roubos, seqüestros). Matar ou tentar matar quem exerça autoridade pública, por motivo de facciosismo ou inconformismo político-social (arts. 21, 23, 25 e 28 do DL. 314/67).	1	3	1 provido, 2 não providos
Tentar subverter a ordem	1	1	1 não provido

ou estrutura político-social vigente no Brasil. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Tentar reorganizar partido político ou associação proibida por lei. Portar armamentos privativos das forças armadas (art. 21, 23, 25, 41 e 42 do DL. 314/67).			
Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo (art. 21 do DL 314/67).	1	1	1 não conhecido
Total	143	312	312

A partir do recurso ordinário criminal 1346¹⁷¹, uma alteração importante, no procedimento do STF, aumentou a burocracia e tornou mais lenta a apreciação dos recursos. O Supremo Tribunal Federal passou a decidir que seria necessário esgotar todos os recursos ao Superior Tribunal Militar para, só então, ser cabível o recurso ordinário ao STF.

Na eventualidade de não unanimidade nas decisões do STM, seriam obrigatórios os embargos infringentes ao STM. Os ministros equipararam o recurso ordinário criminal ao recurso extraordinário e passaram a utilizar a súmula 281¹⁷² do STF, por analogia. Com isso o Supremo passou a não aceitar a renúncia tácita aos embargos infringentes e a remete-los ao STM para que fossem apreciados como embargos infringentes¹⁷³. Com isso, o tempo necessário para o processo chegar ao STF aumentou e abriu-se um precedente perigoso,

¹⁷¹ Julgado em 26 de setembro 1978 e relatado pelo ministro Djaci Falcão.

¹⁷² “É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.”

¹⁷³ Os ministros entendiam que não havia má fé.

havia a possibilidade dos ministros relatores arquivarem os recursos ordinários que se encontravam nesta situação.

A abertura política e a proximidade da anistia estimularam o aumento de recursos ao STF. Embora, não apareça qualquer mudança significativa das decisões do STF em 1978. Foram 101 recursos não providos, 15 providos parcialmente e 12 providos. Os assaltos a estabelecimentos de crédito atingem seu ponto mais alto. Aparecem em 55 recursos com 107 réus, 72 não providos. Depois aparecem as acusações de Formar, filiar-se ou manter associação subversiva com 26 recursos e 64 réus, 42 não providos. 17 acusações de reorganizar ou tentar reorganizar partido dissolvido por lei, com 49 réus, 37 não providos. 13 acusações com 17 réus, assalto com motivação política, 10 não providos. As acusações de propaganda subversiva diminuem de maneira drástica. São apenas 6 recursos com 9 réus, 5 não providos. A partir de 1974, elas diminuem bastante.

No começo de 1979, a situação dos acusados e/ou condenados por crimes políticos sofre uma grande alteração. No dia 1.º de janeiro de 1979, entrou em vigor a emenda constitucional n.º 11, de 31 de dezembro de 1978, que revogou todos os atos institucionais, reafirmou os princípios da Constituição de 1967. Finalizando o período mais drástico da repressão política, no dia 22 de agosto de 1979, o Congresso Nacional aprovou a lei de anistia por 206 votos a favor e 201 votos contra. Seis dias depois, o presidente João Figueiredo sancionou a lei (Lei N.º 6683/79).

Conclusão

Dos 99 habeas-corpus concedidos, 89 foram concedidos por excesso de prazo da prisão preventiva (43), por falta de justa causa (26), por incompetência da Justiça Militar (20) e denúncia inepta (8). Esses números demonstram o desrespeito dos militares com relação aos direitos civis vigentes na época.

As denúncias por crimes políticos (Crimes Contra a Segurança Nacional) eram, muitas vezes, vagas e mal formuladas. Na maioria dos casos ficou evidenciada a pretensão de punir a discordância política. A imprecisão das definições permitiu o alargamento desmedido da tipificação dos crimes, violando os princípios fundamentais do direito penal moderno. Durante o regime militar os princípios da legalidade ou reserva legal¹⁷⁴ e o princípio da taxatividade¹⁷⁵ foram muito desrespeitados. Dezenas de pessoas foram denunciadas pelos crimes de subversão e tentar mudar a ordem política e social, embora tivessem praticado atos completamente diversos.

A tipificação da oposição política como crime é a forma utilizada por regimes autoritários para legalizar a perseguição política. A não aceitação da divergência e a intolerância com os desiguais estão sempre presentes nessas situações:

“Às exigências de liberdade e, sobretudo, de reformas sociais importantes, os ditadores respondem invocando a doutrina de segurança nacional e denunciando o perigo

¹⁷⁴ Princípio legalidade ou reserva legal: a inexistência de crime sem lei anterior que o defina.

¹⁷⁵ Princípio da taxatividade: a definição do crime tem que ser clara e precisa, deixando o menor espaço possível para interpretações subjetivas.

*comunista. É uma estratégia que tem sempre dado resultado, permitindo, no plano internacional, o prolongado domínio econômico estrangeiro, e, no plano interno, a perpetuação de uma ordem social profundamente injusta, que continua a gerar a miséria e a pobreza e, ao mesmo tempo, a escandalosa opulência dos ricos”.*¹⁷⁶

Recursos Criminais 1964/1979

Ano	64	65	66	67	68	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	Total
Recursos	3	2	15	1	2	15	11	15	54	32	27	18	23	52	23	292

Réus 1964/1979

Dec/Ano	64	65	66	67	68	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	Total
Providos	1	1	3	0	1	6	5	2	9	15	10	5	13	12	7	90
Não providos	3	1	15	3	0	9	5	30	71	35	30	30	23	101	20	376
Providos parcialmente	0	0	0	0	1	2	4	0	14	9	10	0	3	15	5	63
Desistência dos Recursos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Não conhecidos	0	0	1	0	0	0	0	0	3	3	0	1	3	4	14	29
Extinta a punibilidade	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	4
Total	4	2	20	3	2	17	14	32	97	62	50	36	42	135	49	565

Recursos Criminais 1964/1979 (Votações)

Ano	64	65	66	67	68	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	Total
Unâнимes	2	2	16	3	2	16	14	31	95	53	40	36	38	126	43	517
Maioria	2	0	4	0	0	1	0	1	2	9	10	0	4	9	6	48
Total	4	2	20	3	2	17	14	32	97	62	50	36	42	135	49	565

¹⁷⁶ FRAGOSO, Heleno. *Direitos Humanos e justiça criminal*. IN Boletim IBCCRIM, ano 13, maio/2005.

Durante o regime militar de 1964, foram julgados, pelo Supremo Tribunal Federal, 292 recursos ordinários criminais. Como muitos recursos tinham mais de um réu, o número de réus foi de 565. Desse total, 90 réus recursos tiveram seus recursos providos, 63 parcialmente providos, 29 não conhecidos, 3 desistiram dos recursos, 4 tiveram extinta a punibilidade (36 recursos não tiveram o mérito analisados) e 376 recursos não providos. A grande quantidade de recursos não providos fornece um indício do posicionamento do STF durante o regime militar.

Muitos condenados nas duas primeiras instâncias ordinárias não recorreram ao Supremo Tribunal Federal em virtude do alto custo financeiro (hospedagem, viagem para Brasília, honorários advocatícios, etc.).

517 recursos tiveram decisões unânimes e apenas 48 foram decididos por maioria de votos. A quantidade de decisões unânimes evidencia a pouca divergência que havia no STF. Havia um esforço para unificar as decisões. Dos recursos providos, 73 tiveram decisões unânimes e 17 por maioria de votos. Com relação aos recursos não providos o contraste é maior, dos 376 recursos não providos, 353 foram negados por unanimidade e apenas 23 por maioria de votos. Essas diferenças marcam o caráter conservador do Tribunal, que reluta muito mais no caso de absolvições.

Recursos Criminais (recursos dos Estado)

Ano	Recursos do Estado	Réus
1964	2	3 (1)
1965	2	4
1966	10	23
1967	1	3
1970	1	(1)
1972	1	1
1974	1	1
1975	1	1
Total	18	38

Decisões	Quantidade
Providos	7
Não Providos	28
Não conhecidos	2
Extinção da punibilidade	1
Total	38

Dos 292 recursos, 18 foram impetrados pelo poder publico (Ministério Público). Estes recursos somavam 38 réus e estão concentrados no período de 1964 a 1968. O ano de 1966 apresenta o maior número de recursos, 10 recursos com 23 réus.

No caso de recursos do poder publico, a lógica é inversa. A maior quantidade de recursos não providos, 28, demonstra a posição independente do STF. Antes do Ato institucional n. º 5. As mudanças mais drásticas no Supremo, não haviam ocorrido ainda.

O Supremo Tribunal Federal, durante o regime militar de 1964, tornou-se um importante obstáculo ao autoritarismo. Os ministros do STF com formação liberal (liberais e defensores dos direitos civis) procuraram alargar as definições dos direitos civis e estreitar a tipificação dos Crimes Contra a Segurança Nacional. Eles desempenharam um papel importante na defesa das liberdades formais (liberdade de pensamento, liberdade de expressão, liberdade de cátedra, liberdade de imprensa etc.).

Durante o regime militar de 1964, ao aceitarem a validade dos Atos Institucionais e da legislação de segurança nacional, os ministros do STF optaram por uma postura pragmática, que evitou, por algum tempo, o enfrentamento direto com os militares e a provável cassação de vários ministros. Segundo o ministro Aliomar Baleeiro, nos primeiros anos do regime militar:

“Nem o Judiciário deixou de reconhecer eficácia às normas de exceção ditadas pelo Comando Revolucionário, ou pelo Presidente Castello, nem este negou cumprimento às decisões dos Tribunais”.¹⁷⁷

Uma decisão de tamanha importância, deve ter sido tomada e/ou respaldada pelos grupos políticos aos quais os ministros eram ligados. A posição dos ministros foi realista e sensata, mas não evitou que o STF permanecesse numa posição frágil e passível de pressões.

A alternativa a essa situação seria uma ruptura. A não aceitação das medidas ilegais impostas pelos militares. Provavelmente, essa atitude interferiria a curto e em médio prazo na possibilidade de defesa de perseguidos políticos, mas por outro lado, em longo prazo poderia dar mais solidez e independência ao Poder Judiciário.

Tal julgamento não visa diminuir a importância da atuação do STF durante os quatro primeiros anos do Regime Militar de 1964, mas situar o problema no contexto da história política brasileira. Não superestimando e muito menos a negando a importância tribunal.

A visão de mundo dos ministros é resultante de laços sociais complexos. É temerário e enganoso fazer qualquer juízo de valor que estabeleça de forma definitiva um juízo de valor dividindo os ministros em bons ou ruins.

É importante analisar as ações concretas dos ministros, não apenas suas idéias. Elas envolvem escolhas. Escolhas envolvem responsabilidades e maturidade. Essas escolhas são feitas dentro de grupos sociais que possuem e estabelecem relações complexas. As mentalidade são construídas durante décadas. Toda mudança é lenta e difícil.

“(...)cada gesto, cada palavra, cada pensamento contam na determinação do curso da história e da política, pois está sob nossa responsabilidade compreender as mediações subjetivas e objetivas que orientarão o rumo dos acontecimentos.”¹⁷⁸

¹⁷⁷ VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p.179.

¹⁷⁸ MERLEAU-PONTY. Maurice. Carta a Sartre. **Apud** CHAUI, Marilena. *Filosofia e Engajamento: Em torno das cartas da ruptura entre Merleau-Ponty e Sartre*. Folha de São Paulo em 14 de agosto de 1994.

É inegável o importante papel político exercido pelo Supremo Tribunal Federal e sua efetiva participação nas disputas políticas. Colocá-lo como instituição neutra e isolada é uma tentativa de ocultar o seu papel político e retirar sua independência.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*.

Petrópolis: Vozes, 1984.

ARANTES, Rogério Bastos. *Judiciário e política no Brasil*. São Paulo: Sumaré,

1997.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. SP, Cia. das Letras, 1991.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BALEEIRO, Aliomar. *O Supremo Tribunal Federal: Esse outro desconhecido*. RJ:

Forense, 1968.

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao direito penal brasileiro*. RJ:Revan, 1999.

BICUDO, Hélio. *Segurança Nacional ou submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1984.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. RJ:Campus, 1992.

- BOUDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 1989.
- CARDOZO, Benjamin N. *A natureza do processo e A evolução do direito*. Porto Alegre: AJURIS, 1978.
- CARNEIRO MAIA, Paulo. *Delito político*. São Paulo: RT, 1952.
- CARNELUTTI, Francesco. *As misérias do processo penal*. Campinas: Conan, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. RJ: Civilização Brasileira, 2004.
- CASTELLO BRANCO, Eurico. *Anotações as leis de Segurança e economia popular: legislação, jurisprudência, doutrina*. Rio de Janeiro: Jacintho, 1940.
- CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. SP: Ática, 2000.
- CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia*. SP: Cortez, 2001.
- COGAN, Arthur. *Crimes contra a segurança nacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.
- COLLIER, David. *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COMBLIN, Joseph. *A ideologia de segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMPARATO, Fábio Konder. *Justiça e Democracia: O Poder Judiciário no Regime Democrático*. IN *Cidadania e Justiça*, ano 7, n.º 13.
- COSTA, Edgard. *Os grandes julgamentos do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. I, II, III e IV, 1964.
- COSTA, Emilia Viotti da. *O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania*. São Paulo: Ieje, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: Ensaio sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juizes*. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. *O renascer do Direito*. SP: José Bushatsky editor, 1976

D'ARAÚJO, Maria Celina et alli (orgs.) *Os Anos de chumbo. A Memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. (orgs.) *A volta aos quartéis. A Memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. (orgs.) *Visões do golpe. A Memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs). Ernesto Geisel. RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1987,

DECKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil, 1966-1980*. São Paulo: Icone, 1985.

DREIFUSS, René Armand - *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ETCHEBERRY, Alfredo. *Derecho Penal*. Santiago: Gabriela Mistral, 1976.

FARIA, José Eduardo (org.). *A crise do direito numa sociedade em mudança*. Brasília: UnB, 1988.

_____. (org.). *Direito e Justiça. A Função social do Judiciário*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Justiça e conflito: Os juizes em face dos novos movimentos sociais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

_____. *Poder e Legitimidade*. SP: Perspectiva, 1978,

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e segurança*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FON, Antônio Carlos. *Tortura. A História da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1981.

FONTAN BALESTRA, Carlos. *Tratado de derecho penal*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. RJ, Graal, 1986.

_____. *Vigiar e Punir*. RJ, Vozes, 1985.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Advocacia da liberdade: a defesa nos processos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

_____. *Direito Penal e direitos humanos*. Rio de Janeiro, Forense, 1977.

_____. *Direitos humanos e justiça criminal*. IN Boletim IBCCRIM, ano 13, maio/2005.

_____. *Lei de Segurança Nacional: uma experiência antidemocrática*. Porto Alegre, Fabris, 1980.

_____. *Terrorismo e Criminalidade Política*. RJ, Forense, 1981.

FRANCO, Alberto Silva. *Crimes Hediondos*. SP: Revista dos Tribunais, 1992.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

_____. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

- GODINHO, Gualter. *Sistemas jurídicos de defesa do Estado: análise comparativa dos princípios ordenadores*. São Paulo, RT, 1986.
- GOMEZ, Eusébio. *Delincuencia politico social*. Buenos Aires: Juan Roldan, 1933.
- GONZALEZ LAPEYRE, Edison. *Aspectos juridicos del terrorismo*. Montevideo: Fernandez, 1972.
- HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.
- HUNGRIA, Nelson. *A criminalidade política no direito brasileiro*. Rio Grande do Norte: Tribunal de Justiça, 1958.
- JESUS, Damásio Evangelista De. *Código de Processo Penal Anotado*. SP, Saraiva, 1986.
- KOERNER, Andrei. *Habeas-corpus, prática judicial e controle social no Brasil (1841-1920)*. São Paulo: IBCCrim, 1999.
- KOERNER, Andrei. *Justiça e cidadania*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- LABATUT GLENA, Gustavo. *Derecho Penal*. Chile, Juridica de Chile, 1959.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- LIMA, Hermes. *Travessia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- LINS E SILVA, Evandro. *O salão dos passos perdidos*. RJ: Nova Fronteira, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LOPES, Mauricio Antonio Ribeiro. *Princípios políticos do direito penal*. SP: Editora Revista dos Tribunais, 1999.
- LYRA FILHO, Roberto. *Criminologia Dialética*. GB, Borsoi, 1972.
- LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- MARINHO, Josaphat (org.). *Sesquicentenário do Supremo Tribunal Federal*. Brasília: UnB, 1982.
- MACHADO, Raul. *Delitos contra a ordem política e social*. São Paulo: s.c.p., 1944.
- MACHADO, Raul. *Dos crimes contra o Estado e a sua ordem política e social*. São Paulo: s.c.p., 1953.
- MARSHALL. T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. RJ: Zahar, 1967.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *As aventuras da dialética*. IN Os pensadores, SP: Abril, 1980.
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. *Código de processo penal interpretado*. SP, Atlas, 1995.
- MIRANDA, Nilmário e TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*, São Paulo, Boitempo Editorial, 1999
- MONTORO, André Franco. *Introdução à ciência do direito*. São Paulo: Martins, 1971.
- MÓSCA, Hugo. *O Supremo Tribunal, ontem e hoje*. Brasília: s/ed, 1986.
- MOTTA FILHO, Cândido. *Dias lidos e vividos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- NORONHA, Edgard Magalhães. *Curso de direito processual penal*. SP, Saraiva, 1995.
- NORONHA, Jardel, MARTINS, Odaléa. *Os IPMs e o Habeas-corpus no Supremo Tribunal Federal*. São Paulo: Sugestões Literárias, 1967.
- O'DONNELL, Guillermo. *Contrapontos, Autoritarismo e Democratização*. SP, Vértice, 1986.

- O'DONNELL, Guilherme e SCHILLING, Claudia. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- PEREZ, Luis Carlos. *Manual de Derecho Penal: partes general y especial*. Bogotá, Temis, 1969.
- PESSOA, Mario. *Da aplicação da lei de segurança nacional*. São Paulo: Saraiva, 1978.
- _____. *O direito da segurança nacional*. São Paulo, *Revista dos Tribunais*, 1971.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão. A Revolução mundial e o Brasil: 1922-1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Autoritarismo e Transição*. *Revista USP*, n.º 9, 1991, p. 55-56.
- POUND, Roscoe. *Justiça conforme a lei*. São Paulo: Ibrasa, 1965.
- POULANTZAS, Nicos. *A crise das ditaduras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1981.
- POULANTZAS, Nicos. *O Método Dialético na Compreensão do Universo Jurídico*. IN SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim. *Sociologia e Direito*. SP. Pioneiro, 1980.
- REALE, Miguel. *Memórias: A balança e a espada*. SP: Saraiva, 1987.
- REIS, Daniel Aarão. *O Supremo Tribunal do Brasil*. Rio de Janeiro: Mabri, 1968.
- RENDON GAVIRIA, Gustavo. *Derecho Penal Colombiano*. Bogota, Temis, 1973.
- RIBEIRO, Renato Janine. *A Democracia*. SP: Publifolha, 2001.
- RICOEUR, Paul. *Em torno ao político*. SP: Loyola, 1995.

- RODRIGUES, Lêda Boechat. *Direito e política: Os direitos humanos no Brasil e nos Estados Unidos*. Porto Alegre: AJURIS, 1977.
- _____. *História do Supremo Tribunal Federal*, V. I, II, III, IV, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, 1968, 1968, 1992, 2002.
- ROSA, F. A. *Justiça e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ROSAS, Roberto (org). *Aliomar Baleeiro no Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- ROSSELI, Carlo. *Socialismo Liberal*. São Paulo: C.H. Cardim Editora, 1988
- RUIZ FUNES, Mariano. *Evolucion del politico*. México: Hermes, 1944.
- SADEK, Maria Tereza (org.). *Uma introdução ao estudo da Justiça*. São Paulo: Idesp/ Sumaré, 1995.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. *Os crime políticos e a pena de morte*. In Revista de Direito Penal, n.º 1, janeiro-março de 1971.
- SICHES, R. *Sociologia do Direito*. Porto Alegre: Globo, 1968.
- SIMAS, Mário. *Gritos de justiça: Brasil 1963-1979*. São Paulo: FTD, 1986.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- THOMPSON, Edward P. *As especificidades dos ingleses*. Campinas: Unicamp, 1998.
- _____. *A formação da Classe Operária Inglesa*. RJ, Paz e Terra, 1987.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. RJ, Editora Zahar, 1981.

_____. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALE, Osvaldo Trigueiro do. *O Supremo Tribunal Federal e a instabilidade político-institucional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

VENANCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva

VIEIRA, Oscar Vilhena, *Supremos Tribunal Federal: jurisprudência política*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *Estado de Direito, seus limites e a criminalidade*. In A violência do Cotidiano, Cadernos Adenauer, Fundação Konrad Adenauer, Ano II, volume 1.

WESCHLER, Lawrence. *Um Milagre, um universo. O Acerto de contas com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl, *Poder Judiciário: Crise, acertos e desacertos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

Fontes Documentais

*Habeas-corpus*¹⁷⁹:

HC 40910, HC40976, HC40986, HC41014, HC41018, HC41019, HC41020, HC41022, HC41023, HC41027, HC41029, HC41030, HC41037, HC41038, HC41039, HC41043, HC41044, HC 41049, HC41051, HC41068, HC 41208, HC 41270, HC41278, HC 41296, HC41314, HC41315, HC 41609, HC41794, HC 41870, HC 41873, HC 41879, HC 41880, HC41888, HC 41891, HC 41892, HC 41895, HC 41903, HC 41905, HC41908, HC41913, HC 41928, HC 42021, HC 42046, HC 42058, HC 42089, HC 42100, HC42108, HC 42109, HC 42111, HC 42120, HC 42159, HC 42160, HC42181, HC 42182, HC 42203, HC 42221, HC42222, HC 42299, HC 42300, HC 42324, HC 42378, HC 42393, HC 42394, HC42397, HC 42398, HC 42435, HC 42450, HC 42496, HC 42513, HC42534, HC42560, HC42595, HC42619, HC42621, HC42635, HC 42646, HC 42650, HC42663, HC42730, HC42746, HC42756, HC42759, HC42783, HC42799, HC42818, HC42861, HC42895, HC43311, HC43323, HC43490, HC43527, HC43634, HC43691, HC43734, HC43786, HC43787, HC43796, HC43797, HC43829, HC43994, HC44077, HC44161, HC44328, HC44337, HC44355, HC44420, HC44859, HC45060, HC45224, HC45230, HC45231, HC45243, HC45315, HC45359, HC45403, HC45434, HC45469, HC45498, HC45574, HC45604, HC45721, HC45926, HC45927, HC45939, HC46024, HC46060, HC46103, HC46159, HC46160, HC46258, HC46305, HC46324, HC46415.

¹⁷⁹ FONTES: Supremo Tribunal Federal e Revista Trimestral de Jurisprudência.

*Recursos Ordinários Criminais*¹⁸⁰:

RCR1047, RCR1048, RCR1049, RCR1050, RCR1051, RCR1052, RCR1053, RCR1054, RCR1055, RCR1056, RCR1057, RCR1058, RCR1059, RCR1060, RCR1061, RCR1062, RCR1063, RCR1064, RCR1065, RCR1066, RCR1067, RCR1068, RCR1069, RCR1070, RCR1071, RCR1072, RCR1073, RCR1074, RCR1075, RCR1076, RCR1077, RCR1078, RCR1079, RCR1080, RCR1081, RCR1082, RCR1083, RCR1084, RCR1085, RCR1086, RCR1087, RCR1088, RCR1089, RCR1090, RCR1091, RCR1092, RCR1093, RCR1094, RCR1095, RCR1096, RCR1097, RCR1098, RCR1099, RCR1100, RCR1101, RCR1102, RCR1103, RCR1104, RCR1105, RCR1106, RCR1107, RCR1108, RCR1109, RCR1110, RCR1111, RCR1112, RCR1113, RCR1114, RCR1115, RCR1116, RCR1117, RCR1118, RCR1119, RCR1120, RCR1121, RCR1122, RCR1123, RCR1124, RCR1125, RCR1126, RCR1127, RCR1128, RCR1129, RCR1130, RCR1131, RCR1132, RCR1133, RCR1134, RCR1135, RCR1136, RCR1137, RCR1138, RCR1139, RCR1140, RCR1141, RCR1142, RCR1143, RCR1144, RCR1145, RCR1146, RCR1147, RCR1148, RCR1149, RCR1150, RCR1151, RCR1152, RCR1153, RCR1154, RCR1155, RCR1156, RCR1157, RCR1158, RCR1159, RCR1160, RCR1161, RCR1162, RCR1163, RCR1164, RCR1165, RCR1166, RCR1167, RCR1168, RCR1169, RCR1170, RCR1171, RCR1172, RCR1173, RCR1174, RCR1175, RCR1176, RCR1177, RCR1178, RCR1179, RCR1180, RCR1181, RCR1182, RCR1183, RCR1184, RCR1185, RCR1186, RCR1187, RCR1188, RCR1189, RCR1190, RCR1191, RCR1192, RCR1193, RCR1194, RCR1195, RCR1196, RCR1197, RCR1198, RCR1199, RCR1200, RCR1201, RCR1202, RCR1203, RCR1204, RCR1205, RCR1206, RCR1207, RCR1208, RCR1209, RCR1210, RCR1211, RCR1212, RCR1213, RCR1214, RCR1215, RCR1216, RCR1217, RCR1218, RCR1219, RCR1220, RCR1221, RCR1222, RCR1223, RCR1224, RCR1225, RCR1226, RCR1227, RCR1228, RCR1229, RCR1230, RCR1231, RCR1232, RCR1233, RCR1234, RCR1235, RCR1236, RCR1237, RCR1238, RCR1239, RCR1240, RCR1241, RCR1242, RCR1243, RCR1244, RCR1245, RCR1246, RCR1247, RCR1248, RCR1249, RCR1250, RCR1251, RCR1252, RCR1253, RCR1254, RCR1255, RCR1256, RCR1257, RCR1258, RCR1259, RCR1260, RCR1261, RCR1262, RCR1263, RCR1264, RCR1265, RCR1266, RCR1267, RCR1268, RCR1269, RCR1270, RCR1271, RCR1272, RCR1273, RCR1274, RCR1275, RCR1276, RCR1277, RCR1278, RCR1279, RCR1280, RCR1281, RCR1282, RCR1283, RCR1284, RCR1285, RCR1286, RCR1287, RCR1288, RCR1289, RCR1290, RCR1291, RCR1292, RCR1293, RCR1294, RCR1295, RCR1296, RCR1297, RCR1298, RCR1299, RCR1300, RCR1301, RCR1302, RCR1303, RCR1304, RCR1305, RCR1306, RCR1307, RCR1308, RCR1309, RCR1310, RCR1311, RCR1312, RCR1313, RCR1314, RCR1315, RCR1316,

¹⁸⁰ FONTES: Supremo Tribunal Federal e Revista Trimestral de Jurisprudência.

RCR1317, RCR1318, RCR1319, RCR1320, RCR1321, RCR1322, RCR1323, RCR1324, RCR1325, RCR1326, RCR1327, RCR1328, RCR1329, RCR1330, RCR1331, RCR1332, RCR1333, RCR1334, RCR1335, RCR1336, RCR1337, RCR1338, RCR1339, RCR1340, RCR1341, RCR1342, RCR1343, RCR1344, RCR1345, RCR1346, RCR1347, RCR1348, RCR1349, RCR1350, RCR1351, RCR1352, RCR1353, RCR1354, RCR1355, RCR1356, RCR1357, RCR1358, RCR1359, RCR1360, RCR1361, RCR1362, RCR1363, RCR1364, RCR1365, RCR1366, RCR1367, RCR1368, RCR1369, RCR1370, RCR1371, RCR1372, RCR1373, RCR1374, RCR1375, RCR1376, RCR1377, RCR1378, RCR1379, RCR1380, RCR1381, RCR1382, RCR1383, RCR1384, RCR1385, RCR1386, RCR1387, RCR1388, RCR1389, RCR1390, RCR1391, RCR1392, RCR1393, RCR1394, RCR1395, RCR1396, RCR1397, RCR1398, RCR1399, RCR1400, RCR1401, RCR1402, RCR1403, RCR1404, RCR1405, RCR1406, RCR1407, RCR1408, RCR1409, RCR1410, RCR1411, RCR1412, RCR1413, RCR1414.